



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REPRESENTAÇÃO N.º 2-A, DE 2025

(Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

PROC nº 78/2025

Representa em desfavor da Senhora Deputada CARLA ZAMBELLI, em razão de condenação criminal transitada em julgado; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela procedência (relator: DEP. CLAUDIO CAJADO).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Representação inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer vencedor
- Parecer da Comissão
- Votos em separado (2)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REPRESENTAÇÃO N. , de 2025

(Da Mesa)

Representa em desfavor da Senhora Deputada
CARLA ZAMBELLI, em razão de condenação
criminal transitada em julgado.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, nos termos do art. 55, inciso VI e §2º, da Constituição Federal, em combinação com o art. 240, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considerando a decisão proferida em 6 de junho de 2025 pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal n. 2428, que determinou a certificação do trânsito em julgado, formula a presente REPRESENTAÇÃO em desfavor da Senhora CARLA ZAMBELLI em razão de condenação criminal pela prática dos delitos descritos nos arts. 299 e 154-A, § 2º, ambos do Código Penal, nos termos das decisões anexadas. Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para os fins do art. 240, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala de Reuniões, de junho de 2025.


HUGO MOTTA
Presidente


ALTINEU CORTES
Primeiro-Vice-Presidente


ELMAR NASCIMENTO
Segundo-Vice-Presidente


CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário


LULA DA FONTE
Segundo-Secretário


DELEGADA KATARINA
Terceira-Secretária


SERGIO SOUZA
Quarto-Secretário

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CERTIDÃO

Certifico que a assinatura da Senhora Deputada Delegada Katarina, Terceira-Secretária, foi colhida de forma digital, conforme Ato da Mesa n. 80, de 23/3/2016, artigo 2º, inciso II, em complemento às assinaturas firmadas em meio físico.

Brasília, 11 de junho de 2025.

Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Secretário-Geral da Mesa

Apresentação: 11/06/2025 21:25:00.000 - Mesa

REP n.2/2025



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.
Documento assinado por:
11/06/2025 21:05 - Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Selo digital de segurança: 2025-MATG-XEWR-JJIZ-MBTX



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2025

Representa em desfavor da Senhora
Deputada CARLA ZAMBELLI, em razão de
condenação criminal transitada em julgado.

Autora: MESA DIRETORA DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

PARECER VENCEDOR

(Do Sr. CLAUDIO CAJADO)

I – RELATÓRIO

Trata-se de Representação encaminhada pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com fundamento no artigo 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal, bem como no artigo 240, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), visando à decretação da perda do mandato da Senhora Deputada Carla Zambelli Salgado de Oliveira.

A medida decorre de comunicação oficial do Supremo Tribunal Federal (STF), certificando o trânsito em julgado do Acórdão proferido nos autos da Ação Penal nº 2.428/DF. Conforme consta da documentação instrutória, a Primeira Turma da Corte Suprema condenou a Representada à pena privativa de liberdade de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 200 (duzentos) dias-multa, pela prática dos crimes



de invasão de dispositivo informático qualificada (art. 154-A, § 2º, do Código Penal) e falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal).

Os fatos que ensejaram a condenação referem-se à invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à inserção de documentos oficiais, incluindo um mandado de prisão em desfavor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Distribuída a matéria a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise do mérito, o nobre Relator, Deputado Diego Garcia, apresentou seu voto pugnando pela improcedência da representação e consequente arquivamento do feito. Em síntese, o Relator sustentou a fragilidade do conjunto probatório que lastreou a condenação judicial, alegou a existência de perseguição política contra a parlamentar e invocou a soberania popular do voto como óbice à cassação.

Pedimos vênua para divergir. Embora concordemos com a premissa de que a competência para deliberar sobre a perda do mandato é exclusiva desta Casa Legislativa, a análise da gravidade dos fatos e a necessária preservação da dignidade do Parlamento impõem conclusão diametralmente oposta, no sentido da perda do mandato, razão pela qual apresentamos este Voto em Separado.

Dos Fatos e da Condenação Criminal

A Representação nº 2/2025 surge como consequência do julgamento da Ação Penal nº 2.428 pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Conforme se depreende da extensa documentação acostada aos autos, notadamente o inteiro teor do acórdão condenatório, a Deputada Carla Zambelli foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e condenada pela prática de crimes contra a fé pública e contra a inviolabilidade de segredos.

A denúncia da PGR, acolhida integralmente pela Suprema Corte, imputou à parlamentar a conduta de comandar, instigar e financiar a



invasão de sistemas institucionais críticos do Poder Judiciário, especificamente aqueles mantidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A acusação sustentou que a representada, valendo-se de sua posição política, arregimentou Walter Delgatti Neto, indivíduo com notória habilidade técnica em invasões cibernéticas (conhecido pelo envolvimento na "Operação Spoofing"), para que este acessasse indevidamente o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e outros sistemas de acesso restrito a magistrados.

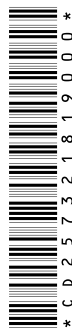
Segundo reconhecido na sentença condenatória transitada em julgado, ocorreu uma série de encontros e tratativas entre a parlamentar e o executor material dos crimes. Destacam-se na narrativa fática:

Encontros Presenciais: A realização de reuniões em locais atípicos para a atividade parlamentar, incluindo um encontro em um posto de combustíveis na Rodovia dos Bandeirantes, em setembro de 2022, onde a Deputada teria solicitado a invasão de urnas eletrônicas ou, subsidiariamente, de sistemas da Justiça, visando demonstrar uma suposta fragilidade institucional.

Financiamento e Logística: A disponibilização de recursos e logística para o executor, incluindo o pagamento de valores e o custeio de despesas, operacionalizados por assessores próximos à parlamentar.

Objetivo Ilegal: A finalidade da ação não teria sido técnica ou de auditoria, mas eminentemente política e desestabilizadora, consistente na adulteração de informações oficiais e a inserção indevida de documentos em sistemas informáticos do Poder Judiciário.

Entre os atos praticados, segunda a decisão condenatória, destaca-se a inserção de um **mandado de prisão falso** em desfavor do Ministro Alexandre de Moraes, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral



e Relator de inquéritos sensíveis no STF. Além disso, teriam sido inseridos nos sistemas do CNJ diversos alvarás de soltura e ordens de quebra de sigilo bancário e bloqueio de bens inexistentes, totalizando 13 invasões e 16 falsificações documentais.

Após o regular trâmite processual, a Primeira Turma do STF proferiu acórdão fixando as seguintes sanções à Deputada Carla Zambelli, as quais transitaram em julgado:

Tipo de Sanção	Detalhamento	Fundamento Legal
Privativa de Liberdade	10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado.	Arts. 154-A, § 2º e 299 do CP.
Pecuniária (Multa)	200 (duzentos) dias-multa (valor unitário de 10 salários-mínimos).	Art. 49 do CP.
Indenização Civil	R\$ 2.000.000,00 (danos morais coletivos, solidária).	Art. 387, IV, do CPP.

Da Instrução na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

A instrução da presente representação nesta Comissão pautou-se pela observância estrita do Regimento Interno e das garantias constitucionais da ampla defesa. Embora a condenação criminal seja um fato jurídico consumado e imutável, a natureza política do processo de cassação exige que esta Casa forme sua própria convicção sobre a perda do mandato parlamentar.

A defesa técnica da Deputada Carla Zambelli apresentou manifestação escrita e requereu a produção de prova testemunhal e documental. Em síntese, a tese defensiva articulou-se em quatro eixos principais:



Nulidades Processuais: A defesa reiterou argumentos rejeitados pelo STF, alegando cerceamento de defesa devido a suposta negativa de acesso à integralidade do material apreendido e a violação do duplo grau de jurisdição.

Fragilidade da Prova Testemunhal: Sustentou-se que a condenação se baseou excessivamente na palavra de Walter Delgatti Neto, classificado pela defesa como "mitômano", argumentando a ausência de provas materiais diretas (mensagens ou áudios) que vinculassem a Deputada à ordem de invasão.

Perseguição Política: A defesa sustentou que houve perseguição política, alegando que a Deputada seria vítima de um "monitoramento" indevido por órgãos do TSE e do STF, visando silenciar uma voz opositora conservadora.

Preservação da Soberania Popular: Argumentou-se que a cassação do mandato seria uma medida desproporcional que feriria a soberania dos votos recebidos pela parlamentar.

Para instruir o feito, esta Comissão procedeu à oitiva de testemunhas arroladas pela defesa, cujos depoimentos foram analisados sob o crivo do contraditório:

Walter Delgatti Neto (Corréu e Colaborador): Em depoimento a esta Comissão, o Sr. Delgatti manteve a essência de sua colaboração judicial. Confirmou os encontros com a Deputada, a solicitação para invadir sistemas judiciais e urnas eletrônicas, e a promessa de contrapartida financeira e laboral. Detalhou que a Deputada lhe enviou o



texto base para o mandado de prisão falso e que os pagamentos foram realizados por intermediários para ocultar o rastro.

Michel Spiero (Assistente Técnico): Atuando em nome da defesa, o perito questionou a cadeia de custódia das provas digitais, argumentando que a ausência de mensagens diretas no celular da Deputada (que ela admitiu não usar para tais fins, preferindo aplicativos de mensagens autodestrutivas ou conversas pessoais) geraria dúvida razoável. Contudo, não foram apresentadas provas técnicas capazes de refutar os logs de acesso e a geolocalização que comprovam os encontros.

Eduardo Tagliaferro (Ex-servidor do TSE): Arrolado para sustentar a tese de perseguição, o depoente relatou a existência de monitoramento de redes sociais de parlamentares, incluindo a representada. Todavia, suas declarações, focadas em procedimentos administrativos do TSE sobre desinformação, não tiveram conexão direta com a prática dos crimes de invasão de dispositivo e falsidade ideológica objeto da condenação.

Interrogatório da Deputada Carla Zambelli: Em seu depoimento pessoal, a representada negou a autoria delitiva. Confirmou ter contratado Delgatti, mas alegou que o escopo era a "integração de redes sociais" e discussões sobre auditoria de urnas. Negou ter ordenado as invasões ou redigido o mandado falso. Atribuiu a condenação a uma perseguição pessoal do Relator no STF. Admitiu, contudo, que encontros ocorreram e que terceiros ligados a ela realizaram pagamentos a Delgatti.

É o relatório.





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257321819000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado



II - VOTO

Da Competência da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Preliminarmente, cumpre estabelecer a premissa jurídica que baliza a atuação desta Casa: a perda do mandato de parlamentar condenado criminalmente não é efeito automático da sentença judicial, mas sim objeto de deliberação constitutiva do Plenário.

O texto constitucional, em seu artigo 55, inciso VI, combinado com o § 2º, estabelece com clareza que, nos casos de condenação criminal transitada em julgado, a perda do mandato "será decidida" pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta. A utilização do verbo "decidir" pelo constituinte originário não foi aleatória; ela denota um juízo de valor político-institucional, diferindo substancialmente do verbo "declarar", utilizado no § 3º para hipóteses de extinção automática (como a perda de direitos políticos stricto sensu).

Essa distinção é fundamental para preservar a independência entre os Poderes e o sistema de freios e contrapesos. O Poder Judiciário detém a competência para julgar o crime e impor a pena restritiva de liberdade. Contudo, a avaliação sobre a compatibilidade da condenação com a continuidade do exercício da representação popular é competência indelegável do Poder Legislativo.

Tal entendimento encontra amparo na jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, notadamente na tese vencedora da Segunda Turma no julgamento da Ação Penal nº 996 (Caso Nelson Meurer). Naquela oportunidade, prevaleceu o voto do Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelo Ministro Gilmar Mendes, no sentido de que **a condenação criminal, mesmo em regime fechado, não acarreta a perda automática do mandato**, sendo imprescindível a **deliberação da Casa Legislativa**, nos termos do art. 55, § 2º, da Constituição.



O Ministro Gilmar Mendes, ao votar na referida Ação Penal, asseverou que a aplicação automática do artigo 15, inciso III (suspensão de direitos políticos), para cassar mandatos, esvaziaria o comando específico do artigo 55, § 2º, tornando a norma constitucional letra morta. De igual modo, no precedente da Ação Penal nº 565 (Caso Ivo Cassol), o Plenário do STF afastou a automaticidade da perda, remetendo a decisão final ao Senado Federal.

Rechaça-se, portanto, a tese de que a prisão em regime fechado acarretaria a perda automática por "inassiduidade" (art. 55, III), declarável pela Mesa. Tal interpretação constitui um desvio de finalidade normativa, utilizando uma regra administrativa para contornar a garantia política do § 2º. O parlamentar preso não falta às sessões de forma voluntária, mas por impedimento estatal. Assim, a via correta e constitucional é a deliberação do Plenário sobre a condenação criminal.

Previamente à necessária deliberação do plenário desta casa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 240, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), instruir e apreciar a Representação em análise, concluindo pela procedência da representação ou pelo seu arquivamento.

A competência desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é fundamental e indispensável para o exercício de uma competência constitucional privativa da Câmara dos Deputados, qual seja, a de **decidir** sobre a perda de mandato de parlamentar condenado criminalmente, nos termos do art. 55, § 2º, da Constituição Federal.

Repisamos que, diferentemente das hipóteses de perda automática (declaratória) previstas no § 3º do mesmo artigo, a condenação criminal exige um juízo político de deliberação (constitutivo). O constituinte de 1988, ao utilizar o verbo "decidir", conferiu a esta Casa a prerrogativa de avaliar se a condenação criminal imposta pelo Judiciário é compatível ou não com a manutenção do mandato popular.

Não se trata, contudo, de um poder arbitrário ou de uma oportunidade para rever o mérito da decisão judicial. Haja vista que a materialidade e a autoria delitiva, por estarem cobertos pelo manto da coisa



julgada material, são fatos jurídicos incontroversos por expressa determinação da Constituição Federal.

Assim sendo, tendo em vista que a maioria dos membros desta Comissão, ao rejeitar o voto do relator — cujo trabalho reveste-se de notável rigor intelectual e foi conduzido com exaustiva dedicação e apuro técnico —, não vislumbrou a ocorrência de perseguição política, nos resta analisar a compatibilidade do exercício do mandato com o cumprimento da pena pela representada, não nos cabendo realizar qualquer juízo sobre o mérito da decisão penal condenatória, uma vez que nem o Plenário da Câmara dos Deputados nem esta Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania possuem competência constitucional para ser instância revisora de decisões definitivas da Suprema Corte.

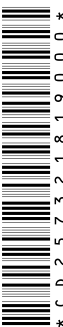
O juízo que nos cabe é estritamente político-institucional: **pode uma parlamentar, condenada a 10 anos de prisão em regime fechado, manter-se no exercício da representação popular?**

Passemos a essa análise.

Da Inviabilidade Fática do Exercício do Mandato (Regime Fechado)

Há um argumento de ordem prática e objetiva que se sobrepõe a qualquer discussão subjetiva: a pena aplicada. A Deputada Carla Zambelli foi condenada a **10 (dez) anos de reclusão em regime inicial fechado e, mais, encontra-se atualmente detida na Itália.**

O art. 55, inciso III, da Constituição Federal estabelece que perde o mandato o Deputado que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias. O cumprimento de pena em regime fechado implica o recolhimento do condenado a estabelecimento prisional de segurança máxima ou média, com restrição total da liberdade de locomoção externa, salvo situações excepcionalíssimas de autorização de saída, que não se aplicam ao exercício regular de mandato parlamentar.



A jurisprudência do STF, consubstanciada no julgamento da Ação Penal 996 (Caso Nelson Meurer) e reafirmada em decisões posteriores, reconhece que, embora a perda não seja automática, a situação de encarceramento em regime fechado gera uma incompatibilidade fática absoluta.

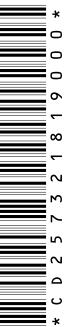
Manter o mandato de uma parlamentar que estará fisicamente impedida de comparecer ao Plenário, de participar das Comissões, de receber seus eleitores e de exercer a fiscalização presencial dos atos do Executivo seria criar uma ficção jurídica. Seria lesar o direito de representação dos mais de 900 mil eleitores de São Paulo que elegeram a Representada. O mandato exige presença e liberdade de atuação, pressupostos que a condenação criminal retirou da Deputada Zambelli.

Diante desse quadro, a perda do mandato não é apenas uma sanção política, mas uma necessidade político-administrativa para desocupar a vaga e permitir a convocação do suplente, restabelecendo a plenitude da representação popular daquele Estado.

A Câmara dos Deputados encontra-se diante de uma situação insuperável. A condenação criminal da Deputada Carla Zambelli é definitiva. A pena é de regime fechado. A parlamentar já está detida pelas autoridades italianas, por determinação do STF, o que a impede absolutamente de exercer seu mandato.

Ante o exposto, considerando que a maioria dos membros desta Comissão não vislumbrou perseguição política na condenação definitiva da Representada e tendo em vista a impossibilidade fática do exercício do mandato parlamentar, voto pela **PROCEDÊNCIA** da Representação nº 2, de 2025, para que seja decretada a **PERDA DO MANDATO** da Deputada Federal Carla Zambelli Salgado de Oliveira.

Sala da Comissão, em de de 2025.



Deputado CLAUDIO CAJADO



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2025**

Declara a perda do mandato da Deputada Federal Carla Zambelli Salgado de Oliveira.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica decretada a perda do mandato da Senhora Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, nos termos do inciso VI e do § 2º do art. 55 da Constituição Federal, e do inciso VI do art. 240 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em virtude da condenação criminal transitada em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal nº 2.428.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado CLAUDIO CAJADO





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo nominal, opinou pela procedência da Representação nº 2/2025, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Claudio Cajado. O Deputado Rubens Pereira Júnior apresentou Voto em Separado.

O Parecer do Deputado Diego Garcia passou a constituir Voto em Separado.

Participaram da votação os Senhores Deputados, com os respectivos votos:

Votaram sim: Paulo Azi - Presidente, Claudio Cajado - Vice-Presidente, Átila Lira, Benes Leocádio, Daiana Santos, Félix Mendonça Júnior, Fernanda Melchionna, Gisela Simona, Helder Salomão, José Guimarães, Leur Lomanto Júnior, Lídice da Mata, Luiz Couto, Maria Arraes, Maria do Rosário, Marreca Filho, Meire Serafim, Orlando Silva, Pastor Henrique Vieira, Patrus Ananias, Pedro Campos, Pedro Lucas Fernandes, Pompeo de Mattos, Rubens Pereira Júnior, Vanderlan Alves, Waldemar Oliveira, Clodoaldo Magalhães, Dilceu Sperafico, Laura Carneiro, Nilto Tatto, Rafael Brito e Silvia Cristina. Votaram não: Lucas Redecker e Luiz Gastão.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

Deputado PAULO AZI



Presidente

Apresentação: 10/12/2025 17:30:40.417 - CCJC
PAR 1 CCJC => REP 2/2025
DAD n 1



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2025

Representa em desfavor da Senhora Deputada CARLA ZAMBELLI, em razão de condenação criminal transitada em julgado.

Autor: MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Relator: Deputado Federal DIEGO GARCIA.

VOTO EM SEPARADO

(Do Senhor Deputado Federal Rubens Pereira Júnior – PT/MA)

I – RELATÓRIO

Trata-se de Representação oriunda da Mesa Diretora da Câmara Federal, substanciada no art. 55, VI, §2º da Constituição Federal, combinado com o art. 240, inciso VI e §§1º e 3º do Regimento Interno, em que se submete ao descortino dessa Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC, a proposta de perda de mandato da Deputada Federal **CARLA ZAMBELLI**, determinada pelo Supremo Tribunal Federal, como decorrência de sua condenação criminal transitada em julgado.



Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Penal nº 2.428, condenou a Deputada Federal **Carla Zambelli**, a uma **pena de 10 (dez) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa**, em **regime inicialmente fechado**, como incurso nos crimes de *"invasão de dispositivos informático qualificada pelo prejuízo econômico"* (art. 154-A, §2º, do Código Penal), **por treze vezes**, em continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal) e *falsidade ideológica* (art. 299 do Código Penal), por **dezesseis vezes**, em continuidade delitiva.

O referido acórdão condenatório prolatado pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em sintonia com a jurisprudência da própria Turma¹ (*Condenação em regime fechado a uma pena superior a 120 dias – perda imediata do mandato a ser declarada pela Mesa Diretora*) determinou a perda imediata do mandato da Deputada Carla Zambelli, nos seguintes termos:

"(...)

13.2 CONDENAÇÃO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO A PERÍODO SUPERIOR A 120 (CENTO E VINTE) DIAS E PERDA DO MANDATO ELETIVO.

Na hipótese do período de prisão definitiva do parlamentar, a ser cumprido em regime fechado, ser superior a 120 dias, a condenação criminal acarretará a perda do mandato parlamentar, independentemente da deliberação do órgão legislativo do qual o réu faça parte. Isso porque o inciso III do art. 55 da Constituição é expresso em estabelecer a perda do mandato caso o parlamentar deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a

¹ 1ª Turma do STF: DEPENDE.

• Se o Deputado ou Senador for condenado a mais de 120 dias em regime fechado: a perda do cargo será uma consequência lógica da condenação. Neste caso, caberá à Mesa da Câmara ou do Senado apenas declarar que houve a perda (sem poder discordar da decisão do STF), nos termos do art. 55, III e § 3º da CF/88.

• Se o Deputado ou Senador for condenado a uma pena em regime aberto ou semiaberto: a condenação criminal não gera a perda automática do cargo. O Plenário da Câmara ou do Senado irá deliberar, nos termos do art. 55, § 2º, da CF/88, se o condenado deverá ou não perder o mandato.

STF. 1ª Turma. AP 694/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 2/5/2017 (Info 863).

STF. 1ª Turma. AP 968/SP, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 22/5/2018 (Info 903).



que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada. E nesse caso incide o § 2º da CF/88, que dispensa o debate legislativo sobre a perda, impondo à Mesa da Casa Parlamentar apenas a homologação da perda do mandato.

Os §§ 2º e 3º do art. 55 da Constituição estabelecem dois papéis diferentes para a Casa Parlamentar, no que tange à perda de mandato de Deputado Federal ou de Senador. De um lado, o § 2º prevê uma função decisória, hipótese em que a maioria absoluta dos membros da respectiva Casa resolve se haverá ou não a perda do mandato; de outro, o § 3º estatui uma atribuição meramente declaratória da Mesa do órgão legislativo a que pertença o condenado, da mesma maneira que ocorre na hipótese de condenação por improbidade administrativa.

Percebe-se que, em ambos os casos, há obrigatoriedade de respeito à ampla defesa. Todavia, o alcance da expressão é diverso. O ato defensivo de que cuida o § 2º é mais abrangente e admite, inclusive, dilação probatória e nova argumentação. Por outro lado, a defesa prevista no § 3º é mais restrita e se limita à discussão sobre questões meramente formais, a exemplo da não ocorrência do trânsito em julgado ou da arguição de alguma nulidade procedimental.

Como no caso concreto a pena a ser cumprida no regime fechado supera 120 dias, a nítida incompatibilidade entre o seu cumprimento e o comparecimento do sentenciado a, no mínimo, 1/3 das sessões legislativas ordinárias:

(a) autoriza que o Poder Judiciário determine a perda do mandato do parlamentar condenado criminalmente; e

(b) determina a incidência do disposto no § 3º do art. 55 da CF/88, de modo que a Mesa da Câmara dos Deputados deverá apenas declarar a perda do mandato aqui decretada.

Diante do exposto, DECRETO A PERDA DO MANTADO PARLAMENTAR, nos termos dos inciso III e § 3º, todos do art. 55 da Constituição Federal, que



deverá ser declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados. (...)”

Não obstante a decisão da Corte Suprema, o Presidente da Câmara dos Deputados, submeteu a decisão de perda do mandato à prévia avaliação da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e, eventualmente, ao Plenário dessa Casa Legislativa.

A tramitação da Representação cumpriu o devido processo legal, assegurando à Representada todos os postulados do contraditório e da ampla defesa.

Com efeito, devidamente assistida por Advogados, a Deputada apresentou defesa escrita no bojo desta Representação, onde alegou ter havido vícios processuais e violações constitucionais no processo em que foi condenada, o que teria comprometido seus direitos fundamentais ao contraditório e à ampla defesa, bem como à integridade do regime democrático.

Foram ouvidas pelo relator, além da própria Deputada Federal Carla Zambelli, as seguintes testemunhas por ela indicadas: **Walter Delgatti Neto** (corrêu também condenado no mesmo processo penal); **Michel Spiero** (que funcionou como perito assistente técnico da defesa durante a tramitação da ação penal), **Eduardo Tagliaferro** (ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação – AEED, do Tribunal Superior Eleitoral, durante a Presidência do Ministro Alexandre de Moraes).

Por solicitação da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o Supremo Tribunal Federal encaminhou ao colegiado cópia integral da Ação Penal nº 2.428/DF, bem como do Inquérito nº 4.941 (este classificado como sigiloso) e, num segundo momento, o Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 38/2023.

Foram encaminhados, ainda, 2 (dois) documentos para a Comissão: O parecer técnico de análise de



credibilidade em depoimentos de suspeitos, vítimas e testemunhas, elaborado especificamente sobre o depoimento de Walter Delgatt e documentos apresentados por Eduardo Tagliaferro.

Ao final, após analisar “provas” e concluir que o processo penal foi maculado por perseguição política da parte do Poder Judiciário, o relator concluiu pela improcedência da Representação nº 2, de 2025, de modo a assegurar a preservação do mandato da Deputada Representada, por entender não haver perda automática de mandato após decisão judicial transitada em julgado.

Ora, em que pede o costumeiro descortino do nobre relator, entendemos que seu voto em muito se desvencilha do caminho constitucional que deve nortear a realidade jurídica da Deputada Federal Carla Zambelli, o que passamos a demonstrar nesse voto em separado.

II – VOTO.

1 – Decisão condenatória transitada em julgado. Pena de 10 anos de reclusão em regime fechado. Perda automática do Mandato. Princípio da Unidade da Constituição. Interpretação sistemática do texto da Lei Maior. Procedência da Representação.

Ora, o relator inicia a fundamentação do seu voto discorrendo sobre a competência decisória, de natureza constitutiva, da Câmara dos Deputados, para deliberar sobre perda de mandato de Parlamentar, com estribo no art. 55, VI, §2º da Constituição Federal, sem observar, contudo, a necessidade de se proceder a uma interpretação sistemática da Constituição Federal, notadamente em relação ao que dispõe o inciso III e § 3º, do art. 55 da Lei Maior.

Ainda em reforço à sua tese, de que cabe à Casa Legislativa deliberar sobre a perda ou não do mandato



parlamentar da Deputada Carla Zambelli, o relator traz à baila o precedente da Representação nº 20/2013 (Ação Penal nº 396/STF – Deputado Federal Natan Donadon), em que a perda do mandato decorrente de condenação criminal em regime fechado foi submetida ao crivo do Plenário da Câmara dos Deputados e ali rejeitada, somente tendo havido a perda do cargo num segundo momento, como decorrência de processo ético-disciplinar instaurado junto ao Conselho de Ética.

Traz à colação, do mesmo modo, o precedente da Ação Penal nº 694/STF, em desfavor do Deputado Federal Paulo Feijó, em que a 1ª Turma do STF determinou a perda automática do mandato como decorrência de condenação criminal a uma pena de 12 anos de reclusão em regime fechado e o então Presidente da Câmara, quando notificado acerca da decisão, determinou a submissão da perda do mandato à CCJC e ao Plenário.

No mesmo sentido, faz referência às decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, que assevera, em precedentes (Ação Penal nº 996), que a perda do mandato, como decorrência de condenação criminal em regime fechado, não se opera de forma automática, devendo ser submetida à deliberação da Câmara dos Deputados, assegurando-se o devido processo constitucional e o exercício da prerrogativa do Legislativo.

Conclui o relator, nessa toada, que diante da divergência jurisprudencial seu entendimento é de que compete privativamente à Câmara dos Deputados, por deliberação de maioria absoluta, avaliar ou não a perda do mandato parlamentar.

Como afirmamos acima, a Constituição Federal não pode ser interpretada de forma seccionada, sem que se leve em consideração o conjunto de seus dispositivos (**Princípio da unidade da Constituição**). Ora, o inciso



III², do art. 15 da Constituição Federal estabelece de maneira categórica, que a condenação criminal transitada em julgado, acarreta a suspensão dos direitos políticos do condenado.

Por sua vez, o inciso II³, §3º, do art. 14 da Constituição Federal, prevê como condição de elegibilidade, o pleno exercício dos direitos políticos.

Assim, diante da suspensão dos direitos políticos (inviabilidade de votar e de ser votado), com a consequente ausência de condições de elegibilidade, a Representada deixa de deter um dos pressupostos que a Constituição exige para que ela possa continuar ostentando a qualidade de Parlamentar, de modo que outro caminho não pode percorrer o Parlamento, senão a declaração administrativa automática da perda do mandato.

Não fossem suficientes esses pontos, é preciso ter presente que a própria reprimenda penal transitada em julgado (10 anos de reclusão em regime inicialmente fechado) com prisão já decretada e em vias de ser executada, com a conclusão do processo de extradição, inviabiliza o exercício do mandato pela Representada, haja vista que o cargo de Representação popular, diante da amplitude da condenação, não pode ser exercido remotamente, seja na prisão ou quiçá à distância, noutro País, circunstâncias estas que acarretarão, necessariamente, com o decurso de tempo (ausência a 1/3 das sessões ordinárias da sessão legislativa), a hipótese delineada no inciso III, §3º, do art. 55⁴ da Constituição Federal, ou seja, a perda automática do mandato, deliberada de modo administrativo pela Mesa Diretora.

² Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

³ Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

⁴ Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

os previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.



Desse modo, numa interpretação sistemática da Constituição Federal e diferentemente do que asseverou o relator em seu voto, a perda do mandato da Representada deve ser automática, sendo uma decorrência lógica da condenação criminal transitada em julgado a uma pena em regime fechado superior a 120 dias que, como dito, inviabiliza o exercício regular da função parlamentar.

Em resumo:

- a) A Representada foi condenada a 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado;
- b) A referida condenação criminal acarreta a suspensão automática dos direitos políticos, de modo que a Representada não poderá votar ou ser votada, enquanto durar os efeitos da pena criminal;
- c) Com a suspensão dos direitos políticos, a Representada perde uma das principais condições de elegibilidade;
- d) A Representada não pode, à luz da Constituição Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, exercer o mandato de modo remoto, na prisão ou noutro País;
- e) A Representada, quando for extraditada pela Itália, cumprirá pena no Brasil em regime fechado, inviabilizando, como dito, o exercício do mandato.

Desse modo, a conclusão do voto do relator não encontra respaldo constitucional ou quiçá lógica no mundo da realidade, na medida em que não se pode manter hígido um mandato parlamentar com impossibilidade fática e jurídica de ser regularmente exercido.

2 – Independência dos Poderes. Segregação das Funções Típicas de Julgar e Legislar. Ausência de Competência do Parlamento para discutir o mérito e a justiça de decisão judicial transitada em julgado. Inviabilidade de se utilizar a Representação como sucedâneo de Revisão Criminal.



Por outro lado, o voto do relator faz a defesa ardorosa da prerrogativa da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para a realização de diligências e a necessidade de instrução probatória.

Como consequência dessa compreensão, concluiu o relator, a partir da valoração das oitivas das testemunhas indicadas pela Representada e da defesa por ela apresentada, que o processo penal que resultou na condenação da Deputada Carla Zambelli, não observou o devido processo legal e não assegurou à Parlamentar os postulados da ampla defesa e do contraditório, resultando, em síntese, numa condenação política.

Ocorre que o juízo político permitido ao Parlamento nos autos da Representação em análise, não tem o condão de suplantar qualquer ponto do juízo jurídico-penal já realizado com força de definitividade pelo Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal).

Dessa maneira, “as provas” coletadas durante as oitivas realizadas no bojo da Representação, em sintonia com o devido processo legal que foi assegurado pela Comissão à Deputada Representada, bem como a valoração delas pelo Relator ou de qualquer outro Parlamentar, nenhuma consequência acarreta para o processo penal já encerrado e as medidas ali adotadas.

É desimportante perquirir agora, notadamente no bojo de um feito meramente administrativo curso na seara da Câmara dos Deputados, se o corréu condenado Walter Delgatti apresentou versões conflitantes em seus vários depoimentos ou se é considerado um mentiroso contumaz, entre outras alegações, na medida em que a investigação policial e a Procuradoria-Geral da República, através da denúncia e da instrução processual penal, conseguiram demonstrar, no bojo do processo penal em que todas as garantias processuais foram asseguradas à Representada, vinculações e provas materiais suficientes para concluir que ambos agiram para a consecução das empreitadas



criminosas, afinal reconhecidas pelo Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal).

No mesmo sentido, a oitiva do Perito Michel Spiero não trouxe aos autos da Representação qualquer fato novo que pudesse indicar que o processo penal que resultou na condenação da Representada estivesse maculado por alguma nulidade ou ilegalidade.

Já o depoimento do senhor Eduardo Tagliaferro, réu em processo penal junto ao Supremo Tribunal Federal e foragido da Justiça brasileira, com prisão decretada pela Corte Suprema, restringiu-se em apontar vieses políticos que teriam norteado as condutas do Ministro Alexandre de Moraes, quando este ocupava a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, de modo que também não trouxe aos autos da Representação informações específicas acerca do processo judicial que concluiu pela condenação criminal da Deputada Carla Zambelli e do corréu Walter Delgatti.

De qualquer forma, ainda que se pudesse atribuir aos Depoimentos da Representada e de suas testemunhas, bem como aos documentos juntados ao feito, algum indício ou resquício de prova, com capacidade de influir na condenação criminal, não é o Parlamento o foro adequado para valorar tais elementos, na medida em que não cabe ao Poder Legislativo (Câmara Federal) revisar ou modificar decisão judicial criminal prolatada pelo Poder Judiciário.

Se a Representada detém elementos que demonstram a nulidade ou a injustiça da condenação, notadamente a partir do trabalho agora produzido pelo Relator desta Representação, cabe a ela e tão somente a ela (recurso exclusivo da defesa) interpor junto ao Poder Judiciário a competente Revisão Criminal para buscar eventualmente a desconstituição da sentença condenatória, não tendo esses elementos ou juízos de valores colhidos, qualquer força normativa para evitar o inevitável, qual seja, a perda automática do mandato parlamentar.



Desse modo, outra não pode ser a conclusão, senão a de que:

- a) O Poder Judiciário detém competência exclusiva para aplicar a jurisdição penal com força definitiva;
- b) Não compete ao Poder Legislativo revisar ou alterar decisão criminal transitada em julgado ou suas consequências penais e extrapenais;
- c) Somente o Poder Judiciário, num Estado Democrático de Direito, pode revisar ou rever suas decisões, à luz dos recursos e instrumentos legais previstos no ordenamento jurídico.
- d) A revisão criminal, instrumento processual (recurso) adequado para discutir as conclusões/impressões contidas nas dezenas de laudas presentes no voto do relator, deve ser proposta pela Deputada Carla Zambelli, junto ao Poder Judiciário.

Nessa toada, se não cabe ao Poder Legislativo promover qualquer modificação na situação processual penal da Representada (condenação à pena de 10 anos de reclusão em regime inicialmente fechado), razão pela qual a procedência da Representação é a única medida adequada à realidade jurídica apresentada.

3 – Do Risco Institucional e da Moralidade Administrativa.

A determinação constitucional de perda automática do mandato na realidade jurídica penal da Representada, visa proteger a integridade do Parlamento. O objetivo é evitar que pessoas condenadas com trânsito em julgado por crimes graves decidam o futuro do Brasil.

Permitir a manutenção deste mandato seria uma interpretação equivocada que resultaria na formação de uma "bancada de condenados e foragidos" na Câmara dos Deputados, ofendendo o direito individual dos parlamentares e envergonhando o Congresso Nacional.



Não se pode transformar a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania - CCJC em uma "comissão de blindagem". A absolvição política neste caso abriria um precedente perigoso onde, futuramente, organizações criminosas poderiam se instalar no Congresso, eleger-se e blindar-se, criando o que poderíamos chamar ironicamente de "Primeiro Comando do Congresso Nacional".

O Parlamento não é lugar para quem foi condenado a mais de 10 anos de cadeia. Desse modo, diferentemente do que afirma o relator em seu voto, o fortalecimento das prerrogativas da Câmara dos Deputados e do Parlamento em geral, não passa por uma decisão que objetiva proteger, em detrimento da Constituição Federal e da sociedade brasileira, uma Parlamentar que não poderá exercer o mandato pelos próximos 10 (dez) anos mas, ao contrário, por uma decisão que demonstre para o povo brasileiro que a representação popular não pode ser exercida por quem não honrou como deveria o cargo eletivo.

A Câmara dos Deputados se fortalece quando afirma, em letras garrafais, que não irá acolher em seus recintos, uma Parlamentar que à luz do devido processo legal, atentou contra a ordem jurídica e desonrou o mandato popular que lhe foi outorgado pelo povo do Estado de São Paulo.

Eventuais injustiças ou vicissitudes da condenação, se houver, devem ser discutidas junto ao Poder Judiciário, por iniciativa da Representada, não sendo o Parlamento o locus adequado para se prolongar o desfecho extrapenal da condenação criminal definitiva.

O voto exarado pelo relator é flagrantemente inconstitucional e não deve ser acolhido pelos integrantes dessa Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.



III – CONCLUSÃO.

Face ao exposto, nosso voto é pela procedência da Representação, com a manifestação do entendimento de que, no caso vergastado, a perda do mandato é consequência automática da condenação (inciso III e § 3º, todos do art. 55 da Constituição Federal), a ser decretada pela Mesa Diretora, sem necessidade de submissão ao Plenário.

É como voto.

**Sala da Comissão em 03 de dezembro de
2025.**

**Rubens Pereira Júnior
Deputado Federal – PT/MA**



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2025

Representa em desfavor da Senhora Deputada CARLA ZAMBELLI, em razão de condenação criminal transitada em julgado.

Autora: MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

Por meio da Representação nº 2, de 2025, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, inciso VI e § 2º, da Constituição da República, combinado com o art. 240, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno desta Casa, deflagrou procedimento para perda do mandato da Deputada Federal CARLA ZAMBELLI, tendo em vista acórdão transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que a condenou à pena privativa de liberdade.

A Ação Penal nº 2.428, instaurada no Supremo Tribunal Federal, apurou a prática dos crimes de invasão de dispositivo informático qualificada pelo prejuízo econômico (art. 154-A, § 2º, do Código Penal) e falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), atribuídos a Carla Zambelli Salgado de Oliveira (Deputada Federal) e a Walter Delgatti Neto.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal foi julgada procedente pela Primeira Turma do STF. A decisão reconheceu que Walter Delgatti invadiu, por treze vezes, sistemas informatizados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inserindo, de forma fraudulenta, dezesseis documentos falsos, entre os quais mandado de prisão, alvarás de soltura, ordem judicial de bloqueio de ativos bancários, bem como mandado de prisão



contra Ministro da Suprema Corte, cuja divulgação foi objeto de reportagens na imprensa.

A acusação sustentou que Carla Zambelli participou como instigadora das ações, ainda que não tenha realizado as invasões diretamente. A Corte entendeu que a atuação da parlamentar ultrapassou os limites do apoio ideológico, assumindo papel ativo na prática criminosa, o que justificou sua responsabilização penal como coautora.

A ré Carla Zambelli foi condenada à pena de 10 anos de reclusão e 200 dias-multa, além do pagamento de indenização no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a título de ressarcimento dos danos materiais e danos morais coletivos (art. 387, IV, CPP), com destinação ao fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/1985. **Também foi decretada a perda de seu mandato parlamentar, com base no art. 55, IV e VI, c/c o § 3º, da Constituição Federal e art. 92 do Código Penal, a ser comunicada à Mesa da Câmara após o trânsito em julgado da decisão.**

Trazemos, a seguir, o teor do Acórdão da Primeira Turma do STF, publicado no DJe de 21/05/2025¹:

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO QUALIFICADA PELO PREJUÍZO ECONÔMICO (ART. 154-A, § 2º, CP) E FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, CP). INVASÃO AOS SISTEMAS INFORMÁTICOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, POR TREZE VEZES, COM INSERÇÃO DE DEZESSEIS DOCUMENTOS FALSOS. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. CONFISSÃO DO UM DOS CORREUS. AÇÃO PENAL PROCEDENTE.

(...)

6. Invasão de diversos sistemas correlacionados do Conselho Nacional de Justiça— CNJ, os quais são utilizados, compulsoriamente, por todos os ramos do Poder Judiciário brasileiro. Robusta prova pericial relacionada às invasões, ocorridas em oportunidades diversas.

7. Inserção fraudulenta de documentos com conteúdo ideologicamente falso, tais como ordens de bloqueio de ativos bancários, alvarás de soltura e mandados de prisão. Inserção, inclusive, de mandado de prisão em desfavor de Ministro desta CORTE, o qual foi acessado e divulgado por veículo de imprensa.

9. Crime de invasão de dispositivo informático qualificada pelo prejuízo econômico (art. 154-A, § 2º, do Código Penal), por treze

¹ Acórdão da Primeira Turma do STF, publicado no DJE de 21/05/2025, disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6950766>. Acesso em 22/09/2025.



vezes, em continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal). Autoria e materialidade comprovadas.

10. Crime de Falsidade Ideológica (art. 299 do Código Penal), por dezesseis vezes, em continuidade delitiva. Autoria e materialidade comprovadas.

11. Ação Penal julgada procedente para CONDENAR a ré CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, à pena de 10 (dez) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, e o réu WALTER DELGATTI NETO, à pena de 8 (oito) anos e 3 (três) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 154-A, § 2º, do Código Penal, por 13 (treze) vezes, e no artigo 299, caput, do Código Penal, por 16 (dezesseis) vezes.

12. Condenação ao pagamento de indenização mínima (Art. 387, IV, do Código de Processo Penal) a título de ressarcimento dos danos materiais e danos morais coletivos. Valor mínimo indenizatório fixado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985. Precedentes.

13. Perda do mandato parlamentar da ré CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA decretada, com comunicação, após o trânsito em julgado, à Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, IV e VI, c.c. o § 3º, da Constituição Federal e art. 92 do Código Penal. Precedente.

14. AÇÃO PENAL TOTALMENTE PROCEDENTE.” (grifo nosso)

Posteriormente, foram opostos embargos de declaração, alegando omissões e contradições no acórdão, os quais foram rejeitados. A Corte considerou que os pedidos configuravam mero inconformismo com a decisão e determinou o trânsito em julgado imediato, comunicando-se o resultado à Câmara dos Deputados, em decisão publicada em 10/06/2025, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU INTEGRALMENTE A PRETENSÃO JURÍDICA DEDUZIDA. MERO INCONFORMISMO COM O DESFECHO DO JULGAMENTO. O ÓRGÃO JULGADOR NÃO É OBRIGADO A REBATER PORMENORIZADAMENTE OS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELAS PARTES. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E OBSCURIDADE.

(...)

8. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS E DETERMINAÇÃO DE IMEDIATO TRÂNSITO EM JULGADO E COMUNICAÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, em relação à ré CARLA ZAMBELLI, independentemente de publicação. Precedentes.

Designado relator do caso pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi determinada a intimação da Representada, com cópia da Representação, para que esta, querendo,



apresentasse defesa escrita e indicasse as provas que pretendesse produzir, no prazo de cinco sessões a partir de 24/06/2025.

A representada apresentou defesa escrita, por meio de seus advogados, Dr. Fábio Phelipe Garcia Pagnozzi e Dr. Pedro Paulo Pagnozzi, no dia 02/07/2025. A defesa alega que houve vícios processuais e violações constitucionais que comprometeram os direitos fundamentais da Deputada ao contraditório e à ampla defesa, bem como à integridade do regime democrático.

Menciona que a Deputada Carla Zambelli, eleita com quase um milhão de votos, teria sido alvo de medidas judiciais controversas, incluindo o bloqueio de suas redes sociais por decisão monocrática, sem contraditório e com ausência de identificação clara do conteúdo a ser suprimido, o que violaria o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

Alega que a ação penal contra a Deputada se fundamentou no discurso de um delator cuja credibilidade seria questionável e que teria sido qualificado como “mitômano” (pessoa que tem tendência compulsiva a mentir) pela Polícia Federal. Afirma que o trânsito em julgado da ação penal (STF nº 2.428) teria ocorrido de forma prematura, cerceando o direito da representada ao duplo grau de jurisdição e à ampla defesa, e que a decretação da perda de seu mandato parlamentar teria sido feita de ofício e em desacordo com a Constituição Federal.

Argumenta que o Brasil tem vivenciado um período de tensão e disputa entre os poderes, o que tem gerado preocupações sobre o enfraquecimento da democracia e a erosão dos direitos fundamentais. Nesse contexto, a mobilização popular estaria sendo confundida com movimentos golpistas, levando a investigações e condenações sem clara distinção entre defesa de ideais e atos ilícitos. Alega que a Deputada Carla Zambelli seria uma vítima dessa perseguição, com sua imagem, ligada à direita conservadora, sendo submetida a um escrutínio que extrapolaria os limites da investigação legítima.

Nessa linha, afirmou que a Constituição deve proteger a coexistência de diferentes ideias e espectros políticos e que não seria aceitável



que o governo ou parte do sistema de justiça perseguisse uma parcela da representação política eleita para a Câmara dos Deputados, Casa que reflete as escolhas populares e a diversidade de opiniões.

Alegou não se tratar apenas da possível cassação de um mandato parlamentar, mas da abertura de um precedente perigoso: a intervenção de um poder da República sobre outro, em afronta direta ao princípio da separação dos poderes, cláusula pétrea da Constituição Federal, e concluiu:

A tentativa de cassar mandatos de forma automática, ilegítima e inconstitucional torna insignificante esses votos, desconsiderando a escolha democrática de milhões de cidadãos. Isso não é apenas uma afronta a um indivíduo ou a um grupo político; é um ataque à representação popular em sua essência.

Isto posto, requereu, com o intuito de assegurar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa da parlamentar, a oitiva de testemunhas a fim de esclarecer os fatos objeto da AP 2428, quais sejam:

- WALTER DELGATTI NETO, corréu na AP 2428;
- PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, ex-Ministro da Defesa;
- MICHEL SPIERO, assistente técnico da defesa na AP 2428;
- FLÁVIO VIEITEZ REIS, delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito que levou à AP 2428; e
- FELIPE MONTEIRO DE ANDRADE, agente da Polícia Federal responsável pelos relatórios técnicos do referido inquérito.

Em 10/09/2025 foi recebida na CCJC petição da defesa solicitando a inclusão de novas testemunhas, quais sejam:

- JEFFREY CHIKUINI DA COSTA, advogado;



- OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO;
- EDUARDO DE OLIVEIRA TAGLIAFERRO; e
- ANDERSON DE JESUS ANCHIETA CARVALHO; perito forense.

Em 10 de setembro de 2025, foi realizada a oitiva de testemunhas na CCJC, oportunidade em que foram ouvidos Walter Delgatti Neto, corréu na AP 2428, e Michel Spiero, assistente técnico da defesa na AP 2428. Em 17 de setembro de 2025, foi ouvida mais uma testemunha, Eduardo Tagliaferro, que atuou como chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) no TSE. Por fim, no dia 24/09/2025, foi ouvida a Deputada Carla Zambelli. A seguir, faremos um breve resumo das declarações prestadas por todos os depoentes.

1) Depoimento de Walter Delgatti Neto

Walter Delgatti iniciou seu depoimento explicando que conheceu a Deputada Carla Zambelli em 2022, em Ribeirão Preto, durante um encontro em um hotel. Segundo ele, houve uma troca de contatos e a deputada demonstrou interesse inicial em que ele cuidasse da segurança de seu gabinete. Esse foi o ponto de partida para conversas posteriores via WhatsApp. Na sequência, o depoente afirma que Zambelli lhe pediu que demonstrasse a vulnerabilidade de sistemas do Judiciário, como TSE, CNJ ou STF, com o objetivo de desacreditar a segurança institucional e eleitoral.

Delgatti afirmou que, a partir dessa solicitação, conseguiu acesso a sistemas informáticos mantidos pelo STF e pelo TSE. Ele relatou que, após informar à Deputada sobre o acesso, Zambelli solicitou que fosse produzido um despacho e uma ordem de prisão contra o Ministro Alexandre de Moraes, enviando-lhe, inclusive, a síntese da decisão que deveria ser inserida no sistema. Alegou, ainda, ter recebido apoio financeiro por parte da Deputada, uma vez que, após se tornar pública a informação de que Delgatti havia se encontrado com o Presidente Bolsonaro, pessoas da esquerda que até então o ajudavam encerraram suas contribuições financeiras.



Delgatti afirmou que a comunicação com a Deputada se dava de forma presencial ou por meio do WhatsApp e de ligações telefônicas e mencionou que teria se hospedado na casa da parlamentar por cerca de vinte dias. No entanto, alega que não possui as conversas travadas com a Deputada via WhatsApp, uma vez que, à época, estava sob medida cautelar da Operação Spoofing e não podia usar a internet, motivo pelo qual todos os dias antes de dormir resetava seu celular.

Ao ser questionado sobre eventuais contradições, Delgatti negou ter mudado de versão. Explicou que as divergências apontadas pela defesa da deputada diziam respeito apenas a datas, pois, por estar preso, confundia os meses dos acontecimentos. Reforçou que não houve acordo de delação premiada: apenas decidiu relatar a verdade. Declarou que se arrependeu das invasões, porque Zambelli lhe havia prometido emprego e outras vantagens que nunca cumpriu, o que o fez perceber a gravidade de suas ações e optar por levar os fatos a conhecimento público.

Outro ponto abordado no depoimento foi a emissão de mandados de soltura. Delgatti contou que, ao testar o sistema antes de inserir uma ordem de prisão contra o Ministro Alexandre de Moraes, desenvolveu um robô com inteligência artificial para interagir com as APIs (interfaces de programação de aplicações) do sistema. Esse robô teria emitido, de forma descontrolada, diversos alvarás de soltura de pessoas que ele sequer conhecia. Ele explicou que esses documentos eram testes e que, em alguns casos, constava a observação de que não tinham validade jurídica. No entanto, o sistema, ao ser manipulado com esse robô, gerou automaticamente mandados envolvendo presos de alta periculosidade, inclusive membros de facções criminosas, o que agravou a acusação contra a deputada e também contra ele.

Delgatti descreveu ainda ação na qual, a pedido direto de Carla Zambelli, acessou ilegalmente sistemas do Judiciário, produziu documentos falsos e criou mecanismos que acabaram resultando em consequências não previstas, como a emissão de alvarás de soltura. Ele insistiu que sua motivação inicial foi atender a demandas da deputada, no entanto ressaltou não possuir as mensagens que provariam o pedido da parlamentar, uma vez



que ele formatava seu celular todos dias. Por fim, afirmou que a parlamentar lhe ofereceu respaldo e fez promessas que nunca se concretizaram, de forma que, posteriormente, decidiu confessar os fatos em razão do arrependimento e da comprovação material recolhida pela Polícia Federal.

2) Depoimento de Michel Spiero

Michel Spiero, assistente técnico da defesa na Ação Penal nº 2.428, iniciou seu depoimento explicando que as provas utilizadas pelo STF incluíram depoimentos de testemunhas, a linha do tempo do Twitter da deputada Carla Zambelli e documentos encontrados em dispositivos digitais dela e de Walter Delgatti. Enfatizou que não havia nos dispositivos digitais nenhuma mensagem de comando ou de instigação da Deputada Carla Zambelli para que Walter Delgatti acessasse ou inserisse qualquer dos mandados que ele emitiu.

Ele afirmou que a confissão de Delgatti sobre supostos textos enviados por Zambelli para confecção do mandado de prisão e do bloqueio de contas do Ministro Alexandre de Moraes não encontrou respaldo em evidências técnicas: não havia mensagem, e-mail ou documento nos arquivos dela com esse conteúdo. Ressaltou também que a defesa não teve acesso a cerca de 700 gigabytes de material armazenado por Delgatti na nuvem (Mega.io), tampouco a eventuais e-mails criados para quebrar sistemas, já que não foi pedida quebra de sigilo sobre eles.

Ao responder a perguntas da defesa e de parlamentares, Spiero reiterou que não havia nos dispositivos da deputada nenhum artefato digital — como rascunhos ou arquivos — que a associassem à invasão. Afirmou que não foi estabelecido nexos causal técnico entre qualquer ação concreta de Zambelli e as invasões praticadas por Delgatti. Sobre a complexidade da invasão, relatou que Delgatti utilizou credenciais obtidas a partir da invasão de outros sistemas, como GitHub e GitLab, até chegar ao CNJ. Observou que o hacker já havia realizado invasões de forma autônoma em outros sistemas, como iFood e Magazine Luiza e que não há evidência técnica que contradiga o histórico de atuação autônoma de Delgatti.



Esclareceu, ainda, que a afirmação da inexistência de prova material evidenciando o comando da Deputada quanto às ações do hacker não partiria da posição isolada dele como assistente técnico da defesa, mas que também a Polícia Federal teria feito uma análise de todo o material e não encontrado prova nesse sentido.

Por fim, ao ser questionado sobre supostas mensagens de caráter “íntimo” entre Zambelli e Delgatti, esclareceu que se tratava, na verdade, de conversas relacionadas a um problema de saúde do hacker, sem conteúdo desabonador. Confirmou ainda que os arquivos encontrados nos celulares da deputada só apareceram nos dispositivos dela depois da invasão dos sistemas judiciais pelo hacker e não antes.

3) Depoimento de Eduardo Tagliaferro

Eduardo Tagliaferro explicou em seu depoimento que atuou como chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) no TSE, com início em agosto de 2022 até maio de 2023. Ele afirmou que sua função era coordenar servidores responsáveis por monitorar postagens e elaborar relatórios a partir de solicitações que chegavam via juízes auxiliares do TSE e do STF, vinculados ao Ministro Alexandre de Moraes. Segundo afirmou, seu contato direto com o Ministro foi raro e sempre em contexto profissional, ressaltando que todo o fluxo de trabalho ocorria por intermédio desses juízes.

De acordo com Tagliaferro, a deputada Carla Zambelli estava entre os principais nomes incluídos no “foco de observação” solicitado pelo Ministro, juntamente com outros parlamentares e influenciadores como Allan dos Santos, Rodrigo Constantino, Paulo Figueiredo e Daniel Silveira. A ordem era no sentido de que tudo o que ela publicasse fosse monitorado e relatado, prática que resultou em mais de 150 a 200 pedidos. Ele relatou ter em mãos cópias de relatórios produzidos, inclusive um relativo a episódio envolvendo arma de fogo, encaminhado à CCJC. Em seu entendimento, havia um direcionamento claro para perfis de direita, e não havia pedidos relacionados a políticos ou influenciadores de esquerda.



O depoente destacou que recebeu instruções reiteradas para monitorar e elaborar relatórios sobre Zambelli, sobre todos os seus materiais digitais publicados, e que havia constância e intensidade nos pedidos, ao ponto de caracterizar, segundo ele, uma “perseguição ativa, constante”. Acrescentou que em conversas internas de WhatsApp com juízes auxiliares e servidores do TSE chegou a observar expressões como “*vamos pegar ela!*”, reforçando a percepção de um viés persecutório direcionado à deputada. Afirmou que não teve acesso a inquéritos no STF, como o inquérito nº 4.781, que ficou conhecido como o “inquérito do fim do mundo”, limitando-se às demandas da AEED.

Ao ser perguntado sobre o que era tratado como *fake news*, afirmou que os parâmetros de análise consideravam o art. 142 da Constituição e “*qualquer tipo de fala contra Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra Ministros do Governo, instituições, ataques às eleições*”, com foco em temas como urnas, TREs, TSE, locais de votação e alegações de manipulação do pleito. Explicou que os vídeos e postagens (inclusive de Carla Zambelli) eram apenas compilados, relatados e encaminhados da forma como estavam nos perfis; a rotulagem como *fake news* ocorria depois, fora do seu gabinete, que “*não tinha sequer tempo para avaliar*”.

Tagliaferro afirmou que não divulgou antes ao Ministério Público ou à imprensa tudo o que sabia sobre os procedimentos do AEED porque tentou, por mais de um ano, levar as informações à imprensa tradicional, mas não obteve espaço. Disse que foi difamado por essa mesma imprensa em episódios anteriores, acusado de violência doméstica, mas que foi posteriormente absolvido por unanimidade, sem que os veículos que o atacaram divulgassem a sua inocência. Acrescentou que não confiava na Polícia Federal nem na Procuradoria-Geral da República, que em sua visão estariam sob influência de Alexandre de Moraes, razão pela qual considerava inviável denunciar nesses canais.

Por fim, quanto às razões da perseguição, afirmou que não conseguia detalhar intenções pessoais, mas que, em sua percepção, o foco recaía sobre parlamentares e jornalistas com grande capacidade de repercussão pública, dentre eles, Carla Zambelli. Registrou que esses alvos



eram censurados não apenas por postagens rotuladas como *fake news*, mas pelo bloqueio integral de seus perfis, silenciando também conteúdos verdadeiros. Disse que assim revelava-se um padrão de perseguição política contra a direita, sem que houvesse registro semelhante em relação a nomes da esquerda.

4) Depoimento de Carla Zambelli

Carla Zambelli iniciou seu depoimento relatando que conheceu Walter Delgatti em um evento em Ribeirão Preto, quando ele a abordou para tirar uma foto e se apresentou como o hacker da “Vaza Jato”. Disse que perguntou a ele se as urnas eletrônicas poderiam ser fraudadas e que ele respondeu que qualquer computador pode ser hackeado. A Deputada explicou que seu interesse pelo tema era antigo, pois desde 2013 defendia o voto impresso como forma de auditoria das urnas eletrônicas. Afirmou que levou Delgatti até o então presidente Jair Bolsonaro apenas para que ele expusesse suas ideias sobre a segurança das urnas.

Quanto a pagamentos, Zambelli negou ter transferido R\$ 40 mil a Delgatti, como ele declarou. Disse que a única quantia a ele relacionada foi de R\$ 3 mil, oriunda de subcontratação feita por seu assessor Jean, dentro de um contrato de R\$ 10 mil para integrar seu site às suas redes sociais, quando ele teria tido acesso às senhas da parlamentar para promover essa integração. Como o serviço não foi prestado, o valor restante não foi pago, sendo este o único recurso que chegou ao hacker de forma indireta. Acrescentou que nunca prometeu emprego em seu gabinete, embora Delgatti tenha perguntado sobre as formas de contratação, e que, pela quebra do acordo inicial, não cogitou contratá-lo.

A deputada confirmou um encontro com Delgatti, a pedido dele, em um posto de gasolina da região por onde a parlamentar passava em sua campanha eleitoral, mas negou ter pedido a invasão de urnas ou sistemas da Justiça, alegando que a conversa girou em torno do teste público de segurança das urnas. Observou, ainda, que Delgatti teria mudado várias vezes sua versão sobre esse episódio.



Sobre os documentos falsos — como mandados de prisão contra Alexandre de Moraes e bloqueio de contas —, Zambelli disse que pode ter recebido arquivos em 2023, mas depois dos fatos, sem tê-los solicitado, e comparou a situação à “carta do golpe”, que também circulou amplamente entre muitas pessoas. Declarou não se lembrar de ter encaminhado esses arquivos a jornalistas e afirmou que, na época em que Delgatti foi subcontratado por seu assessor Jean para integrar o site às redes sociais, ele chegou a ter acesso a senhas das suas contas. Disse não se recordar se essas senhas foram trocadas depois e admitiu que ele poderia ainda ter acesso a seus sistemas. Alegou que não poderia assegurar se foi ela própria quem abriu ou leu os arquivos, já que sua equipe também acessava seus e-mails e redes.

Sobre a acusação de ter fornecido ou elaborado o texto do mandado de prisão falso contra Alexandre de Moraes, Zambelli negou. Do mesmo modo, disse que nunca participou do planejamento técnico das invasões, pois não teria conhecimento ou capacidade para fazê-lo. Explicou que só tomou ciência do episódio pela imprensa, quando o caso já era público e amplamente comentado, e que, assim como outros, recebeu cópias da “carta” em redes e aplicativos, mas sem envolvimento prévio ou colaboração com o hacker. Da mesma forma, não tinha conhecimento dos alvarás de soltura falsos.

Zambelli afirmou que sua condenação decorreu de perseguição política, afirmando que foi uma das primeiras pessoas incluídas no inquérito das *fake news*. Disse que em 2022 teve todas as suas redes sociais suspensas e que sofreu intimidações após críticas públicas a Alexandre de Moraes, chegando a ser obrigada a publicar um pedido de desculpas redigido por terceiros. Reforçou que não teve acesso a 700 GB de provas apreendidas com Delgatti, o que violaria seu direito de defesa, e apontou que Moraes atuou como vítima, acusador, relator e julgador, em desacordo com o devido processo legal.

Após a oitiva da deputada Carla Zambelli, esta relatoria procedeu a uma série de diligências complementares com o objetivo de apurar



e consolidar a totalidade dos elementos constantes dos autos, assegurando a integridade processual e o respeito ao sigilo judicial imposto aos documentos oriundos do Supremo Tribunal Federal.

Em 18 de setembro de 2025, foram recebidos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania documentos apresentados pela defesa da representada, dentre os quais se incluíam arquivos assinados por Eduardo Tagliaferro, contendo laudos, pareceres e anexos complementares relativos à instrução da representação. Esses materiais foram devidamente autuados e submetidos à análise técnica para verificação de autenticidade e relevância probatória.

Na sequência, em 15 de outubro de 2025, a defesa encaminhou parecer técnico pericial referente à análise de depoimentos e elementos de credibilidade, o qual foi juntado aos autos e examinado por esta relatoria. A peça visava subsidiar a interpretação dos depoimentos prestados, sob o prisma da consistência narrativa e da coerência interna dos testemunhos, especialmente aqueles considerados centrais à apuração.

Paralelamente, esta relatoria diligenciou junto à Advocacia da Câmara dos Deputados para assegurar que todas as providências relacionadas à guarda, manuseio e citação de peças sigilosas da Ação Penal nº 2.428/DF fossem realizadas em estrita observância à legislação e aos protocolos de segurança institucional, evitando qualquer risco de violação ao sigilo processual.

Essas medidas foram adotadas em complemento ao Requerimento nº 37/2025, de autoria deste relator, aprovado em 23 de setembro de 2025, por meio do qual se solicitou formalmente ao Supremo Tribunal Federal o levantamento do sigilo do Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 038/2023, bem como o envio integral dos autos da Ação Penal nº 2.428/DF, garantindo, assim, que a análise desta representação fosse realizada com base em documentação completa, fidedigna e juridicamente acessível aos membros da Comissão, em conformidade com o art. 240, §3º,



inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e o art. 55, §2º, da Constituição Federal.

Dessa forma, o trabalho de instrução conduzido após a oitiva da representada pautou-se pela transparência procedimental, pela observância do devido processo legal e pela preservação do sigilo judicial, buscando assegurar a plena legalidade e integridade do relatório final a ser submetido à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 240, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), caberá a esta Comissão formular juízo político de reprovabilidade ou não da conduta da parlamentar em questão em face da condenação criminal transitada em julgado, concluindo pela procedência da representação ou pelo seu arquivamento.

Passo, assim, à emissão do parecer.

O presente parecer está organizado em quatro partes: (I) Da competência decisória, de natureza constitutiva, da Câmara dos Deputados; (II) Da competência da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para a realização de diligências e a necessidade de instrução probatória; (III) Do contexto fático e analítico das diligências e (IV) Conclusões do relator.

II.1 COMPETÊNCIA DECISÓRIA, DE NATUREZA CONSTITUTIVA, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O art. 55, inciso VI, da Constituição Federal, combinado com seu § 2º, é claro em sua dicção ao estabelecer que, na hipótese de condenação criminal transitada em julgado, a perda do mandato parlamentar será decidida pela Câmara dos Deputados. Confira-se, a seguir, a literalidade dos dispositivos constitucionais:

“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:



I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.” (grifo nosso)

A interpretação gramatical do dispositivo não deixa margem a ambiguidades: o texto constitucional utiliza o verbo “decidir”, e não “declarar”, atribuindo à Casa Legislativa competência de natureza constitutiva, e não meramente executória ou declaratória na hipótese em questão.

A interpretação teleológica do dispositivo reforça essa compreensão. Ao reservar ao Parlamento a palavra final sobre a perda de mandato de seus membros, o constituinte buscou resguardar o princípio da separação dos Poderes, erigido como cláusula pétrea pelo art. 60, § 4º, III, da Constituição. Trata-se de preservar a independência do Parlamento frente aos demais Poderes, garantindo que a decisão acerca da continuidade do mandato eletivo, expressão direta da soberania popular, não seja subtraída ao órgão legitimado para representá-la.

O constituinte soube distinguir entre hipóteses de perda de mandato fundadas em fatos objetivos, em que se admite a mera declaração da



Mesa (art. 55, § 3º), e aquelas em que deve haver um juízo político sobre a gravidade e reprovabilidade da conduta (incisos I, II e VI), cuja apreciação exige a manifestação do Plenário, por maioria absoluta. Essa exigência assegura que não haja substituição da vontade política da Nação — expressa nas urnas — por uma decisão judicial que, embora legítima no campo penal, não pode, por si só, dissolver o vínculo representativo entre eleito e eleitores. Nesse sentido, a prerrogativa constitucional atribuída à Câmara dos Deputados funciona como salvaguarda institucional do mandato parlamentar, que é antes de tudo uma projeção da vontade popular (art. 1º, parágrafo único, da Constituição).

Para melhor compreensão da matéria, importa observar como a interpretação do art. 55, VI, da Constituição tem sido construída ao longo do tempo pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e pelos próprios precedentes desta Casa Legislativa.

Iniciaremos o exame deste ponto rememorando debates ocorridos nesta Casa em situação semelhante a esta ora analisada. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, quando da análise da Representação nº 20/2013, proposta pela Mesa Diretora em face do então Deputado Natan Donadon, condenado pelo STF, no bojo da Ação Penal nº 396, a treze anos, quatro meses e dez dias de reclusão pelos crimes de formação de quadrilha e peculato, aprovou parecer de relatoria do Deputado Sergio Zveiter, que concluiu pela **competência decisória de natureza constitutiva** da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, inciso VI, da Carta da República.

Naquela oportunidade, esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania decidiu que a Câmara dos Deputados exerce, na análise de Representação proposta pela Mesa Diretora em face de Deputado com condenação criminal transitada em julgado, uma competência efetivamente decisória, e não uma mera competência executória da decisão emanada do Poder Judiciário, senão veja-se:

“Em primeiro lugar, a interpretação literal ou gramatical extraída da letra expressa do § 2º do art. 55 do Texto Magno milita nesse sentido. Com efeito, o dispositivo estabelece textualmente que a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou



pelo Senado Federal, pela maioria absoluta dos seus membros. Ora, qual seria o sentido de atribuir uma competência à maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, utilizando o verbo “decidir”, se o seu papel fosse meramente executório de uma decisão do Poder Judiciário? Não faria nenhum sentido prever uma competência decisória, tomada por maioria absoluta, se os parlamentares estivessem vinculados previamente a um veredito no sentido da perda do mandato. Por definição, quem decide é detentor de um sim ou um não.

Em segundo lugar, a interpretação sistemática dos §§ 2º e 3º do art. 55, conduz ao mesmo resultado. De fato, enquanto o § 2º usa o verbo “decidir”, o § 3º se utiliza do verbo “declarar”, atribuindo essa competência declaratória à Mesa da Casa Legislativa. Como é trivialmente sabido, o legislador não lança mão de palavras ou expressões inúteis. Fossem as competências previstas nos §§ 2º e 3º de natureza idêntica, certamente o legislador constituinte ter-se-ia utilizado do mesmo verbo ou poderia, ainda, ter reunido todas elas em um único dispositivo. Mas não o fez.

Qual o sentido da distinção entre os dois casos? A resposta pode ser colhida da lição do Ministro Teori Zavascki, hoje no Supremo Tribunal Federal, publicado ainda no ano de 1997, no qual Sua Excelência se exprime com a clareza e a acuidade de praxe:

“Aos agentes políticos titulares de cargos eletivos ou não – exige-se, portanto, o pleno gozo dos direitos políticos, não apenas para habilitar-se ou investir-se no cargo, mas igualmente, para nele permanecer. Assim, a superveniente perda ou suspensão dos direitos de cidadania implicará, automaticamente, a perda do cargo. Há, porém, uma exceção: a do parlamentar que sofrer condenação criminal. O trânsito em julgado da condenação acarreta, como já se viu, a suspensão, ipso iure, dos direitos políticos (CF, art. 15, III), mas não extingue, necessariamente, o mandato eletivo. Ao contrário das demais hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos, que geram automática perda do mandato (art. 55, IV, da CF), perda que ‘será declarada pela Mesa da Casa respectiva...’ (art. 55, § 3º), em caso de condenação criminal a perda do mandato (art. 55, VI) ‘...será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta...’ (CF, art. 55, § 2º). Ou seja: não havendo cassação do mandato pela Casa a que pertencer o parlamentar, haverá aí a hipótese de exercício do mandato eletivo por quem não está no gozo dos direitos de cidadania. Esta estranha exceção poderá representar, quem sabe, um mecanismo de defesa contra o exacerbado rigor do art. 15, III, do texto constitucional, mas é curioso que assim seja, dado que a condenação do parlamentar só se tornou viável ante a prévia licença dos seus pares para a instauração da ação penal (CF, art. 53, § 1º).

A essa altura cumpre referir o art. 92, I, do CP, que prevê como ‘efeitos da condenação: I – a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública quando a pena aplicada for superior a quatro anos. À luz da Constituição passada entendia-se que não era legítimo o dispositivo no que se referia ao mandato eletivo, já que, implicando suspensão de direito político, a pena não poderia ser criada senão em lei complementar, como exigia o do art. 149, § 3º da CF/1969. Pois bem, no regime



constitucional vigente, com mais razão a disposição é inaplicável: o mandato eletivo ou se extingue automaticamente pela suspensão dos direitos políticos acarretada pela sentença penal condenatória transitada em julgado, ou, no caso de mandato parlamentar, dependerá de decisão da respectiva Casa Legislativa, como antes se viu” (Direitos políticos: perda, suspensão e controle jurisdicional. Revista de Processo nº 85, do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Janeiro-Março de 1997, p. 188/189).”

Vale destacar que, na mesma toada, sempre foi a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal. Confira-se, a título ilustrativo, a ementa a seguir transcrita:

“Cassação de mandato de parlamentar (art. 55, II, da Constituição Federal). Ato disciplinar da competência privativa da Câmara respectiva, situado em instância distinta da judiciária e dotado de natureza diversa da sanção penal, mesmo quando a conduta imputada ao deputado coincida com tipo estabelecido no Código Penal. Pedido indeferido”. (Mandado de Segurança nº 21.443/DF, relator Min. Octávio Gallotti).

Tal entendimento é corroborado pelo elemento teleológico de interpretação constitucional. Tal elemento nos leva à pergunta sobre o **sentido finalístico** de atribuir-se à Casa Legislativa a competência para decidir definitivamente sobre a perda do mandato do parlamentar condenado por sentença criminal transitada em julgado.

O sentido é de singela compreensão. As hipóteses de perda automática do mandato parlamentar, assinaladas nos incisos III, IV e V do art. 55, envolvem fatos objetivos, como a ausência na terça parte das sessões ordinárias, em cada sessão legislativa, ou a decretação emanada da Justiça Eleitoral. Aqui faz sentido falar-se em uma competência declaratória da Mesa da Casa Legislativa, pois não há margem, em tais casos, para o exercício de atribuições verdadeiramente decisórias.

Já nos casos dos incisos I, II e VI do art. 55, caberá aos parlamentares a formulação de um juízo de reprovabilidade acerca da conduta de determinado parlamentar. Nos casos de quebra de decoro parlamentar, por exemplo, incumbe ao Plenário formar uma convicção sobre a gravidade da conduta do Deputado ou Senador e, ao final, proferir uma autêntica decisão. **Mesmo no caso do inciso VI, caberá à maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa avaliar a gravidade e a reprovabilidade da conduta do parlamentar que gerou a condenação criminal por sentença passada em julgado, formulando um juízo sobre a adequação, ou não, da perda do mandato.**

É possível haver, por exemplo, uma condenação criminal que não tenha qualquer relação de causa ou efeito com o exercício do mandato, o que poderá justificar uma decisão do Plenário em sentido contrário a sua perda. De igual modo, nos casos de quebra de decoro, é possível que um parlamentar absolvido no juízo criminal venha a ser apenado com a perda do seu mandato, por decisão da maioria absoluta da Casa Legislativa.

A razão última da competência das Casas Legislativas para decidir soberanamente sobre a perda do mandato, nos casos dos incisos I, II e VI do art. 55, tem a ver com o princípio da separação e harmonia entre os Poderes, previsto no art. 2º e consagrado como cláusula pétrea no art. 60, § 4º, inciso III, ambos da Lei Maior. Pretendeu o constituinte, de maneira sábia,



reservar a decisão sobre a perda do mandato parlamentar, ao menos nos casos que envolvam um juízo discricionário sobre a gravidade e a reprovabilidade da conduta em questão, ao próprio Poder Legislativo, de modo a evitar uma submissão indesejável ao crivo subjetivo dos demais Poderes.” (grifo nosso)

Por fim, o parecer da CCJC à Representação nº 20/2013, em comento, enfrentou a suposta antinomia entre o art. 55, § 2º e o art. 15, inciso III, da Constituição. O inciso III do art. 15 da Constituição Federal determina a suspensão dos direitos políticos no caso de condenação criminal transitada em julgado, conforme se aduz do texto constitucional a seguir destacado:

“Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.”

Sobre esse ponto, argumentou-se:

Trago à colação, a propósito do tema, trecho do voto do Ministro Celso de Mello, proferido no julgamento do RE 179.502 (rel. Min. Moreira Alves, julgado em 31.05.1995), no qual o tema foi destrinchado de maneira cabal e definitiva:

*“Finalmente, a alegada existência de conflito antinômico entre a regra inscrita no art. 15, III, da Constituição e o preceito consubstanciado no art. 55, § 2º, da Carta Federal foi corretamente analisada, e repelida, pelo em. Relator em seu douto voto.
(...)*

*A concepção sistêmica do ordenamento jurídico impõe que se reconheça, desse modo, uma situação de **coexistência harmoniosa entre as prescrições normativas** que integram a estrutura em que ele se acha formalmente positivado.*

*A relação de antinomia referida constitui, no plano do sistema normativo consagrado pelo novo ordenamento constitucional, situação de **conflituosidade meramente aparente**. A norma inscrita no art. 55, § 2º, da Carta Federal, enquanto preceito de direito singular, encerra uma **importante garantia constitucional destinada a preservar, salvo deliberação em contrário da própria instituição parlamentar, a intangibilidade do mandato titularizado pelo membro do Congresso Nacional, impedindo, desse modo, que uma decisão emanada de outro Poder (o Poder Judiciário) implique, como consequência virtual dela emergente, a suspensão dos direitos políticos e a própria perda do mandato parlamentar.***



Não se pode perder de perspectiva, na análise da norma inscrita no art. 55, § 2º, da Constituição Federal, que esse preceito acha-se vocacionado a dispensar efetiva tutela ao exercício do mandato parlamentar, inviabilizando qualquer ensaio de ingerência de outro Poder na esfera de atuação institucional do Legislativo.

*Trata-se de prerrogativa que, **instituída em favor dos membros do Congresso Nacional**, veio a ser consagrada pela própria Lei Fundamental da República. O legislador constituinte, ao dispensar esse especial e diferenciado tratamento ao parlamentar da União, certamente teve em consideração a **necessidade de atender ao postulado da separação de poderes e de fazer respeitar a independência político-jurídica dos membros do Congresso Nacional.***

*Essa é, portanto, a **ratio subjacente ao preceito consubstanciado no art. 55, § 2º, da Carta Política**, que subtrai, por efeito de sua própria autoridade normativa, a nota de imediatidade que, tratando-se de cidadãos comuns, deriva, exclusivamente, da condenação penal transitada em julgado.*

*Esse sentido da norma constitucional em questão tem sido acentuado, sem maiores disceptações, pela doutrina, cujo magistério proclama que, **nessa particular e específica situação (CF, art. 55, VI), a privação dos direitos políticos somente gerará a perda do mandato legislativo, se a instituição parlamentar, em deliberação revestida de natureza constitutiva, assim o decidir (...).*** (grifo nosso)

Diante do exposto, o parecer aprovado na CCJC à Representação nº 20/2013 concluiu que a decisão a ser proferida pelo Plenário da Câmara dos Deputados, nos casos do art. 55, VI (Deputado que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado), tem natureza constitutiva (art. 55, § 2º, da CF/88), em oposição à natureza meramente declaratória, prevista no § 3º do art. 55: **“trata-se de prerrogativa do Poder Legislativo, cujo fundamento último é o princípio da separação e harmonia entre os Poderes e a garantia da independência político-jurídica dos membros do Congresso Nacional”** (grifo nosso).

Aprovado o parecer na CCJC pela perda do mandato parlamentar do Deputado Natan Donadon, em 21/08/2013, o Plenário da Câmara dos Deputados deliberou, em 28/08/2013, sobre a Representação nº 20/2013. O resultado da votação secreta (sim: 233; não: 131; abstenção: 41; total da votação: 405;)² não alcançou a maioria absoluta necessária, restando rejeitado o parecer da CCJC pela perda do mandato do parlamentar. O

² Diário da Câmara dos Deputados de 29 de agosto de 2013, p. 36982. Disponível em <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020130829001480000.PDF#page=147>. Acesso em 25/09/2025.



Presidente desta Casa à época, Deputado Henrique Eduardo Alves, todavia, comunicou ao Plenário que:

“(...) em razão do cumprimento de pena em regime fechado, o Deputado Natan Donadon encontra-se impossibilitado de desempenhar suas funções, considero-o afastado do exercício do mandato e determino a convocação do suplente imediatamente, em caráter de substituição, pelo tempo que durar o impedimento do titular.”³

Diante da manutenção do mandato do Deputado Natan Donadon, o PSB apresentou, em 02/09/2013, a Representação nº 22/2013, para abertura de processo disciplinar contra o Parlamentar, por quebra do decoro.

Paralelamente, foi impetrado no Supremo Tribunal Federal, pelo Deputado Federal Carlos Sampaio, o Mandado de Segurança nº 32.326/DF contra ato do Presidente da Câmara dos Deputados, que submeteu ao Plenário da Casa deliberação sobre a perda ou não do mandato do Deputado Federal Natan Donadon (Representação nº 20/2013). Em essência, o pedido do impetrante consistiu no reconhecimento de que, na hipótese, a perda do mandato parlamentar não estaria sujeita a decisão do Plenário, mas a mera declaração da Mesa da Câmara dos Deputados:

2. Como causa de pedir, sustenta o impetrante que a Emenda Constitucional nº 35, de 20.12.2001, ao tornar desnecessária a prévia licença da Casa Legislativa para a instauração de processo penal em face de parlamentar, teria provocado uma mutação constitucional quanto ao sentido e alcance do art. 55, VI e § 2º da Constituição. Como consequência, não mais prevaleceria a exigência de deliberação pelo Plenário, para fins de perda do mandato, quando se trate de condenação criminal definitiva. Em outros termos: a nova redação dada aos §§ 1º e 3º do art. 53 da Constituição teria tornado inaplicável o procedimento previsto no § 2º do art. 55 à hipótese prevista no inciso VI.

3. No desenvolvimento do seu argumento, afirma o requerente que as referidas alterações teriam adequado o § 2º do art. 55 a outros preceitos constitucionais, tais como a autoridade do Poder Judiciário (art. 2º), o respeito à coisa julgada (art. 5º, XXXVI) e a necessidade de gozo dos direitos políticos como condição de elegibilidade (art. 14, § 3º, II), que fica prejudicada com a condenação criminal transitada em julgado (art. 15, III). Com base nisso, conclui que, nessa

³ Diário da Câmara dos Deputados de 29 de agosto de 2013, p. 36992. Disponível em <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020130829001480000.PDF#page=147>. Acesso em 25/09/2025.



hipótese, a perda do mandato deve apenas ser declarada pela Mesa (art. 55, § 3º).⁴

Em sede de decisão liminar, a Suprema Corte proferiu, em 02/09/2013, decisão monocrática fixando a seguinte tese: a norma geral que atribui a cada uma das Casas do Congresso Nacional a competência para decidir sobre a perda do mandato de Deputado ou Senador condenado criminalmente por meio de sentença transitada em julgado não se aplica quando a condenação impõe regime inicial fechado e ultrapassa o período restante do mandato parlamentar. Nessa hipótese, a perda do mandato ocorreria de forma automática, em razão da inviabilidade jurídica e material do seu exercício. Confira-se, a seguir, a ementa da decisão, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso:

“MANDADO DE SEGURANÇA. CONDENAÇÃO CRIMINAL DEFINITIVA DE PARLAMENTAR. RECLUSÃO EM REGIME INICIAL FECHADO POR TEMPO SUPERIOR AO QUE RESTA DE MANDATO. HIPÓTESE DE DECLARAÇÃO DE PERDA DO MANDATO PELA MESA (CF, ART. 55, § 3º).

1. A Constituição prevê, como regra geral, que cabe a cada uma das Casas do Congresso Nacional, respectivamente, a decisão sobre a perda do mandato de Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal transitada em julgado.

2. Esta regra geral, no entanto, não se aplica em caso de condenação em regime inicial fechado, que deva perdurar por tempo superior ao prazo remanescente do mandato parlamentar. Em tal situação, a perda do mandato se dá automaticamente, por força da impossibilidade jurídica e fática de seu exercício.

3. Como consequência, quando se tratar de Deputado cujo prazo de prisão em regime fechado exceda o período que falta para a conclusão de seu mandato, a perda se dá como resultado direto e inexorável da condenação, sendo a decisão da Câmara dos Deputados vinculada e declaratória.

4. Liminar concedida para suspender a deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados na Representação nº 20, de 21.08.2013.” (MC no MS 32.326/DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, 02/09/2013) (grifo nosso)

Não obstante, em 11/09/2013, foi instaurado o processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, decorrente da Representação nº 22/2013, tendo sido aprovado, em 27/11/2013, por unanimidade, o Parecer de relatoria do Deputado José Carlos Araújo pela perda do mandato do Deputado Natan Donadon. A matéria foi a Plenário em 12/02/2014, tendo sido aprovado o

⁴ Disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ms32326.pdf>. Acesso em 25/09/2025.



Parecer do Conselho de Ética, pela procedência da Representação nº 22/2013 e perda do mandato parlamentar do Sr. Natan Donadon (Sim: 467; Abst.: 01; Total de votos: 468).

Um ponto relevante a se observar nesse caso é que a primeira votação da Câmara dos deputados, ocorrida em 28 de agosto de 2013, decidiu pela manutenção do mandato do deputado federal condenado por meio de **voto secreto**. No entanto, em 28 de novembro do mesmo ano, foi editada a Emenda Constitucional nº 76, que alterou a redação do § 2º, do art. 55 da Constituição Federal, de forma que a votação acerca da perda do mandato passou a se dar por meio de **voto aberto**.

Em decorrência, foi promulgada, em 12/02/2014, a Resolução nº 53, da Câmara dos Deputados, que declarou a perda do mandato do Deputado Natan Donadon, por procedimento incompatível com o decoro parlamentar, nos termos do inciso II e dos §§ 1º e 2º do art. 55 da Constituição Federal.

Diante da decisão da Câmara dos Deputados pela perda do mandato do Parlamentar, o STF, em 18/03/2014, julgou prejudicado o Mandado de Segurança nº 32.326/DF, conforme seguinte decisão:

“9. Isto porque a superveniente perda do mandato, levada a efeito por deliberação posterior ao ajuizamento, esvaziou o objetivo do presente mandado de segurança, que havia sido impetrado com este fim. Assim, a Resolução nº 53/2014 tornou superada a anterior deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados que havia mantido o mandato.

(...)

11. Por fim, registre-se que o deferimento da medida liminar permitiu que o Poder Legislativo fizesse um novo exame da matéria, já à luz dos elementos constitucionais que tornavam inviável, no caso, a manutenção do mandato parlamentar. Nessa nova oportunidade, a Câmara dos Deputados determinou a perda do mandato pela expressiva maioria de 467 votos favoráveis e nenhum voto contrário, computando-se uma abstenção. Esse tipo de diálogo institucional demonstra que a relação entre o Poder Legislativo e o Supremo Tribunal Federal pode ser marcada por saudável complementariedade, em benefício da efetiva concretização das exigências constitucionais.

12. Diante do exposto, com base no art. 38 da Lei nº 8.038/1990, julgo prejudicado o presente mandado de segurança.”⁵

⁵ Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=208788045&ext=.pdf>. Acesso em 25/09/2025.



Em outra oportunidade, em 2 de maio de 2017, no bojo da Ação Penal nº 694, envolvendo o Deputado Federal Paulo Feijó, a Primeira Turma do STF decidiu pela perda automática do mandato do parlamentar em razão da condenação criminal com pena em regime inicial fechado, fixada em doze anos, seis meses e seis dias de reclusão, por entender que a imposição do regime fechado torna inviável o exercício da função legislativa e, portanto, acionaria o disposto no art. 55, § 3º, III, da Constituição, que trata da perda de mandato do parlamentar que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada:

“DEPUTADO FEDERAL. OPERAÇÃO SANGUESSUGA. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA. QUADRILHA E CRIMES LICITATÓRIOS. PRESCRIÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ATIPICIDADE. CORRUPÇÃO PASSIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO. COLABORAÇÃO PREMIADA. CORROBORAÇÃO DAS PROVAS OBTIDAS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO.

(...)

*7. Perda do mandato parlamentar: É da competência das Casas Legislativas decidir sobre a perda do mandato do Congressista condenado criminalmente (artigo 55, VI e § 2º, da CF). Regra excepcionada – adoção, no ponto, da tese proposta pelo eminente revisor, Ministro Luís Roberto Barroso –, **quando a condenação impõe o cumprimento de pena em regime fechado, e não viável o trabalho externo diante da impossibilidade de cumprimento da fração mínima de 1/6 da pena para a obtenção do benefício durante o mandato e antes de consumada a ausência do Congressista a 1/3 das sessões ordinárias da Casa Legislativa da qual faça parte. Hipótese de perda automática do mandato, cumprindo à Mesa da Câmara dos Deputados declará-la, em conformidade com o artigo 55, III, § 3º, da CF.** Precedente: MC no MS 32.326/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, 02.9.2013.*

8. Suspensão dos direitos políticos do condenado quando do trânsito em julgado da condenação (art. 15, III, da CF).” (AP 694/MT, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, 02/05/2017) (grifo nosso)

Em resposta, a Mesa da Câmara dos Deputados, representada por seu presidente, Rodrigo Maia, ajuizou no STF, em 21 de fevereiro de 2018, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 511, contra o entendimento da Primeira Turma da Corte que, no julgamento da Ação Penal nº 694 em desfavor do deputado Paulo Feijó, decretou a perda de seu mandato e determinou a comunicação da medida à Casa Legislativa. Argumentou-se, no bojo dessa ADPF, que a decisão do STF suprimia



prerrogativa institucional do Legislativo, violando preceitos fundamentais como os princípios da separação dos Poderes e da segurança jurídica.

De acordo com a inicial, a Constituição Federal, em seu artigo 55, inciso VI, § 2º, estabelece que a perda do mandato parlamentar, em razão de condenação criminal com trânsito em julgado, exige a apresentação de uma representação contra o parlamentar. Essa iniciativa deve partir da Mesa da respectiva Casa Legislativa ou de partido político com representação no Congresso Nacional. A representação deve ser processada internamente, garantindo-se o direito à ampla defesa, e somente poderá ser acolhida mediante aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por maioria absoluta.

Sustentou-se que a decisão impugnada confundiria exercício e titularidade do mandato parlamentar:

“(...) a decisão condenatória transitada em julgado pode ser desconstituída, ter sua eficácia suspensa ou ser mitigada de diversas formas, como, a título ilustrativo, por meio de anistia, graça, indulto, pela superveniência de legislação mais favorável, pela abolição criminis ou por meio de revisão criminal e que, por isso, não há que se falar na necessária perda de mandato em decorrência da condenação”.

Sugeriu, por fim, que, em caso de afastamento do parlamentar condenado por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, seria possível a convocação do suplente, de forma a evitar dano à representação política do Estado de que é oriundo.

Com base nesses fundamentos, requereu o deferimento de medida cautelar para suspender: (i) a tramitação da Ação Penal 694; e, ainda, (ii) os efeitos de quaisquer acórdãos proferidos em ações penais que decretem a perda de mandato de deputado federal.

Entretanto, não houve julgamento de mérito da ADPF 511. Em 7 de abril de 2022 o processo foi extinto sem julgamento do mérito, por perda de objeto, tendo em vista o encerramento do mandato do parlamentar pelo decurso da legislatura.



Em 29 de maio de 2018, todavia, o tema da perda de mandato parlamentar em virtude de sentença criminal transitada em julgado foi enfrentado pela Segunda Turma do STF, que decidiu de maneira oposta à Primeira Turma. No bojo da Ação Penal nº 996/DF, que teve como réu principal o Deputado Federal Nelson Meurer, a Segunda Turma do STF condenou o parlamentar por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, impondo pena de treze anos, nove meses e dez dias de reclusão em regime inicial fechado, além de multa. Nessa oportunidade, discutiu-se a perda do mandato parlamentar à luz do art. 55 da Constituição Federal, especialmente se ela ocorreria de forma automática ou não em virtude da condenação criminal transitada em julgado, com pena de reclusão em regime inicial fechado.

O Ministro Relator Edson Fachin defendeu a perda automática do mandato parlamentar, com base na incompatibilidade jurídica e fática entre o regime de cumprimento da pena (fechado) e o exercício regular das funções parlamentares. No entanto, a maioria da Turma acompanhou a divergência inaugurada pelo Ministro Dias Toffoli, segundo o qual a perda de mandato não é automática, mesmo em casos de condenação com regime fechado. Alegou que deve ser respeitada a competência da Casa Legislativa (Câmara dos Deputados), conforme o art. 55, VI e § 2º da Constituição Federal, que exige deliberação da respectiva Casa por maioria absoluta.

O Ministro Dias Toffoli, além de citar em seu voto vasto posicionamento doutrinário a favor da competência decisória do Legislativo no caso, destacou o voto do Ministro Moreira Alves no julgamento do RE nº 179.502/SP, DJe de 31/5/95, primeira oportunidade em que o STF enfrentou e pacificou a questão da competência para decidir sobre a perda do mandato eletivo de parlamentar condenado criminalmente, fundamentando-se no critério da especialidade normativa, apto a resolver antinomias do tipo total-parcial:

“(…) No caso, o complicador introduzido pelo art. 55 da atual Constituição gerou, apenas, um conflito de normas entre esse dispositivo e o artigo 15, III, pela inconciliabilidade que há entre a generalidade do preceito desse art. 15, III, e a especialidade das normas contidas no citado artigo 55. O que há é uma antinomia, do tipo que BOBBIO (Teoria dell’Ordinamento Giuridico. p. 101, G. Giappichelli-Editore, Torino, 1960) denominou ‘antinomia total-parcial’, e que se resolve com o critério da especialidade, pelo qual a



lex specialis restringe nos limites de seu âmbito, a lex generalis. De feito, é indubitável que o preceito contido no inciso III do artigo 15 é princípio geral que sempre se entendeu auto-aplicável nas Constituições anteriores à atual que, à semelhança desta, não exigiam a sua regulamentação por lei infraconstitucional, como também é indubitável que as normas do artigo 55, inclusive as que entram em choque com a generalidade do referido inciso III do artigo 15, são especiais, pois só aplicáveis a parlamentares.

Assim sendo, tem-se que, por esse critério da especialidade - sem retirar a eficácia de qualquer das normas em choque, o que só se faz em último caso, pelo princípio dominante no direito moderno, de que se deve dar a máxima eficácia possível às normas constitucionais -, o problema se resolve excepcionando-se da abrangência da generalidade do artigo 15, III, os parlamentares referidos no artigo 55, para os quais, enquanto no exercício do mandato, a condenação criminal por si só, e ainda quando transitada em julgado, não implica a suspensão dos direitos políticos, só ocorrendo tal se a perda do mandato vier a ser decretada pela Casa a que ele pertencer, sendo que a suspensão de direitos políticos por outra causa, que não como consequência da condenação criminal transitada em julgado, é a hipótese em que se aplica o disposto no artigo 55, IV e parágrafo 3º (grifei).⁶

Com base nas informações reunidas, é possível concluir que há uma efetiva divergência jurisprudencial entre a Primeira e a Segunda Turmas do Supremo Tribunal Federal quanto à interpretação do artigo 55, incisos III, IV e VI, combinados com os §§ 2º e 3º da Constituição Federal, no que tange à perda do mandato parlamentar em decorrência de condenação criminal transitada em julgado.

A Primeira Turma tem adotado entendimento segundo o qual a perda do mandato parlamentar pode ocorrer de forma automática nos casos em que a condenação impõe regime de reclusão fechado e inviabiliza, de modo fático, o exercício das funções parlamentares. Essa foi a linha adotada nos julgamentos da Medida Cautelar no Mandado de Segurança nº 32.326/DF (caso do Deputado Natan Donadon), da Ação Penal nº 694 (caso do Deputado Paulo Feijó) e, mais recentemente, da Ação Penal nº 2.428, que resultou na condenação da Deputada Carla Zambelli. Nessa última decisão, a Turma não apenas reconheceu a autoria e materialidade dos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica, como também determinou expressamente a perda do mandato parlamentar, a ser comunicada à Câmara

⁶ AP 996/DF, 29/5/2018, pp. 464 e 465 de 486.



dos Deputados após o trânsito em julgado, com fundamento no art. 55, IV e VI, § 3º, da Constituição Federal e art. 92 do Código Penal.

Por outro lado, a Segunda Turma do STF afirmou a necessidade de deliberação pela Casa Legislativa respectiva para que se concretize a perda do mandato, nos termos do art. 55, VI e § 2º da Constituição. Essa orientação consta do julgamento da Ação Penal nº 996, em que, apesar da imposição de pena em regime fechado ao então Deputado Federal Nelson Meurer, a Turma decidiu que a perda do mandato não se opera de forma automática, devendo ser submetida à deliberação da Câmara dos Deputados, assegurando-se o devido processo constitucional e o exercício da prerrogativa institucional do Legislativo.

Essa dissonância entre os órgãos fracionários do Supremo Tribunal revela uma instabilidade interpretativa relevante, especialmente porque o desfecho do mandato parlamentar atinge diretamente o núcleo da representação popular, o equilíbrio entre os Poderes e a garantia de direitos fundamentais. A jurisprudência oscilante compromete, ainda, a previsibilidade das decisões e pode gerar insegurança jurídica quanto aos efeitos das condenações penais impostas a parlamentares no exercício do mandato eletivo.

Diante dessa divergência jurisprudencial, reafirmamos nossa posição no sentido de que não existe, em hipótese alguma, perda automática de mandato parlamentar. Essa interpretação, embora defendida por parte do Supremo Tribunal Federal, não encontra respaldo no texto constitucional e não vincula esta Câmara dos Deputados, que exerce competência própria, exclusiva e insubstituível no tema. O Parlamento não convalida automatismos que não estejam expressamente previstos na Constituição.

Mesmo naqueles incisos do art. 55 que utilizam o verbo “declarar”, jamais houve automaticidade. A perda do mandato somente se consuma se a Mesa Diretora adotar o ato, e esse ato tem natureza política, não meramente registral. O caso do deputado Evandro Roman, em 2021, é demonstração objetiva disso: apesar de determinação do TSE,



a Mesa não declarou a perda, o mandato permaneceu válido e, até mesmo, mudanças legislativas posteriores impactaram diretamente o desfecho do caso. Se fosse automática, a Câmara não teria tido margem alguma de atuação. Esse precedente confirma o que a Constituição já indica: nenhuma perda de mandato se opera sem ato da Casa Legislativa.

Nesse quadro, a interpretação que melhor se harmoniza com a Constituição — e com o próprio princípio democrático — é a de que compete privativamente ao Plenário da Câmara dos Deputados decidir sobre a perda do mandato de deputado federal quando houver condenação criminal transitada em julgado, nos termos do art. 55, VI e §2º. O verbo empregado pelo constituinte é inequívoco: “decidir”, e não “declarar”. Essa escolha redacional não é acidental. Ela distingue claramente hipóteses em que a Câmara apenas reconhece fatos objetivos (incisos I a V) de hipóteses em que há necessidade de juízo político qualificado.

Tivesse o constituinte desejado atribuir caráter meramente declaratório nas hipóteses do inciso VI, teria o feito com a mesma redação do §3º. À perda do mandato em razão de condenação penal, teria utilizado no inciso VI a mesma técnica redacional do §3º. Não o fez. Ao contrário: previu votação de maioria absoluta, procedimento próprio e ampla defesa. Nada disso existe quando se pretende falar em “automaticidade”. E, numa matéria em que a própria Constituição exige a intervenção formal e substancial da Câmara, a adoção de qualquer automatismo — ainda que amparado por leituras jurisprudenciais — seria não apenas inconstitucional, mas institucionalmente suicida.

Por essas razões, reafirmamos: a perda automática não existe; nunca existiu; e não pode ser admitida especialmente no único caso em que a Constituição expressamente entrega a decisão ao Plenário desta Casa.

A leitura isolada desses dispositivos poderia induzir à conclusão de que há um conflito insuperável entre eles. Todavia, trata-se de



hipótese clássica de antinomia aparente de normas constitucionais, resolvível pelo critério da especialidade normativa, conforme sistematizado por Norberto Bobbio. Nas antinomias do tipo total-parcial, uma norma geral (total) parece colidir com outra norma especial (parcial), mas, em verdade, a norma especial incide apenas sobre uma parte do campo de aplicação da norma geral, prevalecendo sobre essa.

É nesse contexto que se deve compreender a relação entre os arts. 15, III, 55, IV e 55, VI da Constituição. O art. 15, III, contém regra de caráter geral, aplicável indistintamente a todos os cidadãos, determinando a suspensão dos direitos políticos em caso de condenação criminal transitada em julgado. Já o art. 55, VI, combinado com o § 2º, estabelece disciplina específica para a situação peculiar dos parlamentares federais, atribuindo ao Plenário da Câmara ou do Senado a competência para decidir, por maioria absoluta, sobre a perda do mandato. O que se verifica, portanto, é uma **antinomia do tipo total-parcial**, na classificação de Bobbio, resolvida pelo critério da especialidade: a norma geral do art. 15, III, continua válida e aplicável em sua inteireza, excetuando-se, contudo, da sua abrangência os casos de Deputados e Senadores, que se submetem ao regime especial delineado no art. 55, VI e § 2º da Constituição Federal.

Assim, enquanto perdurar o mandato parlamentar, a condenação criminal transitada em julgado não opera automaticamente a suspensão dos direitos políticos nem a perda do mandato, que apenas se concretizam se e quando a Casa Legislativa respectiva assim deliberar. Apenas em hipóteses de suspensão de direitos políticos decorrentes de outras causas — como, por exemplo, a superveniência de situação que enseje incapacidade civil absoluta (CF/88, art. 15, II) ou a condenação por ato de improbidade administrativa (CF/88, art. 15, V, c/c art. 37, § 4º) — é que se aplica a regra geral do art. 55, IV, c/c § 3º, impondo-se à Mesa da Casa Legislativa o dever de declarar a perda do mandato.

Portanto, aplica-se aqui a máxima *lex specialis derogat legi generali* (A lei especial derroga a lei geral). O regime jurídico do art. 55, VI e § 2º constitui norma especial, destinada a disciplinar parcela específica dos casos de suspensão de direitos políticos: os que atingem parlamentares



federais. Assim, não há conflito real entre os dispositivos, mas simples coexistência de normas gerais e especiais dentro da própria Constituição. Essa interpretação sistemática não apenas preserva a unidade da Constituição, afastando qualquer leitura de antinomia real, como também garante a plena eficácia da opção do constituinte pela proteção institucional do mandato parlamentar, em consonância com os princípios da separação dos Poderes e da soberania popular.

A interpretação teleológica do art. 55, VI, da Constituição Federal confirma a natureza constitutiva da decisão do Legislativo. O constituinte originário, ao reservar ao Plenário da Casa Legislativa a deliberação sobre a perda de mandato de parlamentar condenado criminalmente, não o fez de forma fortuita. Pretendeu, em verdade, assegurar a autonomia institucional do Legislativo, resguardando-o de ingerências indevidas dos demais Poderes. A perda do mandato parlamentar, diferentemente da suspensão de direitos políticos de um cidadão comum, não é apenas um efeito jurídico da condenação penal, mas uma decisão política de extrema relevância para a democracia representativa.

A separação de Poderes, prevista no art. 2º da Constituição e protegida como cláusula pétrea no art. 60, § 4º, III do texto constitucional encontra aqui uma de suas expressões mais sensíveis. A ingerência de um Poder sobre outro em matéria de composição política de suas Casas significaria romper o equilíbrio institucional concebido pelo constituinte. Se a perda de mandato de Deputado ou Senador pudesse ser decretada automaticamente pelo Judiciário, o Legislativo se veria submetido a outro Poder naquilo que lhe é mais essencial: a definição dos titulares de seus assentos, que representam a vontade soberana da Nação. É precisamente para evitar tal vulneração que o constituinte atribuiu competência decisória ao Plenário, exigindo o quórum qualificado da maioria absoluta.

Nesse ponto, importa destacar que a deliberação da Câmara não se dirige a rever ou desconstituir a condenação penal — prerrogativa exclusiva do Judiciário —, mas a avaliar, sob o prisma jurídico-político, se essa condenação deve ou não acarretar a perda do mandato. Essa competência não significa privilégio pessoal do parlamentar,



mas garantia institucional do próprio Parlamento, expressão da independência do Poder Legislativo e condição para o regular funcionamento do regime democrático.

Ademais, a razão última dessa opção do constituinte radica-se na soberania popular. O mandato não pertence ao eleito individualmente, mas ao povo que o investiu. A soberania popular, fundamento da República (CF, art. 1º, parágrafo único), impõe que a supressão desse mandato somente possa ocorrer por decisão de seus representantes, e não por imposição de outro Poder. A Câmara dos Deputados exerce, assim, não um privilégio corporativo, mas a função institucional de guardião do mandato conferido pelo eleitorado.

Há que se enfrentar, ainda, a tese segundo a qual a decisão condenatória, por si só, já importaria na perda automática do mandato, pela aplicação do art. 55, III, da Constituição Federal em razão de ausência presumida às sessões deliberativas legislativas. Esse raciocínio, defendido em alguns precedentes judiciais, parte da premissa de que o cumprimento de pena privativa de liberdade, sobretudo em regime fechado, impossibilitaria o comparecimento às sessões e, por conseguinte, configuraria a hipótese constitucional de inassiduidade.

Sobre esse ponto, importa registrar que a própria Constituição Federal contempla hipóteses de afastamento prolongado de parlamentares, que podem superar o limite de cento e vinte dias, sem que isso implique perda do mandato. O art. 56 prevê, de modo expresso, a possibilidade de licença para tratamento de saúde (inciso II), hipótese em que a convocação de suplente não extingue a titularidade do mandato, ainda que o afastamento ultrapasse cento e vinte dias (art. 56, § 1º). O mesmo se verifica nas chamadas licenças consecutivas, em que períodos sucessivos de afastamento — por motivos de saúde e por interesse particular — podem perfazer prazo superior a cento e vinte dias, sem que se opere a perda do mandato do titular, limitando-se a situação à substituição temporária pelo suplente.

Esse desenho normativo revela um princípio claro: o afastamento, mesmo prolongado, não gera automaticamente a perda do



mandato, mas tão somente a substituição temporária para assegurar a continuidade da representação popular. O mandato, enquanto expressão da soberania do povo (CF, art. 1º, parágrafo único), não se dissolve em razão de impedimentos transitórios ou supervenientes. Ele subsiste como titularidade política até que sobrevenha decisão constitutiva da Casa Legislativa, nos moldes do art. 55, VI, § 2º da Constituição Federal.

A interpretação que busca extrair do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, a hipótese de perda automática do mandato parlamentar em razão de prisão, revela duas impropriedades de natureza constitucional. A primeira consiste em presumir, de forma antecipada, a ocorrência de faltas futuras, quando o texto constitucional exige a verificação concreta da ausência a mais de um terço das sessões ordinárias em cada sessão legislativa. A segunda reside em desconsiderar a garantia da ampla defesa, princípio basilar dos processos de natureza administrativa, expressamente assegurado pelo art. 55, inciso VI, e § 2º da própria Constituição Federal.

Além disso, não se pode olvidar que mesmo a decisão penal condenatória com trânsito em julgado pode ter sua eficácia suspensa, mitigada ou até desconstituída em virtude de instrumentos previstos no próprio ordenamento jurídico. A concessão de anistia, graça ou indulto (CF, arts. 48, VIII, e 84, XII), a edição de lei penal mais benéfica com aplicação retroativa (CF, art. 5º, XL), a superveniência de *abolitio criminis*, ou ainda a procedência de revisão criminal (CF, arts. 5º, XXXV e 102, I, “j”; CPP, art. 621 e seguintes), são hipóteses concretas em que a condenação, embora formalmente definitiva, pode perder seus efeitos ou ser substancialmente alterada. Nesses casos, a perda automática do mandato, decretada à margem do procedimento constitucional próprio, acarretaria um dano irreversível ao vínculo representativo, sem possibilidade de reparação adequada.

Daí porque a preservação da titularidade do mandato, ainda que o parlamentar esteja impossibilitado de exercê-lo por cumprir pena privativa de liberdade, possui utilidade intrínseca. O mandato é projeção da soberania popular. Garantir que ele subsista até a deliberação da Câmara significa assegurar que a representação política do povo não seja desfeita por decisão judicial cujos efeitos podem ser revistos ou mitigados.



A lógica constitucional, portanto, é clara: apenas a deliberação da Casa Legislativa tem a legitimidade necessária para, avaliando as circunstâncias políticas e representativas, decidir pela perda ou manutenção do mandato do parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. Enquanto não houver deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, VI, § 2º, da Constituição Federal, a titularidade do mandato deve subsistir, independentemente do regime de cumprimento da pena, pois assim se preservam a independência do Poder Legislativo (art. 2º), a separação e harmonia entre os Poderes (art. 60, § 4º, III) e a soberania popular, fundamento da República (art. 1º, parágrafo único).

Tal entendimento encontra respaldo na doutrina, nos precedentes desta Comissão e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, no julgamento da Ação Penal nº 996, reafirmou que a perda do mandato parlamentar, mesmo em hipóteses de condenação a regime inicial fechado, não se opera de forma automática, dependendo de deliberação do Plenário da Casa Legislativa respectiva.

Assentada essa premissa interpretativa, cumpre avançar para o exame concreto dos fatos e das provas reunidas nos autos da presente Representação, a fim de aferir, mediante juízo político a ser exercido pelo Plenário desta Casa Legislativa, sobre a perda do mandato ora em análise.

II.2 DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA PARA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS E A NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

A competência da Câmara dos Deputados para deliberar sobre a perda de mandato parlamentar, prevista no art. 55, VI, § 2º, da Constituição Federal, não se limita à votação em Plenário. Ela compreende a condução de um processo político-disciplinar, de natureza administrativa, assegurando-se ao parlamentar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, como determina o art. 5º, LIV e LV, da Constituição.



Nesse contexto, o art. 240, § 3º, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, autoriza a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a proceder à realização de diligências e à produção de provas necessárias à adequada instrução processual. Essa previsão regimental reforça que a decisão da Casa não pode ser automática, mas deve ser precedida de procedimento formal que permita à defesa se manifestar e garanta aos parlamentares elementos para formar convicção quanto à subsistência do mandato.

Importa destacar que a decisão da Câmara dos Deputados não reproduz o julgamento penal realizado pelo Poder Judiciário. Enquanto este exerce um **juízo jurídico-penal**, voltado à apuração da responsabilidade individual e à aplicação da sanção criminal, a Câmara exerce um **juízo jurídico-político**, que abrange a ponderação sobre a gravidade da conduta, seus reflexos institucionais, a regularidade da condução do processo, a participação do parlamentar e o contexto fático em que os eventos se desenvolveram — tudo à luz da soberania popular e da independência do Poder Legislativo. Nesse quadro, a instrução probatória não se destina a reexaminar a culpa penal, mas a fornecer elementos objetivos e suficientes para a deliberação que a Carta Magna expressamente reserva ao Parlamento.

Assim, as diligências conduzidas por esta Comissão visam, para além de assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa, proporcionar uma explanação precisa e qualificada dos fatos, de modo a subsidiar os Deputados no desempenho de sua função deliberativa. Vinculados à praxis política e representativa, os parlamentares necessitam dispor de todos os elementos informativos possíveis para formar o juízo que os conduzirá à decisão pela procedência ou improcedência da presente Representação.

A publicidade das diligências e dos depoimentos, bem como a participação ativa dos Deputados na inquirição das testemunhas e no exame dos documentos probatórios remetidos a esta Comissão — entre eles, os autos da Ação Penal nº 2.428, pareceres técnicos, análises periciais e demais relatórios complementares — justifica-se na medida em que caberá a esta



Casa Legislativa, em nome do constituinte originário, deliberar sobre a cassação ou manutenção do mandato parlamentar.

É certo que a competência para processar e julgar os crimes comuns, inclusive aqueles supostamente cometidos por parlamentares, pertence ao Poder Judiciário, órgão dotado de capacidade técnica e institucional para a apreciação probatória e aplicação da lei penal.

Não obstante, o constituinte reservou ao Parlamento o poder decisório quanto à perda do mandato parlamentar decorrente de condenação criminal definitiva, justamente para resguardar a primazia da representação popular e a soberania do voto, preservando, ainda, o princípio da separação e harmonia entre os Poderes em plena observância ao art. 2º da Constituição Federal. Assim, sobre a representatividade política emanada do sufrágio popular, incumbe deliberar aos próprios representantes do povo — sempre que o constituinte assim o quis —, em reverente observância ao desenho constitucional do Estado Democrático de Direito.

A opção regimental de atribuir à CCJC a condução desse processo não é casual. Trata-se de uma Comissão de composição ampla e plural, representativa das diversas correntes políticas da Casa, o que garante legitimidade institucional ao procedimento e segurança jurídica à decisão final. Ademais, o exame aqui realizado não possui natureza meramente ética e disciplinar, mas política e constitucional, razão pela qual compete a esta Comissão zelar pela observância do devido processo legislativo e dos princípios da legalidade, da ampla defesa e da separação dos Poderes.

Nesse contexto, a Câmara dos Deputados exercerá, em sua deliberação final, um juízo jurídico-político, isto é, um juízo fundado na ordem constitucional, mas que exige também a ponderação política própria do Parlamento.

Ao conduzir as diligências, a CCJC age de forma diligente e técnica para assegurar que a representada tenha oportunidade plena de defesa, de manifestação e de produção de provas. O objetivo não é reexaminar a decisão judicial que levou à condenação penal — prerrogativa exclusiva do



Poder Judiciário —, mas deliberar, no exercício da competência constitucional própria do Parlamento, se essa condenação deve ou não implicar a perda do mandato parlamentar.

Em última instância, o que se submete à apreciação da Câmara não é apenas a situação jurídica individual da Deputada, mas o destino de 946.244 votos que ela representa. A perda automática desse mandato, ou de qualquer outro, sem processo interno e sem deliberação da Casa, significaria permitir que um Poder da República anulasse, sem contraditório, a vontade soberana do eleitorado, instaurando perigoso precedente de interferência judicial sobre a representação popular. A CCJC, portanto, cumpre aqui o papel de guardião da legitimidade democrática e da independência do Poder Legislativo.

O primeiro passo do procedimento de diligências previsto no Regimento Interno é a apresentação da defesa escrita pelo parlamentar representado. O art. 240, § 3º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece que, uma vez recebida e processada a representação, será fornecida cópia integral ao Deputado, que disporá do prazo de cinco sessões para apresentar defesa escrita e indicar as provas que entender pertinentes. O inciso II do mesmo parágrafo reforça a centralidade dessa etapa ao prever que, caso o parlamentar não apresente defesa, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para fazê-lo dentro do mesmo prazo.

Essa previsão regimental revela o elevado valor jurídico e institucional atribuído ao direito de defesa, pilar essencial de qualquer processo sancionador, sobretudo quando em jogo está a soberania popular expressa no mandato parlamentar. O ato de assegurar, inclusive por meio de defensor dativo, a existência de uma defesa escrita formaliza o compromisso da Câmara dos Deputados com o devido processo legal substancial, prevenindo qualquer decisão automática ou meramente formal que possa vulnerar o contraditório.

Encerrada essa fase, o Regimento confere à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sob a relatoria designada, o poder-dever de conduzir as diligências e a instrução probatória que entender necessárias à



adequada formação do juízo dos parlamentares. Conforme dispõe o inciso III do § 3º do art. 240, “apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer [...] concluindo pela procedência da representação ou pelo seu arquivamento”.

A teleologia desse dispositivo é inequívoca: a expressão “as diligências que entender necessárias” traduz a intenção do legislador regimental de permitir que a CCJC, por meio de seu relator e de seus membros, disponha da mais ampla margem de atuação instrutória dentro dos limites da razoabilidade. Cabe à Comissão, portanto, determinar e realizar todos os atos que se revelem úteis à formação do juízo jurídico-político sobre a perda do mandato parlamentar, seja mediante a oitiva de testemunhas, a requisição de cópias do processo judicial, a obtenção de pareceres técnicos ou a solicitação de informações complementares às autoridades competentes.

Essa competência instrutória, exercida sob o crivo da colegialidade e da transparência, visa assegurar que a decisão da Câmara dos Deputados — de natureza constitutiva e de altíssimo impacto institucional — seja tomada com base em elementos concretos e devidamente esclarecidos. Em outras palavras, “entender necessárias” as diligências significa agir com prudência, amplitude e diligência técnica para que tanto o relator quanto os demais parlamentares disponham de fundamentos sólidos no exercício do juízo jurídico-político que a Constituição lhes reserva.

Note-se a inteligência normativa do inciso III do § 3º do art. 240 do RICD: ao dispor que, “apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias” e, ao final, “proferirá parecer [...] concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento desta”, o dispositivo positiva a possibilidade de improcedência. A previsão subsequente — “procedente a representação, a Comissão oferecerá também o projeto de resolução no sentido da perda do mandato” — pressupõe logicamente o cenário inverso (improcedência), evidenciando que a defesa e a instrução probatória são etapas substanciais, e não meros ritos protocolares.



Em outras palavras, a ampla defesa e o contraditório não servem para “cumprir tabela”: são garantias com vocação de eficácia real, aptas a influenciar o desfecho do procedimento, inclusive conduzindo ao arquivamento. A própria Constituição Federal, em seu art. 55, § 2º, ao prever que, nos casos de perda de mandato decorrente de condenação criminal transitada em julgado, “será assegurada ampla defesa”, deixa claro que essa garantia não é meramente formal, mas substancial e eficaz, apta a produzir efeitos concretos no resultado do processo.

Desprende-se disso a necessidade de reconhecer que a CCJC, no exercício de sua competência, pode divergir do entendimento firmado no juízo penal quanto às consequências político-representativas da condenação — sem, com isso, revisar a culpa criminal (matéria jurisdicional), mas exercendo o juízo jurídico-político que a Constituição reserva ao Parlamento (art. 55, VI e § 2º). O eixo decisório aqui é outro: não se julga novamente o fato típico, mas se aprecia, sob a ótica da soberania popular e da separação dos Poderes, se a condenação deve ou não acarretar a perda do mandato.

Daí a teleologia do Regimento: ao franquear à Comissão “as diligências que entender necessárias”, confere-lhe poder-dever instrutório amplo (dentro da razoabilidade) para municiar Relator e Colegiado com elementos suficientes à formação de convicção — o que inclui, se for o caso, sustentar a improcedência. De resto, não seria em outro sentido que a Constituição prevê a ampla defesa: garantia constitucional só se realiza plenamente quando pode alterar o resultado do processo sancionador.

O conjunto de diligências forma o meio pelo qual o Poder Legislativo exerce sua autonomia decisória, garantindo que sua deliberação se fundamente em elementos objetivos e completos, e não apenas na comunicação formal de uma sentença judicial.

A estrutura regimental confirma o desenho constitucional: a conjugação entre a ampla defesa eficaz e a instrução probatória efetiva culmina na decisão constitutiva do Parlamento, que pode concluir tanto pela procedência, com a apresentação de projeto de resolução para a perda do



mandato, quanto pela improcedência e consequente arquivamento da representação, preservando a independência do Poder Legislativo e a vontade soberana do eleitorado.

Encerrada a fase instrutória, a decisão sobre a perda ou manutenção do mandato caberá ao Plenário da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 240, § 3º, inciso IV, do Regimento Interno, que dispõe:

IV - o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, uma vez lido no expediente, publicado no Diário da Câmara dos Deputados e distribuído em avulsos, será incluído em Ordem do Dia

A leitura do dispositivo revela que a competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se encerra com a elaboração e aprovação do parecer, cuja função é oferecer ao Plenário todos os elementos técnicos, jurídicos e fáticos necessários à deliberação final. A decisão propriamente dita é de natureza constitutiva e compete ao Plenário da Câmara, que a tomará por maioria absoluta de seus membros, conforme estabelece o art. 55, § 2º, da Constituição Federal.

Assim, a atuação desta Comissão deve pautar-se pela exaustividade instrutória e pela transparência procedimental, de modo que os elementos colhidos — depoimentos, documentos, pareceres e diligências — não sirvam apenas à convicção dos membros da CCJC, mas estejam também à disposição de todos os Deputados Federais, permitindo-lhes formar o juízo necessário ao exercício do voto no evento deliberativo final.

Com a condução de um processo interno, próprio e completo — ainda que instaurado em razão de ato do Poder Judiciário —, a formação do juízo dos parlamentares decorre de atos institucionais da Câmara dos Deputados. Dessa forma, mesmo na hipótese de procedência da representação, preserva-se a independência do Poder Legislativo, que, embora provocado pela condenação criminal transitada em julgado, conduz processo



autônomo, legítimo e integral, em estrita consonância com o que preconizam os arts. 2º e 55, § 2º, da Constituição Federal.

Trata-se, portanto, de garantir que a decisão do Plenário, expressão máxima da representação popular no âmbito do Poder Legislativo, seja tomada com base em um conjunto probatório completo e fidedigno, em respeito ao devido processo constitucional e à soberania do voto.

II.3 DO CONTEXTO FÁTICO E ANALÍTICO DAS DILIGÊNCIAS

A presente Representação nº 2, de 2025, teve origem na condenação criminal transitada em julgado da Deputada Federal Carla Zambelli Salgado de Oliveira, proferida pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Penal nº 2.428. Na referida decisão, a parlamentar foi condenada pelos crimes de invasão de dispositivo informático qualificada pelo prejuízo econômico (art. 154-A, §2º, do Código Penal), por treze vezes, e falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), por dezesseis vezes, ambos reconhecidos na forma continuada do art. 71 do mesmo diploma legal.

De acordo com o acórdão publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 21 de maio de 2025, a Corte entendeu que as invasões aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram executadas por Walter Delgatti Neto, o qual teria inserido documentos ideologicamente falsos — entre eles, mandados de prisão e alvarás de soltura —, a pedido e com instigação da Deputada Carla Zambelli. A decisão fixou pena de dez anos de reclusão e duzentos dias-multa, além de indenização no valor de R\$ 2.000.000,00, com destinação ao fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/1985.

Com o trânsito em julgado da condenação, o Supremo Tribunal Federal determinou a comunicação à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, inciso VI, e §2º, da Constituição Federal. A Mesa, por sua vez, deflagrou o procedimento constitucional de verificação da



perda do mandato parlamentar, remetendo a matéria à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), conforme o art. 240, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Recebida a Representação, esta Comissão promoveu a notificação da parlamentar para apresentação de defesa escrita e, na sequência, deliberou pela realização de diligências instrutórias, incluindo a oitiva de testemunhas, a requisição de documentos, a análise de pareceres técnicos e o exame dos autos da Ação Penal nº 2.428, encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal.

O conjunto dessas diligências teve por objetivo oferecer aos membros desta Comissão e, posteriormente, ao Plenário da Câmara, um quadro fático completo, permitindo a apreciação responsável e fundamentada da Representação, em observância aos princípios do devido processo e da soberania popular.

Para fins de clareza expositiva, a análise fática que se segue está organizada em quatro partes: (a) a defesa escrita apresentada pela representada; (b) os depoimentos colhidos nas audiências de instrução; (c) o exame dos autos da Ação Penal nº 2.428; e (d) outros documentos e manifestações juntadas à esta representação.

a) DA DEFESA ESCRITA

Nos termos do art. 240, §3º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, uma vez recebida e processada a Representação, deve ser fornecida cópia integral à parlamentar representada, a quem é assegurado o prazo de cinco sessões para apresentar defesa escrita e indicar as provas que entender pertinentes.

No presente caso, a Deputada Carla Zambelli Salgado de Oliveira foi notificada em 23 de junho de 2025 da existência da Representação nº 2/2025, sendo-lhe encaminhada cópia da inicial e dos documentos que a instruem, com a devida comunicação do prazo legal para manifestação, a contar de 24 de junho de 2025.



A parlamentar apresentou defesa escrita tempestiva em 2 de julho de 2025, por intermédio de seus advogados, Dr. Fábio Phelipe Garcia Pagnozzi e Dr. Pedro Paulo Pagnozzi, nos termos regimentais. O documento foi protocolado junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e passou a integrar os autos do presente processo, constituindo a peça formal de defesa da representada, com a exposição das razões jurídicas e fáticas que sustentam a sua tese e a indicação das provas a serem produzidas.

A defesa escrita apresentada contém extensa argumentação jurídica acerca de supostos vícios processuais e restrições ao exercício pleno da defesa no curso da Ação Penal nº 2.428, que deu origem à presente Representação nº 2/2025.

Segundo a peça defensiva, o processo judicial teria sido conduzido em desconformidade com as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Argumenta-se, em primeiro lugar, que a defesa técnica não teria obtido acesso integral ao conjunto probatório produzido nos autos, especialmente aos arquivos digitais e relatórios técnicos apreendidos e analisados pela Polícia Federal, estimados em aproximadamente 700 (setecentos) gigabytes de dados. Essa limitação, no entender da defesa, teria comprometido a paridade de armas e a elaboração de estratégia adequada para o enfrentamento das imputações.

A defesa também sustenta que o trânsito em julgado da condenação teria ocorrido de forma prematura, impossibilitando a interposição de recursos cabíveis e, por consequência, o exame da decisão por instância superior. Para embasar tal alegação, invoca o art. 8º, item 2, alínea “h”, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que assegura a toda pessoa condenada o direito de recorrer da sentença a um tribunal superior.

Em sequência, a defesa aponta suposta violação ao devido processo legal substancial, afirmando que o conjunto desses fatores teria limitado o exercício do contraditório e da ampla defesa. Defende, nesse sentido, que a formação da culpa não observou o equilíbrio processual



necessário e que a condução do processo penal teria resultado em cerceamento de defesa.

Outro ponto de destaque na peça defensiva refere-se à credibilidade da prova testemunhal utilizada como fundamento da condenação. A defesa menciona que o principal depoente, Walter Delgatti Neto, teria histórico de contradições e de comportamento incompatível com a fidedignidade exigida de uma testemunha, mencionando inclusive laudos e relatórios policiais que o teriam qualificado como pessoa de reputação duvidosa e mitomania.

A partir desse argumento, sustenta que não há prova direta de vínculo entre a Deputada e os atos de invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltando que o próprio relatório técnico da Polícia Federal teria concluído pela ausência de interações comprovadas entre a representada e o autor material dos delitos.

Com base nesse conjunto de alegações, a defesa concluiu que a condenação proferida pelo Supremo Tribunal Federal estaria eivada de nulidades materiais e formais, o que comprometeria sua validade jurídica e impediria que dela decorresse automaticamente a perda do mandato parlamentar.

A defesa acrescenta, ainda, que as nulidades e irregularidades apontadas decorreriam de um contexto de perseguição política supostamente promovido no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em razão das posições ideológicas e da atuação pública da parlamentar. Sustenta que o processo teria extrapolado os limites da jurisdição penal para alcançar finalidade de natureza política, o que, segundo a tese defensiva, configuraria ofensa direta aos princípios da separação e harmonia entre os Poderes e à autonomia institucional do Parlamento.

Por fim, a defesa, amparando-se na tese de ausência de provas diretas que vinculem a representada aos fatos narrados na condenação bem como na suposta existência de dúvida razoável quanto à autoria e à materialidade, requereu o arquivamento sumário da Representação nº 2/2025,



com fundamento na preservação da soberania popular e das prerrogativas parlamentares. Subsidiariamente, pleiteou a realização de diligências de defesa, compreendendo a oitiva de testemunhas — entre elas Walter Delgatti Neto, General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, Michel Spiero, Delegado Flávio Vieitez Reis e Agente Felipe Monteiro de Andrade —, além da oitiva da própria Deputada representada por videoconferência, bem como a eventual audiência de confrontação entre as testemunhas, de modo a assegurar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa no âmbito desta Comissão.

A defesa escrita dedica, ainda, parte considerável de sua exposição à formulação de reflexões teóricas sobre a autonomia e a essencialidade do Poder Legislativo no regime democrático, destacando a importância da separação dos Poderes e da preservação da soberania popular como fundamentos estruturantes da República. Embora as considerações apresentadas revelem conteúdo doutrinário e político de inegável relevo histórico, o relator registra que tais digressões não possuem impacto direto sobre a instrução da presente Representação, razão pela qual não serão objeto de análise específica neste voto, que se limita aos aspectos jurídicos e fáticos pertinentes à matéria em exame.

Cumprir registrar, por oportuno, que o arquivamento sumário de representações dessa natureza — à semelhança do que ocorre no processo penal — seria, em tese, ato de competência da Mesa Diretora. No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao relator caberia optar por apresentar relatório pela improcedência, sem necessidade de dilação probatória ou diligências complementares, desde que o relator não as achasse necessárias, como consta do regimento.

Não foi, todavia, o que se verificou na Representação nº 2/2025. A condenação da representada refere-se a delitos de elevada gravidade, envolvendo invasões a sistemas públicos e falsidade ideológica praticadas de forma reiterada, com potenciais reflexos sobre a integridade de instituições da República. Ademais, as teses deduzidas pela defesa ultrapassam a mera discussão sobre a relevância política dos fatos, apoiando-se em alegações de ilegitimidade do processo judicial e de suposta



perseguição política — matérias que, por sua natureza, não podem ser examinadas como fundamento de arquivamento sumário, sob pena de invadir a esfera jurisdicional e esvaziar a competência constitucional desta Comissão.

Por tais razões, e em observância ao princípio da prudência institucional, esta relatoria entendeu não caber o acolhimento do pedido de arquivamento sumário, optando pela instrução plena do feito e pela realização das diligências cabíveis, de modo a assegurar aos parlamentares a formação de um juízo técnico, legítimo e representativo, fundado na totalidade das provas e elementos constantes dos autos.

No tocante ao pedido de acareação formulado pela defesa, esta Comissão deliberou pela inviabilidade da medida, por considerá-la ineficaz e desnecessária à luz do rito adotado para as diligências. O procedimento de instrução aprovado pela CCJC já previa a realização de oitivas individuais das testemunhas que voluntariamente aceitassem depor, garantindo-se, em cada sessão, ampla possibilidade de questionamentos tanto pelos parlamentares quanto pela defesa da representada.

Ademais, a estrutura procedimental definida contemplava que, ao término das oitivas, a própria Deputada Carla Zambelli seria inquirida por esta Comissão, oportunidade em que poderia prestar esclarecimentos diretos e manifestar-se sobre os depoimentos colhidos. Dessa forma, entendeu-se que a acareação — tradicionalmente destinada a sanar contradições entre depoimentos já prestados — não acrescentaria elementos relevantes à formação do juízo desta Comissão, sendo, portanto, substituída por um modelo de instrução mais amplo, transparente e adequado à natureza político-representativa do presente processo.

Por fim, quanto ao pedido de oitiva das testemunhas indicadas pela defesa, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania procedeu às diligências necessárias para intimar todos os nomes arrolados que guardavam relação direta com os fatos objeto da Representação. Dentre os indicados, apenas os senhores Walter Delgatti Neto, Michel Spiero e Eduardo Tagliaferro manifestaram-se favoravelmente à oitiva, tendo sido, portanto, ouvidos por esta



Comissão. Assim, a CCJC acolheu parcialmente o pedido defensivo, realizando as audiências correspondentes e garantindo à representada a oportunidade de manifestação e de produção probatória, em conformidade com o princípio da ampla defesa e com o rito previsto no art. 240, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É a síntese do que se impunha registrar acerca da defesa escrita.

b) DOS DEPOIMENTOS

Os depoimentos colhidos no âmbito desta Comissão decorreram de requisição formulada pela defesa da Deputada representada, com o objetivo de contribuir para a formação do juízo dos parlamentares quanto aos fatos que fundamentaram a condenação judicial comunicada à Câmara dos Deputados.

A oitiva das testemunhas foi deferida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no exercício de sua competência instrutória, prevista no art. 240, §3º, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e teve por finalidade ampliar o esclarecimento dos elementos fáticos relevantes à apreciação da Representação nº 2/2025.

Tais diligências foram conduzidas observando-se os princípios da publicidade, ampla defesa e transparência processual, facultando-se à defesa, aos parlamentares e ao relator a formulação de perguntas pertinentes à elucidação dos fatos.

As oitivas foram realizadas perante esta Comissão, em sessões públicas, e registradas nos termos regimentais, compondo parte essencial da instrução probatória destinada à formação do juízo jurídico-político dos parlamentares.



1. WALTER DELGATTI

O depoimento do Sr. Walter Delgatti Neto, correu na Ação Penal nº 2.428, foi colhido em 10 de setembro de 2025, durante reunião semipresencial da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, conduzida pelo Presidente, Deputado Paulo Azi (União/BA), e por este Relator, Deputado Diego Garcia (Republicanos/PR).

Walter Delgatti foi apresentado pela defesa da Deputada Carla Zambelli como testemunha essencial à elucidação dos fatos que ensejaram a condenação da parlamentar, tendo em vista sua condição de coautor confesso das invasões aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de colaborador direto das investigações que originaram a Ação Penal nº 2.428.

Na abertura da sessão, o Presidente da Comissão estabeleceu os procedimentos regimentais aplicáveis às oitivas, determinando que a reunião seria conduzida conforme as regras da CCJC e, subsidiariamente, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com a seguinte ordem:

- (i) inquirição inicial pelo relator;
- (ii) perguntas da representada ou de seu advogado;
- (iii) questionamentos dos parlamentares inscritos, observando-se blocos alternados e tempo regimental de fala;

Antes do início da inquirição, o Sr. Walter Delgatti prestou compromisso formal de dizer a verdade sobre os fatos relacionados à Representação nº 2/2025, conforme previsto no art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sendo advertido quanto às responsabilidades legais decorrentes de eventual falso testemunho.

Após isso, este relator iniciou a inquirição dirigindo-se ao depoente com questionamentos voltados a esclarecer a origem do vínculo entre Walter Delgatti Neto e a Deputada Carla Zambelli, a dinâmica das supostas invasões aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça e o grau de comando ou participação da parlamentar nos atos apurados.



Em primeiro momento, este relator indagou como e em que circunstâncias o depoente conheceu a Deputada Carla Zambelli, ao que Delgatti respondeu que o primeiro contato teria ocorrido em 2022, “na cidade de Ribeirão Preto, em um hotel”.

Na sequência, foi-lhe perguntado se teria recebido instruções diretas da parlamentar acerca de quais sistemas acessar ou quais documentos inserir. Delgatti afirmou positivamente, declarando que a Deputada pediu que invadisse algum sistema e que, após comunicar-lhe ter obtido acesso ao sistema do CNJ, ela solicitou a inserção de um despacho e de uma ordem de prisão em desfavor do Ministro Alexandre de Moraes.

Ao ser questionado sobre quem teria decidido incluir o mandado de prisão supostamente assinado pelo Ministro, afirmou que a ideia teria sido inicialmente sua, mas que aguardou a decisão da parlamentar, e a decisão dela foi que ele fizesse isso, tendo recebido inclusive o texto da síntese da decisão, encaminhado por WhatsApp.

Indagado sobre eventuais benefícios ou contrapartidas oferecidos pela Deputada, o depoente respondeu que recebeu apoio financeiro e promessa de emprego, declarando que a Deputada fez alguns depósitos como ajuda de custo, mas o prometido era o emprego, e reiterando que fez isso em troca de um emprego e acreditando estar salvando a democracia.

Questionado se outras pessoas teriam participado ou apoiado as ações, Delgatti respondeu negativamente, limitando-se a afirmar que apenas a Deputada Carla Zambelli participou e que nenhum outro hacker teria participado, apenas ele.

Este relator buscou, então, esclarecer a forma de comunicação entre ambos, ao que o depoente respondeu que mantinha contato presencial, por WhatsApp e por ligações, acrescentando que ficou por cerca de vinte dias na residência funcional da Deputada, logo após o encontro em agosto de 2022.

Na sequência, este relator questionou qual seria a finalidade da inserção dos documentos falsos — mandados de prisão, alvarás de soltura e



bloqueios bancários. O depoente afirmou que cumpria ordens da Deputada, reforçando que não tinha interesse pessoal no ato e que apenas seguiu as instruções recebidas.

Em continuidade, foi indagado se existiriam provas materiais ou registros eletrônicos que pudessem sustentar as acusações. Delgatti respondeu que tudo o que existe foi apreendido pela Polícia Federal e está nos autos do processo, acrescentando não possuir cópias pessoais por ter formatado o celular diariamente em razão de medida cautelar da Operação Spoofing.

Por fim, este relator perguntou se o depoente já havia sido diagnosticado com mitomania ou outro transtorno capaz de comprometer sua capacidade de distinguir verdade de fantasia, ao que Delgatti respondeu: “Não, nunca. Tenho plena consciência do que falo”.

Na sequência da oitiva, foi franqueada a palavra à Deputada Carla Zambelli, na qualidade de representada, para que pudesse dirigir perguntas diretamente ao depoente Walter Delgatti Neto, nos termos do rito aprovado por esta Comissão.

A Deputada iniciou sua inquirição questionando as motivações pessoais do depoente e o contexto temporal de sua aproximação com ela, indagando se teria procurado contato de forma espontânea ou se fora por ela convidado. Delgatti respondeu que teria procurado a Deputada por iniciativa própria, buscando apresentar um projeto sobre o sistema da urna eletrônica e afirmando que naquele momento ela não sabia do meu envolvimento anterior na Operação Spoofing.

Em seguida, a parlamentar perguntou se o depoente teria recebido qualquer autorização formal ou instrução escrita para praticar as invasões mencionadas. O depoente respondeu negativamente, afirmando que não houve documento, ordem ou contrato, mas apenas solicitações verbais e conversas de WhatsApp.



A Deputada questionou, então, se o depoente teria algum registro, mensagem ou prova documental que comprovasse a suposta ordem direta para inserir os mandados no sistema do Conselho Nacional de Justiça. Delgatti respondeu que não possuía mais acesso a essas mensagens, pois teria formatado o celular diversas vezes, e acrescentou que o conteúdo integral das comunicações está em poder da Polícia Federal.

Na sequência, Zambelli indagou se o depoente teria provas de que ela tivesse recebido qualquer benefício com os atos praticados. Delgatti respondeu que não, nenhum benefício especificamente financeiro, reiterando, contudo, que houve promessa de emprego e ajuda de custo.

A Deputada buscou esclarecer, ainda, se o depoente teria mantido contato com outras pessoas ou autoridades além dela durante o período dos fatos. Delgatti afirmou que não, dizendo que não teve relação com outras autoridades e que o contato era apenas com a Deputada.

Por fim, a Deputada perguntou se o depoente confirmava integralmente as declarações prestadas à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que, em versões anteriores, apresentara contradições e mudanças de narrativa. Delgatti respondeu afirmativamente e que confirma o “essencial”, embora tenha reconhecido que em alguns pontos pode ter se confundido quanto a datas e detalhes, mas assegurou que o conteúdo principal é verdadeiro.

Em continuidade à oitiva, foi concedida a palavra ao advogado da representada, Dr. Fábio Phelipe Pagnozzi, para formulação de perguntas ao depoente Walter Delgatti Neto, nos termos regimentais.

O advogado iniciou a inquirição buscando esclarecer as circunstâncias técnicas das invasões e o comportamento do depoente durante a execução dos atos. Perguntou a Delgatti por que, sendo ele um hacker que afirmou possuir experiência em ocultar rastros digitais, teria registrado, por meio de vídeos, capturas de tela e arquivos em formato PDF, todo o processo de invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça. O depoente respondeu que o fez para “se orientar” dentro de um ambiente novo e



complexo, mencionando possuir transtorno de déficit de atenção (TDAH) e alegando que os registros serviriam apenas para facilitar sua própria navegação e compreensão do sistema.

Em seguida, o advogado questionou se essa prática de registrar imagens e etapas de invasões era comum em outras ações ilícitas anteriormente praticadas ou se ocorrera exclusivamente no caso envolvendo a Deputada Carla Zambelli. Delgatti afirmou que essa conduta era habitual em todas as invasões que realizara ao longo dos anos, e que, no caso em questão, teria apenas repetido o mesmo procedimento.

Ato contínuo, o advogado concentrou suas perguntas na estadia do depoente na residência funcional da Deputada, questionando as divergências entre seus diferentes depoimentos prestados em outros órgãos — notadamente à Polícia Federal e à CPMI dos Atos de 8 de Janeiro. Indagou-lhe por que, em certos momentos, afirmara não ter dormido na residência da Deputada, enquanto, em outros, relatara ter permanecido no local por até vinte dias. Delgatti respondeu que sempre manteve a versão de que ficou entre quinze e vinte dias na residência, admitindo que poderia ter se confundido em razão do estresse e da pressão psicológica sofrida durante a prisão.

O advogado prosseguiu indagando sobre a veracidade dos documentos de teste emitidos pelo depoente, especificamente os alvarás de soltura e mandados de prisão gerados no sistema do CNJ. Delgatti confirmou a existência de um documento em nome de um parente seu, mas afirmou que se tratava de simulação realizada em ambiente de homologação, ou seja, um sistema de testes que não produzia efeitos jurídicos. Esclareceu que tais documentos continham expressamente a expressão “*isso é um teste*”, não possuindo validade nem impacto sobre o sistema real.

O advogado questionou, então, a existência de supostos robôs criados para emitir automaticamente ordens de soltura de presos de alta periculosidade, conforme noticiado pela imprensa. O depoente negou essa versão, afirmando que não havia qualquer robô em funcionamento e que nenhum preso foi efetivamente solto em razão das ações realizadas.



Em seguida, o advogado retomou o tema da estadia no apartamento funcional, solicitando detalhes sobre o ambiente em que o depoente teria permanecido. Delgatti descreveu o cômodo dizendo “Era um quarto branco. Ele tinha as madeiras brancas, os acabamentos. Era entrando, no final, do lado esquerdo. Tinha um quarto e um banheiro ao lado.

O advogado indagou, então, sobre a motivação do depoente para confessar os crimes, questionando se teria agido por vingança após o suposto descumprimento de promessa de emprego feita pela Deputada. Delgatti respondeu que não se tratou de vingança, mas de arrependimento, afirmando que, após perceber que perdera tudo, decidiu contar toda a verdade como forma de demonstrar remorso e cooperar com as autoridades.

Na parte final da inquirição, o advogado concentrou-se nas alegadas inconsistências probatórias. Perguntou por que, segundo os autos do inquérito, não havia qualquer mensagem entre a Deputada e o depoente tratando das ordens de invasão, bloqueios de contas ou documentos inseridos. Delgatti respondeu que acredita que as mensagens da Deputada tenham sido apagadas e que, no seu caso, formatava o celular diariamente para evitar fiscalização da Polícia Federal.

Por fim, o advogado confrontou o depoente com informações constantes do relatório da Polícia Federal, segundo o qual teriam sido encontrados vídeos de pornografia infantil e dados pessoais de terceiros em seu computador. Delgatti negou categoricamente essa informação, afirmando que nunca teve acesso a tais vídeos e que, se tais arquivos existirem, devem ter sido originados das invasões que realizava em outros computadores. Confirmou, contudo, ter invadido o sistema de uma empresa privada (Magazine Luiza), alegando que o fez apenas para desbloquear uma conta pessoal e sem vazar dados.

Encerrada a fase de perguntas pela defesa, passaram a se manifestar os Srs. Parlamentares, nos termos regimentais.

A Deputada Fernanda Melchionna registrou, preliminarmente, considerações de ordem política e procedimental acerca do método adotado na



audiência e da situação processual da representada, e formulou três questões objetivas ao depoente: (i) esclarecimentos sobre reunião realizada em 9 de agosto, na sede do PL, com a presença de Valdemar Costa Neto; (ii) confirmação de encontros mantidos com o então Ministro da Defesa, General Paulo Sérgio, e a indicação de local (Palácio do Planalto/Alvorada) e finalidade desses encontros; e (iii) indicação da origem dos valores que teriam sido pagos ao depoente, especialmente se recursos públicos (eventualmente oriundos da Câmara dos Deputados) teriam financiado as atividades por ele descritas.

A Deputada Chris Tonietto estruturou sua inquirição em torno de possíveis contradições temporais e materiais dos relatos do depoente. Indagou: (i) a respeito do lapso temporal entre 2019 (episódios ligados ao Telegram e a autoridades públicas) e 2022 (fatos relativos ao CNJ), cotejando a afirmação de que as invasões ao sistema de Justiça teriam ocorrido após o encontro com a representada; (ii) sobre a materialidade do pedido atribuído à Deputada — forma, conteúdo e finalidade concreta do suposto comando para acessar sistemas e inserir documentos; (iii) acerca da motivação pessoal do depoente (busca de emprego versus adoção de meios ilícitos), apontando incoerência entre o propósito alegado e os atos praticados; (iv) sobre a aparente inconsistência entre a “liberdade” inicialmente conferida para “comprovar capacidade de invasão” e, em momento posterior, a existência de comando específico para inserção de mandado; (v) sobre a lógica dos documentos supostamente forjados (um mandado de prisão e diversos alvarás de soltura) e sua coerência com o propósito atribuído à representada; e (vi) por fim, questionou afirmações sobre achados periciais em equipamentos do depoente (menção a material ilícito e volumosa base de dados), inquirindo se haveria imputação de falsidade à Polícia Federal.

O Deputado Cabo Gilberto Silva realizou pronunciamento de teor crítico à credibilidade do depoente e à condução dos procedimentos investigativos, apontando supostas incongruências entre declarações prestadas em diferentes ocasiões (inclusive quanto à permanência na residência funcional da representada) e reproduzindo alegações de fraudes e



perseguições no âmbito de investigações, sem, contudo, formular questionamentos específicos adicionais ao depoente.

Em resposta às indagações, Walter Delgatti Neto afirmou, quanto à primeira série de perguntas, que houve reunião na sede do PL, com Valdemar Costa Neto e profissional de marketing, ocasião em que lhe teria sido solicitado que concedesse entrevista criticando as urnas, bem como que participasse do evento de 7 de setembro com demonstração técnica destinada a evidenciar suposta vulnerabilidade do sistema. Acrescentou ter se reunido no Palácio da Alvorada e, posteriormente, no Ministério da Defesa, onde teria orientado técnicos sobre elaboração de laudos e procedimentos que, em sua narrativa, seriam aptos a “evitar fraude”. Sobre pagamentos, declarou não saber a origem dos valores, afirmando apenas que transferências teriam sido realizadas por intermediário, sem identificar fonte orçamentária pública.

Quanto às questões temporais, esclareceu que os fatos de 2019 referiam-se a episódios relacionados ao Telegram (“Vaza-Jato”), ao passo que a invasão a sistemas vinculados ao CNJ teria ocorrido somente em 2022, e, segundo sua versão, a pedido da representada. Sobre a finalidade, disse que o objetivo era “desacreditar” a alegada segurança do sistema de Justiça. Esclareceu, ainda, a sequência por ele descrita: teria recebido, em um primeiro momento, liberdade genérica para demonstrar capacidade de invasão; após isso, uma vez acessado o ambiente do CNJ, haveria sobrevenido comando específico relativo à inserção de documentos.

A respeito da materialidade probatória, reiterou que não possui atualmente registros pessoais (mensagens/arquivos), alegando que formatava o telefone com frequência em razão de restrições cautelares, e que eventuais evidências estariam sob custódia da Polícia Federal. Sobre a existência de material ilícito (menção a pornografia infantil) em seu equipamento, negou veementemente, afirmando não ter tido “conhecimento” desses arquivos e atribuindo, se existentes, a conteúdo eventualmente capturado em outros computadores alvos de invasão. Por fim, esclareceu, em resposta a questionamento do Presidente da Comissão, que a escolha do CNJ teria decorrido do fato de que o acesso ao CNJ permitiria alcançar outros sistemas



(PJe, Banco Nacional de Mandados de Prisão), servindo como meio de acesso para, em tese, atingir sistemas vinculados ao TSE e ao STF.

O Deputado Coronel Meira dirigiu duas perguntas objetivas: quem teria custeado os honorários do advogado do depoente nos últimos doze meses e se o depoente manteria relação pessoal, profissional ou política com membros do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal ou parlamentares, mencionando inclusive um suposto senador. O Presidente assentou que o depoente não estava obrigado a responder sobre honorários, deixando a resposta ao seu arbítrio. Delgatti declarou que seu advogado atuaria pro bono, por vínculo pessoal de longa data; negou manter relações com integrantes do STF, do Ministério Público ou parlamentares; e disse não ser financiado por terceiros.

O Deputado Sargento Gonçalves fez manifestação de natureza político-institucional em defesa de prerrogativas parlamentares, sem perguntas materiais adicionais. O Deputado Fernando Rodolfo, por sua vez, formulou questionamentos factuais: pediu a indicação do período exato de eventual hospedagem do depoente no apartamento funcional da representada, com descrição do imóvel; requereu a localização e descrição do ambiente da sede do PL em que teria havido reunião com o presidente da legenda; solicitou esclarecimentos sobre uma “vaquinha” mencionada pelo depoente, sua finalidade, valores e origem; e indagou a identificação do assessor que teria efetuado pagamentos, com montantes, forma de repasse e meios de prova. Em resposta, Delgatti descreveu o apartamento e a sede partidária com detalhes de acesso e disposição interna; afirmou que a “vaquinha” teria sido contribuição de simpatizantes de veículo de mídia, sem vínculo orgânico com partidos; e estimou que pagamentos atribuídos à Deputada teriam alcançado entre R\$ 35.000,00 e R\$ 40.000,00, repassados por intermediário e destinados a despesas pessoais.

Durante o prosseguimento da audiência, o Deputado Pompeo de Mattos dirigiu-se ao depoente com três perguntas principais: se a representada teria solicitado a invasão do sistema das urnas eletrônicas; se o depoente, de fato, conseguiu realizar tal invasão; e se a tentativa de acesso ao



sistema do Tribunal Superior Eleitoral ocorreu por determinação direta da Deputada ou por iniciativa própria. Complementarmente, indagou se houve pagamento ou promessa de vantagem relacionada a tais atos.

Em resposta, Walter Delgatti Neto afirmou que o pedido teria partido da própria Deputada Carla Zambelli, esclarecendo, porém, que não houve invasão das urnas em si, mas tentativa de acesso ao código-fonte do sistema, o qual — segundo afirmou — encontrava-se desconectado da internet (“off-line”) no momento da ação, o que teria inviabilizado o intento. Declarou ainda que o pagamento ajustado não seria pecuniário, mas consistiria na promessa de emprego em seu gabinete, o que, segundo ele, teria motivado sua colaboração.

Na sequência, o Deputado Marcel van Hattem iniciou questionando a divergência entre o depoimento prestado por Delgatti à CPMI — em que afirmara não ter dormido na residência da Deputada — e a versão apresentada na CCJC, segundo a qual teria permanecido ali por cerca de vinte dias. Indagou, também, se o depoente reconhecia o relatório da Polícia Federal que apontara a existência de arquivos de pornografia infantil em seu computador; perguntou por que escolhera um advogado com histórico de militância política de esquerda; e solicitou esclarecimentos sobre suposto financiamento oriundo de simpatizantes de partidos de esquerda. Por fim, exigiu a apresentação de prova material que comprovasse a suposta ordem direta de Carla Zambelli para as invasões — como mensagens, áudios ou registros de comunicação.

Delgatti respondeu afirmando que a divergência quanto ao período de permanência na residência da Deputada decorreria de “confusão” de interpretação na ocasião da CPI, alegando ter compreendido a pergunta de modo restrito àquele dia específico. Negou possuir qualquer envolvimento com material ilícito e afirmou que o conteúdo encontrado pela Polícia Federal provinha de computadores invadidos por ele em outras ocasiões, não havendo indícios de consumo ou armazenamento deliberado. Declarou ainda que seu advogado atuava pro bono, sem vínculo político, e que jamais fora financiado por partidos ou lideranças da esquerda. Em relação às provas, afirmou que as



mensagens trocadas com a Deputada haviam sido apagadas em razão do uso de um programa próprio de formatação diária do celular, mas sustentou que o mandado e a minuta de prisão supostamente enviadas à parlamentar constariam dos autos da ação penal, tendo sido, segundo sua versão, encaminhadas a ela “imediatamente após a emissão”.

Encerrada a fase de inquirições, outros parlamentares fizeram uso da palavra para formular considerações de natureza política, bem como para registrar opiniões pessoais acerca da condução dos trabalhos e do mérito da representação. As intervenções, conquanto pertinentes ao debate democrático, não suscitaram novas respostas do depoente Walter Delgatti Neto, tampouco trouxeram elementos instrutórios adicionais que demandassem registro nesta etapa do voto.

Diante desse contexto, este relator entendeu por inoportuno reproduzir integralmente manifestações de caráter opinativo ou estritamente político, concentrando-se, para fins de relato, apenas nas exposições que resultaram em declarações específicas do depoente ou em contribuições diretamente vinculadas à formação do juízo desta Comissão.

Ao término da reunião, registrou-se o requerimento formulado pela Deputada Soraya Santos, solicitando acesso integral aos autos da Representação nº 2/2025, incluindo toda a documentação encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal, relatórios técnicos e anexos complementares. Tal requerimento deu ensejo à diligência subsequente desta Comissão, que decidiu reiterar o pedido de remessa integral dos autos e documentos à Suprema Corte, de modo a assegurar a todos os parlamentares o exame completo dos elementos probatórios e a adequada formação do juízo colegiado.

É o que importa relatar sobre a oitiva de Walter Delgatti.

2. MICHEL SPIERO

No dia 10 de setembro de 2025, esta Comissão procedeu à oitiva do Sr. Michel Spiero, testemunha indicada pela defesa da Deputada



Carla Zambelli, no âmbito da Representação nº 2/2025. A audiência teve início às 14 horas, sob a presidência da Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), e contou com a presença de parlamentares membros da Comissão, assessores técnicos e advogados da representada. O depoente compareceu de forma semipresencial, tendo prestado o compromisso formal de dizer a verdade sobre os fatos pertinentes aos autos.

A Presidente fixou, ainda, o procedimento de condução dos trabalhos: inicialmente, a palavra seria concedida a este relator para a inquirição técnica do depoente; posteriormente, à representada e a seus advogados, e, em seguida, aos parlamentares inscritos por meio do sistema Infoleg. Cada membro teria cinco minutos para formulação de perguntas, sendo assegurada a participação remota via plataforma Zoom.

Registrou-se que o depoente participava na condição de perito contratado pelo escritório de advocacia que representava a defesa, não mantendo vínculo funcional ou contratual direto com a parlamentar representada. Após tais esclarecimentos e a formalização do compromisso, a Presidente transferiu a palavra a este relator, que deu início à inquirição do Sr. Michel Spiero.

Durante a oitiva do Sr. Michel Spiero, esta Comissão buscou esclarecer o alcance técnico das perícias e análises de dados realizadas nos autos da Ação Penal nº 2.428, em especial quanto à ausência de provas diretas de autoria que vinculassem a Deputada Carla Zambelli às invasões noticiadas.

Indagado sobre sua atuação nos autos judiciais, o depoente afirmou ter sido contratado pela defesa como assistente técnico, limitando-se à análise dos materiais apreendidos e dos relatórios produzidos pela Polícia Federal. Esclareceu que, ao examinar os arquivos extraídos dos dispositivos eletrônicos, não identificou elementos que demonstrassem participação, incentivo ou ciência da Deputada em relação aos atos praticados por Walter Delgatti quanto à invasão do CNJ.



Questionado acerca da metodologia utilizada pela perícia oficial e pelas defesas, o depoente observou que os laudos juntados aos autos apresentavam inconsistências e lacunas técnicas, especialmente quanto à ausência de correlação cronológica entre as mensagens mencionadas na denúncia e os supostos eventos de invasão.

Respondendo a questionamentos sobre a cadeia de custódia dos dispositivos e dados, Spiero destacou que houve manipulações posteriores aos eventos investigados, o que, em sua avaliação, comprometeria a autenticidade plena de parte das evidências digitais.

Em síntese, o depoente afirmou que não há, nos registros técnicos analisados, prova direta de que a Deputada tenha ordenado, participado ou se beneficiado das invasões, concluindo que o conjunto probatório disponível não sustentaria, sob a ótica técnica, a imputação de autoria intelectual.

No decorrer da oitiva, o depoente Michel Spiero concentrou sua explanação na natureza das provas digitais examinadas na Ação Penal nº 2.428 e na distinção entre materialidade e autoria. Esclareceu que a principal evidência técnica utilizada na sentença do Supremo Tribunal Federal consistiu nos arquivos digitais correspondentes aos documentos falsos inseridos no sistema do CNJ, os quais apresentavam códigos hash idênticos àqueles localizados nos dispositivos de Walter Delgatti e da Deputada Carla Zambelli, o que permitia atestar a autenticidade do conteúdo em si — e, portanto, a materialidade do fato.

Contudo, o depoente foi enfático ao afirmar que não há, nos dispositivos periciados, qualquer vestígio digital que indique a autoria intelectual ou a participação da Deputada na inserção dos documentos. Declarou que, em sua análise técnica, não foram encontradas mensagens, arquivos de texto, registros de comando ou indícios de instigação que pudessem associar diretamente a parlamentar à execução do ato. Segundo relatou, os arquivos localizados nos aparelhos de ambos consistiam apenas em cópias dos documentos falsos — “quatro ou cinco ao todo” —, sem



metadados, logs de acesso, ou registros de autenticação capazes de vincular a ação à representada.

Spiero observou, ainda, que embora as perícias oficiais da Polícia Federal tenham confirmado a presença desses documentos, não produziram qualquer prova de comunicação ou instrução da Deputada a Delgatti, tampouco mensagens trocadas entre eles em aplicativos, nem indícios de que terceiros tenham intermediado eventual comando.

Por fim, o depoente pontuou que a confissão de Walter Delgatti não foi corroborada por evidências técnicas independentes, já que nenhuma das alegadas mensagens de orientação ou textos supostamente enviados pela Deputada foi localizada nos dispositivos periciados. Assim, concluiu que, do ponto de vista técnico, a materialidade dos fatos está demonstrada pelos arquivos, mas a autoria permanece desprovida de comprovação objetiva.

Após as perguntas formuladas por este relator, foi franqueada a palavra à Deputada Carla Zambelli, que participava da reunião de forma virtual. A representada, no entanto, optou por não realizar perguntas diretamente, manifestando-se apenas para registrar que delegaria a inquirição ao seu advogado, por entender que as questões técnicas seriam melhor conduzidas por ele.

Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. Fábio Phelipe Pagnozzi, advogado da defesa, que concentrou suas perguntas em aspectos periciais e na incompletude do acesso da defesa aos autos da investigação. O advogado indagou o depoente sobre o conjunto de aproximadamente 700 gigabytes de arquivos que, segundo afirmou, não foram disponibilizados à defesa pela autoridade judicial ou pela Polícia Federal. Perguntou se haveria possibilidade de que esse material contivesse elementos relevantes à causa ou provas que pudessem esclarecer a real extensão dos fatos.

O depoente respondeu que não tinha acesso a esse conteúdo e, portanto, não poderia avaliar seu teor, mas confirmou que alertara os advogados sobre a necessidade de análise integral do material para garantir a completude do conjunto probatório. Explicou que o Ministro Relator no



Supremo Tribunal Federal indeferira o pedido de acesso, sob o fundamento de que tais arquivos não haviam sido objeto da busca e apreensão originalmente autorizada, razão pela qual não integraram a prova processual examinada na sentença.

O advogado prosseguiu questionando quais evidências efetivas haviam sido encontradas nos dispositivos analisados que pudessem implicar a Deputada Carla Zambelli. O perito foi categórico ao afirmar que nenhuma prova de autoria ou instigação foi identificada, repetindo que os únicos arquivos localizados eram documentos copiados — idênticos aos mencionados na decisão judicial — e que não havia registros de comunicação, mensagens ou ordens entre a Deputada e Walter Delgatti.

Por fim, o advogado perguntou se houve quebra de sigilo e análise forense completa das contas de e-mail do hacker. O depoente respondeu negativamente, esclarecendo que não houve pedido judicial para essa finalidade, o que, a seu ver, limitou o alcance da apuração técnica. Concluiu que a condenação da parlamentar, tal como constava na sentença, não se baseou em provas digitais extraídas de seus aparelhos, mas exclusivamente no depoimento de Walter Delgatti, sem que houvesse respaldo técnico independente que confirmasse suas declarações.

Após essas perguntas, o advogado informou não haver novas indagações, encerrando-se a participação da defesa nesta fase da oitiva.

Na continuidade da audiência, a palavra foi concedida à Deputada Chris Tonietto (PL/RJ), que direcionou suas perguntas ao depoente Michel Spiero, concentrando-se nos aspectos técnicos e probatórios da perícia digital.

A parlamentar iniciou sua intervenção reafirmando a importância de se distinguir materialidade e autoria, solicitando ao perito a confirmação de que não havia nos autos qualquer elemento técnico que caracterizasse a Deputada Carla Zambelli como autora intelectual ou mandante dos fatos. O depoente confirmou expressamente tal inexistência, reiterando que nenhuma mensagem, e-mail ou registro de comunicação — seja direta,



indireta ou por terceiros — foi identificado nos dispositivos eletrônicos analisados que demonstrasse ordem, instigação ou participação da parlamentar.

Prosseguindo, a Deputada perguntou se foram encontrados artefatos digitais, como arquivos, scripts ou rascunhos, que vinculassem a representada à execução das invasões. O depoente respondeu negativamente, esclarecendo que não havia qualquer evidência técnica dessa natureza nos dispositivos da Deputada.

Em seguida, questionou se a perícia oficial conseguiu estabelecer nexo causal técnico entre alguma ação concreta da parlamentar e as invasões atribuídas a Walter Delgatti. Spiero foi categórico ao afirmar que não há prova técnica que comprove tal vínculo, destacando que a presença de um arquivo isolado em um dispositivo não é suficiente para identificar autoria intelectual, uma vez que metadados e registros complementares são indispensáveis para tal aferição — o que, no caso, não ocorreu.

A Deputada solicitou, ainda, que o depoente descrevesse a complexidade do sistema invadido, ao que Spiero explicou que o acesso teria envolvido um processo técnico em múltiplas etapas, passando por plataformas intermediárias — GitHub e GitLab — até alcançar o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que evidenciaria um nível elevado de conhecimento técnico e autonomia operacional por parte do hacker.

Questionado sobre a histórico de atuação autônoma de Walter Delgatti, o depoente confirmou que ele já havia realizado outras invasões anteriores, como nos sistemas do iFood e do Magazine Luiza, sempre de forma independente, o que reforçaria a condição de executor autônomo das ações ilícitas.

Por fim, ao ser indagado sobre o fundamento das conclusões condenatórias, Spiero afirmou que as atribuições de autoria à Deputada não derivaram de provas digitais diretas, mas de interpretações baseadas no depoimento do próprio Delgatti e em provas circunstanciais colhidas no curso da investigação.



Na sequência da audiência, foi concedida a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro (PL/PA), que questionou se havia alguma prova da autoria da parlamentar nos dispositivos disponibilizados. Sobre o ponto, o depoente Michel Spiero confirmou a ausência de qualquer prova nesse sentido, ressaltando que nem a Polícia Federal, tampouco a perícia oficial, encontraram qualquer vestígio de ordem ou instigação da Deputada Carla Zambelli a Walter Delgatti.

Novamente, acho oportuno destacar que optei por trazer a esse relatório apenas os questionamentos que geraram respostas relevantes para a inquirição da testemunha, razão pela qual manifestações ocorridas foram suprimidas.

Com o encerramento das inscrições, a Presidente Laura Carneiro franqueou novamente a palavra à Deputada Carla Zambelli, que informou não ter novas perguntas, declarando-se satisfeita com os esclarecimentos já prestados pelo depoente e por sua defesa.

Na continuidade, optei por formular novas perguntas técnicas para dirimir pontos constantes da denúncia da Procuradoria-Geral da República, especialmente quanto à alegada existência de mensagens de caráter “íntimo” entre a Deputada e Walter Delgatti, bem como sobre o cronograma dos arquivos e comunicações apreendidos.

Ao ser indagado, Michel Spiero confirmou a existência dessas mensagens, esclarecendo, contudo, que o teor delas não possuía qualquer conotação pessoal ou indevida. Segundo o depoente, tratava-se de trocas de mensagens sobre problemas de saúde enfrentados por Delgatti, nas quais a Deputada apenas o orientou a procurar atendimento médico em hospital indicado por ela. O perito frisou que essas comunicações ocorreram após a data das invasões, não possuindo qualquer relação com os fatos objeto da denúncia.

A própria Deputada Carla Zambelli interveio brevemente para esclarecer publicamente o conteúdo da mensagem, confirmando a explicação do depoente e expressando preocupação com o uso do termo “íntima” pela



acusação. Após sua fala, a Presidência retomou a ordem dos trabalhos e o relator esclareceu que a expressão havia sido reproduzida nos exatos termos do documento da PGR, e não se tratava de interpretação pessoal.

Na sequência, formulei novas perguntas de natureza técnica. Questionei a origem das mensagens referentes a outras invasões mencionadas por Delgatti (como iFood e Magazine Luiza), ao que Spiero respondeu que tais comunicações estavam armazenadas em outros dispositivos apreendidos, incluindo HDs e pendrives, além de um segundo telefone que não havia sido resetado.

Indaguei sobre os quatro ou cinco arquivos comuns encontrados nos celulares da Deputada e do hacker, solicitando a cronologia desses registros. O perito informou que seria possível determinar as datas exatas mediante reabertura dos dispositivos, mas adiantou que todos os arquivos presentes no telefone da Deputada foram criados após as invasões, o que, segundo sua análise, inviabiliza a hipótese de que a parlamentar tenha fornecido os documentos previamente ao hacker.

Solicitei, por fim, que o depoente encaminhasse à Comissão relatório técnico complementar com a ordem cronológica dos arquivos e das comunicações, que concordou em fazê-lo.

Com o encerramento das perguntas, a Presidente Laura Carneiro agradeceu a presença do depoente, da Deputada representada e de seus advogados, encerrando a audiência após consignar que todas as declarações e documentos apresentados seriam incorporados aos autos da Representação nº 2/2025 para análise e ponderação deste relator no voto final.

3. EDUARDO TAGLIAFERRO

A oitiva do Sr. Eduardo Tagliaferro foi realizada em 17 de setembro de 2025, às 10 horas, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sob a presidência do Deputado Paulo Azi, com a presença da Deputada Carla Zambelli, que acompanhou os trabalhos por videoconferência.



A audiência foi convocada em atendimento a requerimento formulado pela defesa da representada, apresentado após as oitivas de Walter Delgatti e Michel Spiero, realizadas em 10 de setembro de 2025, no mesmo processo. O pedido foi formalizado por meio de petição subscrita pelo advogado Dr. Fábio Phelipe Pagnozzi, juntada aos autos da Representação nº 2/2025, com fundamento no direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

O objetivo da oitiva foi colher o depoimento do Sr. Eduardo Tagliaferro, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), indicado pela defesa como testemunha capaz de esclarecer aspectos institucionais e processuais relacionados à condenação da Deputada Carla Zambelli e à condução de procedimentos sob supervisão do Ministro Alexandre de Moraes.

A sessão seguiu os trâmites regimentais aplicáveis às oitivas perante a CCJC, com a prestação formal de compromisso pela testemunha e a inquirição inicial conduzida por este relator, Deputado Diego Garcia, seguida das perguntas da própria representada, de seu advogado Dr. Pagnozzi, e dos demais parlamentares inscritos.

Antes do início dos trabalhos, o Presidente Paulo Azi registrou que, por solicitação deste relator, a Comissão havia recebido do Supremo Tribunal Federal a cópia integral dos autos da Ação Penal nº 2.428, encaminhada para fins de exame técnico no âmbito da CCJC. O material foi disponibilizado para consulta restrita na Secretaria da Comissão, em razão de conter documentos classificados como sigilosos, garantindo-se o devido controle de acesso.

Na fase inicial da audiência conduzi a inquirição do depoente Eduardo Tagliaferro, buscando esclarecer o funcionamento da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e sua eventual relação com a investigação que resultou na condenação da Deputada Carla Zambelli.



Tagliaferro informou ter exercido a função de chefe da referida assessoria, responsável por coordenar o monitoramento de conteúdos classificados como desinformação durante o período eleitoral. Explicou que o trabalho consistia em receber pedidos encaminhados por juízes auxiliares do Ministro Alexandre de Moraes, tanto do TSE quanto do Supremo Tribunal Federal, para elaboração de relatórios sobre publicações específicas.

Esse relator buscou esclarecer declarações anteriores prestadas por Eduardo Tagliaferro em audiência pública da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, realizada em 2 de setembro de 2025, na qual o depoente afirmara que a Deputada Carla Zambelli figurava entre os nomes sob “foco de observação” do Ministro Alexandre de Moraes.

Instado a detalhar o significado dessa expressão e a forma como o monitoramento era executado, Tagliaferro explicou que a Deputada era um dos principais alvos de acompanhamento direto solicitado pelo Ministro, por intermédio de seus juízes auxiliares, os quais determinavam que todas as publicações feitas por Zambelli fossem observadas, catalogadas e relatadas ao gabinete ministerial.

Segundo o depoente, tratava-se de um procedimento permanente, que exigia a manutenção de servidores do gabinete do Ministro especificamente designados para realizar o rastreamento constante das redes sociais da parlamentar, com elaboração de relatórios de conteúdo e encaminhamento imediato das postagens consideradas relevantes.

Questionado sobre outros nomes submetidos ao mesmo tipo de acompanhamento, Tagliaferro indicou que, além de Carla Zambelli, constavam Allan dos Santos, Rodrigo Constantino, Paulo Figueiredo e Daniel Silveira, entre outros de menor frequência, mas que, segundo suas palavras, a Deputada era “um dos principais pedidos do Ministro Alexandre de Moraes”, com o maior volume de solicitações de monitoramento dentre todos os alvos observados.

Questionei, então, se havia critérios objetivos para essa seleção de perfis. Tagliaferro respondeu que, embora no início não tenha



notado um padrão, com o tempo tornou-se evidente que o monitoramento recaía exclusivamente sobre pessoas de perfil conservador ou de direita, sem que jamais fossem incluídos alvos de orientação oposta.

Prosseguindo, indaguei se o depoente possuía cópias dos relatórios produzidos e se algum deles havia sido remetido à Comissão. Tagliaferro confirmou que encaminhara à CCJC relatórios e registros de comunicações internas relativos a pedidos de monitoramento da Deputada, incluindo o episódio amplamente divulgado na imprensa referente à arma de fogo, esclarecendo que tais relatórios haviam sido solicitados pelo gabinete ministerial, mas posteriormente não utilizados oficialmente nos processos.

Ao ser questionado sobre a existência de viés político nas decisões de observação e bloqueio, o depoente foi categórico ao afirmar que havia uma orientação implícita, porém constante, para priorizar figuras públicas alinhadas à direita, relatando ainda que, em conversas internas, eram comuns expressões de conteúdo persecutório dirigidas à Deputada, como “vamos pegar ela”.

Este relator perguntou, ainda, se, em sua avaliação, o conjunto dessas práticas poderia ter gerado um ambiente de predisposição ou parcialidade contra a parlamentar antes mesmo da abertura formal de investigações. O depoente respondeu afirmativamente, observando que as ordens de monitoramento partiam de magistrados e não de autoridades de persecução penal, caracterizando, segundo ele, uma atuação de natureza pré-processual e politicamente orientada.

Ao final da inquirição inicial do relator, foi concedida a palavra ao Sr. Eduardo Tagliaferro para que apresentasse eventuais considerações finais ou acrescentasse informações que pudessem contribuir para o esclarecimento dos fatos e subsidiar os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na análise da Representação nº 2/2025.

Em sua manifestação, Tagliaferro reafirmou, de modo categórico, a existência de uma perseguição sistemática e direcionada à Deputada Carla Zambelli, relatando que o gabinete do Ministro Alexandre de



Moraes encaminhava pedidos frequentes e reiterados de monitoramento das atividades da parlamentar, chegando a ocorrer duas a quatro vezes por semana.

Conforme explicou, esses relatórios não se limitavam a postagens ou conteúdos produzidos pela própria Deputada, abrangendo também menções de terceiros e publicações em que seu nome fosse citado ou associado a debates públicos, resultando na inclusão automática desses registros em processos internos de análise.

O depoente acrescentou que não houve, em nenhum momento, solicitação de monitoramento envolvendo políticos de centro ou de esquerda, o que, em sua avaliação, configurava um padrão seletivo e ideologicamente orientado. Ressaltou ainda que, entre os diversos alvos acompanhados, Carla Zambelli figurava como a principal parlamentar sob observação, sendo considerada, segundo suas palavras, “a número um a ser levantada” no sistema de rastreamento institucional.

Essas declarações finais foram relevantes para demonstrar que, conforme o depoimento prestado, o tratamento dispensado à parlamentar teria extrapolado os limites de um monitoramento administrativo legítimo, assumindo características de direcionamento político e de perseguição pessoal, circunstância que deve ser ponderada pela Comissão na avaliação das garantias de imparcialidade, contraditório e devido processo legal no âmbito desta representação.

Encerrando suas considerações, Eduardo Tagliaferro declarou possuir documentos, relatórios e mensagens de comunicação funcional que comprovariam o teor de suas afirmações, comprometendo-se a encaminhar à Comissão cópias integrais do material, para subsidiar os trabalhos do relator na elaboração do parecer sobre a Representação nº 2/2025.

Após o encerramento das perguntas iniciais formuladas pelo relator, o Presidente da Comissão, Deputado Paulo Azi, agradeceu as intervenções e concedeu a palavra à Deputada representada, Carla Zambelli, para que pudesse inquirir a testemunha.



Ao iniciar sua manifestação, Zambelli passou a formular questionamentos de natureza mais descritiva, recordando o contexto de 2022, período em que se estruturou, dentro do TSE, o núcleo de monitoramento de desinformação. A Deputada mencionou que, naquele período eleitoral, seus perfis alcançavam mais de um bilhão de visualizações mensais nas redes sociais, e que, a seu ver, essa expressiva influência pública explicaria o fato de ter sido incluída como um dos principais alvos de acompanhamento do Ministro Alexandre de Moraes.

Zambelli também lembrou um episódio específico — uma publicação sobre um suposto código “Lula” ou “Lula 13” que aparecia em QR Codes utilizados para emissão de títulos de eleitor —, afirmando que se tratava de uma denúncia legítima e embasada, mas que foi posteriormente classificada pelo TSE como desinformação, resultando em multa de trinta mil reais. A deputada então questionou se Tagliaferro presenciou situações em que conteúdos verdadeiros por ela publicados teriam sido deliberadamente tratados pelo Tribunal como falsos, ou se havia orientação para desacreditar suas manifestações públicas apenas por serem provenientes de seu perfil.

Em resposta, Tagliaferro afirmou não ter conhecimento de qualquer manipulação direta de conteúdo por parte de sua equipe, explicando que o gabinete apenas monitorava, transcrevia e relatava as publicações tal como eram postadas, sem alterar o teor das falas ou incluir juízos de valor. Segundo ele, qualquer eventual distorção ocorreria em instâncias superiores, no momento em que esses relatórios eram utilizados ou interpretados pelo gabinete do Ministro.

Acrescentou ainda que o critério para a produção dos relatórios era predominantemente quantitativo — bastavam mil ou cinco mil visualizações para que uma publicação fosse registrada —, ressaltando que, em razão do enorme alcance da Deputada, praticamente todas as suas postagens acabavam sendo objeto de relatório. Tagliaferro concluiu que não havia, de sua parte, qualquer tipo de direcionamento político, limitando-se a cumprir as ordens que recebia de seus superiores no Tribunal.



Nos questionamentos finais dirigidos ao Sr. Eduardo Tagliaferro, a Deputada Carla Zambelli buscou esclarecer dois conjuntos de fatos: o tratamento dado às suas publicações nas redes sociais e o acompanhamento, dentro do Tribunal Superior Eleitoral, do episódio amplamente divulgado em que se envolveu em um confronto armado durante o período eleitoral de 2022.

Em primeiro lugar, a parlamentar reafirmou que todas as suas postagens de maior alcance — algumas com mais de um milhão de visualizações — foram classificadas como “fake news”, ainda que, segundo ela, se limitassem a manifestações legítimas sobre irregularidades ou contradições observadas no processo eleitoral. Indagou se Tagliaferro teve conhecimento de que essas publicações eram, em alguns casos, efetivamente verídicas, mas tratadas como desinformação por determinação do Ministro Alexandre de Moraes ou por influência de setores jurídicos ligados a partidos políticos.

Tagliaferro respondeu que o material que chegava ao seu gabinete era fielmente transcrito e relatado, sem distorções, mas confirmou que todos os vídeos e conteúdos publicados por Zambelli — sobretudo aqueles de maior repercussão — eram remetidos ao Ministro e objeto de monitoramento direto, independentemente de seu conteúdo.

Na sequência, Zambelli abordou o episódio do disparo de arma de fogo ocorrido em São Paulo, sustentando que fora tratada como vítima pela Polícia Civil, mas que, posteriormente, ao chegar ao Supremo Tribunal Federal, o caso teria sido invertido, passando a figurar como agressora. Ela questionou Tagliaferro sobre o trâmite interno desse episódio no TSE e sobre eventual interferência de Moraes na mudança de enquadramento jurídico do caso.

O depoente confirmou ter recebido ordem direta para elaborar um relatório técnico sobre o ocorrido, incluindo análise cronológica dos fatos e verificação do porte de arma da parlamentar. Explicou que, inicialmente, houve um erro de sistema que não reconheceu o porte, posteriormente corrigido, e



que o relatório foi inserido no sistema do PJe por determinação de juiz auxiliar, acabando por vaziar para a imprensa em razão de falha de sigilo interno.

Por fim, ao ser questionado se havia ordens explícitas para “distorcer” relatórios ou alterar o teor dos documentos, Tagliaferro negou qualquer manipulação direta por parte dos servidores do gabinete, mas afirmou que era comum o retorno de relatórios com orientações para “acrescentar mais informações, links, vídeos e textos”, a pedido do Ministro, o que indicava uma revisão constante e ampliada do material produzido.

Com isso, a Deputada encerrou sua participação agradecendo ao depoente e reiterando a importância de registrar em ata as informações relativas ao monitoramento e à condução processual de seus casos no âmbito do TSE e do STF.

Na sequência da oitiva, o advogado da Deputada Carla Zambelli, Dr. Fábio Phelipe Pagnozzi, fez uso da palavra para aprofundar os esclarecimentos prestados por Eduardo Tagliaferro, concentrando-se nos aspectos relacionados à divulgação das mensagens internas do TSE, ao funcionamento do gabinete de desinformação e à orientação política das atividades de monitoramento.

Em resposta à primeira indagação, Tagliaferro explicou que decidiu preservar e posteriormente divulgar as mensagens por considerar que o trabalho desenvolvido no tribunal contrariava seus princípios éticos e técnicos. Afirmou que, enquanto perito, não aceitava ordens para deletar provas ou apagar registros, motivo pelo qual passou a arquivar documentos e comunicações internas, antecipando que poderiam servir de comprovação de irregularidades. Disse ainda que sofreu reiteradas pressões e tentativas de silenciamento, chegando a ter pedidos de exoneração rasgados e ignorados, o que o levou a permanecer no cargo apenas para preservar sua segurança e reunir evidências.

Ao ser questionado se houve influência direta ou incentivo para manipular processos ou relatórios, o depoente afirmou que recebia ordens frequentes para alterar e complementar relatórios, com exigências diretas do



Ministro Alexandre de Moraes e seus auxiliares, que pediam o acréscimo de textos, vídeos e links. Segundo ele, em um único episódio — relacionado à operação de busca e apreensão contra empresários —, houve manipulação de documentos, determinada pelo Ministro e executada pelo gabinete, com inserção de informações não constantes dos autos originais.

O advogado também perguntou sobre a expressão “para utilização quando oportuno”, que constava em alguns relatórios. Tagliaferro esclareceu que tais documentos eram armazenados para eventual uso político, sendo ativados “no momento oportuno”, conforme conveniência do Ministro. Confirmou, ainda, que havia monitoramento contínuo de parlamentares e figuras públicas de direita, sobretudo durante o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2022, e citou nominalmente Carla Zambelli, Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro, Daniel Silveira, Marco Feliciano, Otoni de Paula, Major Vitor Hugo e outros.

Em seguida, o advogado questionou quais critérios definiam o que era tratado como “fake news”. Tagliaferro respondeu que o parâmetro era amplamente subjetivo, baseando-se em críticas ou menções a ministros do STF, ao governo, ao sistema eleitoral ou às urnas eletrônicas, e que as publicações de Zambelli eram relatadas integralmente, independentemente de serem verdadeiras ou não. O enquadramento como desinformação, segundo ele, ocorria posteriormente, em instâncias superiores.

Por fim, ao ser perguntado se o gabinete também monitorava perfis ligados à esquerda ou ao governo federal, Tagliaferro foi categórico ao afirmar que jamais houve solicitações nesse sentido, relatando que, quando questionou essa ausência de equilíbrio interno, recebeu apenas reações de indignação e silêncio.

O depoente concluiu afirmando que o monitoramento realizado pelo Tribunal tinha, de fato, viés político direcionado, operando como uma “caça às bruxas” contra parlamentares e influenciadores conservadores, sem qualquer contrapartida de fiscalização sobre agentes de outros espectros ideológicos.



O Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM) dirigiu-se ao depoente Eduardo Tagliaferro com uma série de perguntas voltadas a esclarecer se ele teria sido pressionado ou incentivado por alguém a alterar o andamento de processos para facilitar perseguições políticas. Perguntou também se o depoente tinha conhecimento de casos em que condenações foram baseadas apenas na palavra de outro réu, sem provas independentes, e se as mensagens sob sua guarda confirmariam que o trânsito em julgado do processo de Carla Zambelli ocorreu de forma prematura, impedindo o duplo grau de jurisdição.

A Deputada Bia Kicis (PL/DF) formulou duas perguntas centrais. A primeira buscou confirmar se, à luz do conhecimento técnico de Tagliaferro, ele concordava com a conclusão do perito assistente da defesa de que não foi possível identificar a autoria intelectual da invasão ao sistema do CNJ, conforme apontado em audiência anterior da CCJC. A segunda indagação tratou da suposta perseguição a parlamentares e comunicadores de direita. Bia Kicis perguntou se o depoente considerava que a atuação seletiva do TSE e do Ministro Alexandre de Moraes — concentrada em perfis de direita e sem fiscalização equivalente sobre figuras de esquerda — teria influenciado o resultado das eleições de 2022. Por fim, afirmou que as restrições e inquéritos sigilosos contra parlamentares conservadores configurariam desequilíbrio no processo democrático.

A Deputada Chris Tonietto (PL/RJ) dirigiu duas perguntas a Tagliaferro: a primeira, para confirmar se, de acordo com o que ele presenciou durante sua atuação no TSE, a Deputada Carla Zambelli foi de fato alvo de manipulação e perseguição política por parte de estruturas institucionais; e a segunda, para indagar se o depoente tinha conhecimento de outros casos em que pessoas foram condenadas com base apenas na palavra de um réu de credibilidade duvidosa, sem provas materiais ou técnicas que corroborassem as acusações.

Sobre as perguntas formuladas pelo Deputado Capitão Alberto Neto, Tagliaferro esclareceu que não sofreu pressões diretas ou explícitas para manipular relatórios, mas relatou a existência de um ambiente de forte



cobrança e urgência constante, em que ele e outros servidores eram exigidos a produzir análises complexas em prazos de horas, inviáveis para o tipo de exame técnico solicitado. Disse que era comum receber ordens acompanhadas da expressão “o Ministro quer para ontem”, o que configurava uma pressão institucional intensa.

Em relação ao questionamento sobre a celeridade dos processos e o alegado trânsito em julgado prematuro de decisões do Supremo Tribunal Federal, afirmou que, de fato, os processos naquela Corte tramitavam com uma velocidade incomum em comparação com o restante do Poder Judiciário, sendo julgados, muitas vezes, em menos de um ano — o que, segundo ele, destoava do padrão nacional e merecia reflexão.

Respondendo à Deputada Bia Kicis, o depoente observou que, tecnicamente, é possível identificar a autoria de um ato digital quando há uma perícia completa e bem conduzida, com acesso integral aos dispositivos, rastreamento de endereços de IP, cruzamento de dados de estações rádio-base e outros elementos técnicos. Ressaltou que a impossibilidade de definir a autoria, conforme indicado pelo perito assistente da defesa na oitiva anterior, poderia decorrer da falta de acesso a dados relevantes, de limitações impostas à perícia ou de falhas metodológicas, mas não significaria que a identificação fosse tecnicamente inviável.

Concluiu afirmando que, em sua experiência, não existe “crime perfeito”, e que uma investigação digital realizada com rigor e boa-fé costuma permitir a identificação, ao menos parcial, do verdadeiro autor de uma conduta.

O Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) perguntou se ele participou da chamada “*Vaza-Toga*” e quais informações teria tornado públicas; se se considera perseguido e por quem; se teve contato pessoal com a Deputada Zambelli na Itália; e por que, tendo afirmado possuir provas e dados relevantes, ainda não os teria divulgado integralmente. Indagou também sobre supostos contatos do depoente com autoridades norte-americanas e alertou para o risco de internacionalização de conflitos políticos internos, pedindo que “não se castigue o povo brasileiro com brigas entre lideranças”.



Em seguida, o Deputado Coronel Meira (PL/PE) apresentou uma série de perguntas técnicas e objetivas, voltadas a confirmar o papel do Ministro Alexandre de Moraes na estrutura de monitoramento do TSE. Questionou se os relatórios de inteligência, emitidos sob a expressão “De ordem do Gabinete da Presidência”, partiam de determinação direta do Ministro; se as instruções de apuração e bloqueio de perfis bolsonaristas eram pessoais de Moraes; por que a Deputada Carla Zambelli constava nominalmente como “alvo prioritário” nos documentos internos; e se o gabinete do Ministro funcionava como centro de comando da operação. Indagou ainda se Tagliaferro ou sua equipe tinham autonomia técnica ou se todas as ações dependiam de ordens superiores, e se já havia orientação prévia para incriminar Zambelli antes mesmo da abertura formal de investigação. Por fim, perguntou se, diante dessa cadeia de ordens e ausência de independência técnica, o depoente reconhecia que o processo contra a parlamentar estaria maculado em sua origem por motivação política.

Em resposta ao Deputado Pompeo de Mattos, Eduardo Tagliaferro afirmou considerar-se perseguido pelo Ministro Alexandre de Moraes, citando a “celeridade atípica” de feitos contra si, o pedido de extradição anterior à própria denúncia e intimações remetidas ao antigo endereço de suas filhas. Disse não ter se encontrado com a Deputada Carla Zambelli na Itália. Justificou não ter encaminhado previamente todo o material ao Ministério Público ou à Polícia Federal por entender que tais órgãos estariam, segundo ele, comprometidos com a linha investigativa então vigente; relatou tentativas de levar as informações à imprensa “tradicional”, sem êxito. Acrescentou ter sido procurado por interlocutores nos Estados Unidos para eventual compartilhamento de dados, reiterando que prestaria informações “onde fosse possível”.

Respondendo ao Deputado Coronel Meira, confirmou que as solicitações partiam do Gabinete da Presidência do TSE/STF, operacionalizadas por juízes auxiliares, e que, inicialmente, relatórios eram formalizados sob o rótulo de “denúncia anônima”, prática depois substituída por despachos “de ordem” dos juízes instrutores. Atribuiu a maioria das ordens ao



Ministro Alexandre de Moraes, admitindo pedidos pontuais de outras áreas do TSE (comunicação). Afirmou que a equipe não detinha autonomia para definir alvos e que Carla Zambelli figurava como prioridade em razão do alcance de suas publicações. Segundo o depoente, o conjunto de mensagens e registros que apresentou corrobora a existência de um monitoramento seletivo, orientado a perfis de direita.

Ao final da rodada de perguntas, o Deputado Coronel Meira reiterou alguns dos questionamentos anteriormente formulados, pedindo esclarecimentos complementares. Em resposta, Eduardo Tagliaferro reafirmou que não havia qualquer autonomia de decisão dentro da equipe técnica, tampouco entre os juízes auxiliares. Segundo ele, todas as determinações partiam do Ministro Alexandre de Moraes, inclusive com mensagens diretas retransmitidas pelos próprios juízes instrutores.

Tagliaferro relatou que, ao questionar ordens ou tentar adiar relatórios, sofria pressões e ameaças de exoneração, o que confirmaria o caráter hierárquico e centralizado da operação. Disse ainda que o Ministro coordenava pessoalmente a força-tarefa, atuando, de fato, como comando central tanto no TSE quanto no STF, a ponto de criar um núcleo de inteligência sob sua presidência, formalizado em ato publicado no Diário Oficial.

Quanto à Deputada Carla Zambelli, afirmou que os pedidos que recebia tinham o objetivo explícito de reunir elementos para justificar bloqueios e monitoramentos de seus perfis, muitas vezes antes da abertura formal de investigações, o que, em sua avaliação, configurava orientação prévia e direcionada.

Concluiu reconhecendo que o procedimento adotado pelo Ministro Alexandre de Moraes violava o rito processual regular, por concentrar as funções de investigação, acusação e julgamento, e afirmou que o caso representava, a seu ver, uma perseguição política não apenas à Deputada Zambelli, mas a diversos parlamentares e comunicadores de perfil conservador.



O Deputado Delegado Éder Mauro iniciou sua intervenção com duas perguntas diretas: se o Ministro teria determinado pessoalmente que esse monitoramento fosse realizado e se a Deputada Carla Zambelli estava entre os principais alvos dessa atuação.

Em seguida, o Deputado Cabo Gilberto Silva perguntou se alguma decisão dentro do Tribunal era tomada sem a autorização direta do Ministro Alexandre de Moraes, se o Ministro coordenava pessoalmente o que chamou de “perseguição aos conservadores”, e se havia, nas comunicações internas que testemunhou, algum indício de satisfação pessoal ou motivação política por parte do Ministro em relação à perseguição da Deputada Carla Zambelli e de outros parlamentares de direita.

O Deputado José Medeiros iniciou sua fala questionando-o sobre sua formação e experiência profissional, a fim de contextualizar o conhecimento do depoente nas áreas de sistemas e engenharia. Em seguida, passou a tratar de questões estruturais do funcionamento do Judiciário, indagando se o sistema brasileiro carece de preparo técnico em matéria de tecnologia da informação, dado o número de decisões judiciais recentes que resultaram em bloqueios generalizados de redes sociais ou plataformas digitais. Medeiros comparou a medida a uma decisão desproporcional, como “fechar um bar por causa de uma briga”, e perguntou se o depoente considerava tais práticas tecnicamente justificáveis.

O parlamentar mencionou ainda os arquivos divulgados que continham ordens para “pegar Eduardo”, “pegar Bia” e “pegar Zambelli”, e pediu que Tagliaferro esclarecesse se houve também determinações contra figuras políticas como o Deputado Janones, além de questionar se empresas privadas ou tecnologias específicas participaram do processo de monitoramento. Perguntou também se o mesmo padrão de atuação se estendeu durante todo o período eleitoral e se as suspensões e bloqueios de contas poderiam ter ocorrido não apenas por publicações específicas, mas também por causa de discursos e posicionamentos de deputados em plenário. Ao final, perguntou a Tagliaferro como ele se sentia após ter sido absolvido e que medidas o Congresso poderia adotar para impedir a continuidade de



práticas semelhantes, mencionando até a possibilidade de afastamento do Ministro Alexandre de Moraes.

Logo após, o Deputado Gustavo Gayer pediu a palavra e fez um relato pessoal, com o objetivo de demonstrar a falta de credibilidade do hacker Walter Delgatti. Ele afirmou que, durante a CPMI da Covid, Delgatti havia mencionado “um deputado de cabelo branco de Goiás” com quem supostamente teria conversado, referência que Gayer reconheceu como sendo a ele próprio. O parlamentar explicou que nunca teve qualquer contato com o hacker, razão pela qual ingressou com uma interpelação judicial, enquanto Delgatti ainda estava preso, pedindo que ele esclarecesse o local, o dia e o conteúdo dessa suposta conversa — o que jamais foi respondido.

Em suas respostas finais, Eduardo Tagliaferro confirmou que todo o trabalho da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação — tanto no âmbito do TSE quanto do STF — era determinado pelo Ministro Alexandre de Moraes. Disse que o monitoramento incluía a família Bolsonaro, parlamentares e comunicadores alinhados à direita, destacando que Carla Zambelli era “um dos principais, se não o principal alvo” dessa estrutura. Explicou que, embora o monitoramento não fosse diário, havia períodos de intensa atividade, especialmente durante as eleições de 2022, quando a vigilância se tornava contínua e as ordens de Moraes eram imediatas.

Tagliaferro relatou que nenhum relatório era concluído sem a aprovação do Ministro. Quando Moraes considerava o conteúdo “insuficiente”, mandava devolver o documento com ordens explícitas para incluir mais informações, vídeos ou menções diretas à Deputada Carla Zambelli. Ao ser questionado sobre eventual motivação política, afirmou não ter como provar, mas considerou “estranho” que apenas pessoas de direita fossem monitoradas, sem qualquer pedido de análise envolvendo políticos ou militantes de esquerda, o que, segundo ele, revela um claro viés ideológico.

Também relatou que, embora o Ministro centralizasse as decisões, havia pessoas próximas que alimentavam o gabinete com informações e solicitações. Citou, por exemplo, pedidos pontuais de



levantamentos sobre Flávio Dino e Cristiano Zanin, quando este ainda não era ministro, e afirmou suspeitar que Moraes contava com uma rede de colaboradores externos.

Respondendo às questões técnicas apresentadas por José Medeiros, Tagliaferro criticou as ordens judiciais que determinavam o bloqueio de plataformas inteiras como WhatsApp e Telegram, classificando-as como “abusivas e desproporcionais”. Disse que Moraes recorria a esses bloqueios para forçar o cumprimento de suas decisões em prazos curtos — muitas vezes, no mesmo dia ou até em fins de semana —, o que, segundo ele, resultava em decisões apressadas e sem fundamento técnico.

Acrescentou que jamais houve qualquer determinação de monitoramento contra parlamentares ou simpatizantes da esquerda, e que a equipe da AEED trabalhava sem ferramentas adequadas, baseando-se em buscas manuais na internet. Apenas um sistema chamado Boitatá, da empresa Apura, era utilizado com palavras-chave para rastrear conteúdos vinculados aos alvos indicados pelo Ministro.

Encerrando a oitiva, formulei uma última pergunta ao depoente Eduardo Tagliaferro, buscando esclarecer a autenticidade e a confiabilidade técnica dos documentos encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça. Indagou especificamente se o material apresentado — composto por mensagens, relatórios e arquivos digitais — estava devidamente autenticado e se havia elementos que comprovassem sua integridade e veracidade.

Tagliaferro respondeu afirmativamente, afirmando que todo o conteúdo foi extraído com rigor técnico, respeitando a cadeia de custódia e os parâmetros legais previstos no Código de Processo Penal. Explicou que o conjunto probatório — incluindo conversas de WhatsApp, arquivos armazenados em nuvem e relatórios emitidos durante sua atuação no TSE — foi submetido a perícia independente, conduzida por um perito de sua confiança, mas escolhido de forma imparcial, sem conhecimento prévio do conteúdo. Assegurou que o laudo técnico comprova a autenticidade do material



e se declarou disposto a disponibilizá-lo integralmente para nova verificação por qualquer perito designado pela Comissão.

Concluiu afirmando que seu ato de denúncia não tinha motivação pessoal ou sentimento de revanche, mas o propósito de assegurar justiça e transparência diante do que descreveu como uma perseguição institucional. O relator solicitou, então, o envio formal do laudo pericial à CCJC, pedido que o depoente prontamente acolheu.

O Presidente, Deputado Paulo Azi, agradeceu a colaboração do Sr. Eduardo Tagliaferro e a participação remota da Deputada Carla Zambelli, declarando encerrada a audiência pública.

4. CARLA ZAMBELLI

A oitiva da Deputada Carla Zambelli, representada no processo, foi realizada em 24 de setembro de 2025, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sob a presidência do Deputado Paulo Azi e com a condução deste relator.

Essa audiência foi o momento em que a parlamentar se manifestou diretamente perante os membros da Comissão, após a oitiva de todas as testemunhas indicadas pela defesa — quais sejam: Walter Delgatti, Michel Spiero e Eduardo Tagliaferro. O objetivo central foi oferecer à representada a oportunidade de expor sua versão dos fatos, esclarecer pontos controversos do processo que resultou em sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal e responder aos questionamentos dos parlamentares.

A reunião foi conduzida em conformidade com o art. 55, inciso VI, §2º da Constituição Federal, que estabelece a competência da Câmara dos Deputados para deliberar sobre a perda de mandato de parlamentar condenado criminalmente em decisão transitada em julgado.

No decorrer da sessão, a Deputada apresentou uma exposição inicial, respondeu às perguntas do relator, dos parlamentares e de seu advogado de defesa, e fez considerações sobre os aspectos jurídicos, políticos



e pessoais que cercam o caso, destacando os impactos da condenação e reafirmando sua posição quanto às acusações.

A seguir, apresenta-se a análise detalhada do conteúdo dessa oitiva, com a síntese das principais declarações, perguntas e respostas, bem como os pontos relevantes para a apreciação final da matéria pela Comissão.

A parlamentar relatou que seu contato com Walter Delgatti ocorreu inicialmente de forma pública e casual, e que nunca houve relação pessoal ou profissional próxima entre ambos. Disse que o conheceu após ser abordada para uma foto e que a conversa evoluiu em torno de um tema que sempre defendeu desde antes de seu mandato: o voto impresso auditável. Segundo Zambelli, o interesse em ouvir Delgatti decorreu apenas de sua curiosidade técnica sobre possíveis vulnerabilidades das urnas eletrônicas e de sua intenção de buscar maior transparência no processo eleitoral.

Ela relatou que o hacker foi posteriormente apresentado ao então Presidente Jair Bolsonaro, em uma reunião que contou com assessores do Palácio da Alvorada, e que, a partir dali, se discutiu a viabilidade de mecanismos de auditoria, como testes públicos de segurança ou o chamado “teste cego” de urnas, mas que tais iniciativas não avançaram por razões de prazo e competência institucional do TSE.

A deputada também esclareceu as alegações financeiras que constam nos autos, afirmando que jamais realizou qualquer pagamento direto a Delgatti. Segundo ela, o valor de R\$ 3 mil, mencionado em relatórios da Polícia Federal, foi repassado por uma empresa de comunicação contratada para divulgação de seu mandato, que teria subcontratado Delgatti para um trabalho de integração de site e redes sociais — serviço que, segundo afirmou, não chegou a ser entregue.

Zambelli enfatizou que sempre agiu de boa-fé, buscando apenas soluções técnicas para garantir a segurança do voto, e que foi injustamente envolvida em uma narrativa criminal sem qualquer prova de que tenha instigado ou ordenado invasões a sistemas públicos. Ressaltou, ainda, que o processo conduzido pelo Supremo Tribunal Federal desrespeitou



garantias fundamentais, como o acesso integral às provas e o duplo grau de jurisdição, o que, em sua avaliação, compromete a validade da condenação.

Por fim, declarou estar confiante de que tanto a Justiça italiana, que analisa sua extradição, quanto a própria Câmara dos Deputados reconhecerão que o processo contra ela foi viciado e conduzido de forma política, e não jurídica. Concluiu afirmando que a CCJC, ao examinar o caso, não julga apenas uma parlamentar, mas a própria integridade do devido processo legal e da separação dos Poderes.

Na sequência da sessão, passei a inquirir a representada, iniciando pelos aspectos processuais da Ação Penal nº 2.428. Perguntei à Deputada Carla Zambelli como se deu a condução do processo no Supremo Tribunal Federal, se ela havia tido acesso integral aos autos e por qual motivo alegava ter havido violações a seu direito de defesa e ao contraditório.

Em resposta, a parlamentar relatou que, durante grande parte da tramitação, sua defesa foi impedida de acessar integralmente os autos, o que, em sua avaliação, comprometeu o exercício do contraditório e da ampla defesa. Explicou que seu então advogado, Dr. Daniel Bialski, fez sucessivos requerimentos de vista, especialmente em relação aos setecentos gigabytes de dados apreendidos na residência de Walter Delgatti, os quais, segundo afirmou, jamais foram disponibilizados à defesa — apesar de poderem conter informações relevantes que demonstrariam sua inocência.

Zambelli também sustentou que o processo teria apresentado incongruências desde o início, mencionando que o relatório da Polícia Federal afirmava não haver qualquer pagamento feito por ela ao hacker, mas que essa conclusão não foi reproduzida pela Procuradoria-Geral da República na denúncia, nem considerada pelo Ministro Alexandre de Moraes na sentença condenatória.

A deputada destacou ainda que foi condenada por dois crimes, entre eles o de invasão de dispositivo informático, mas afirmou que o enquadramento jurídico teria sido indevido, pois o tipo penal aplicado pressupõe prejuízo econômico à Administração Pública, o que, segundo ela,



não ocorreu. Argumentou que o relator do processo no STF incluiu essa expressão apenas para viabilizar a emissão de um mandado internacional de captura, uma vez que a Interpol, de acordo com suas palavras, somente reconheceria o crime de invasão eletrônica quando acompanhado de dano econômico comprovado.

A parlamentar também considerou irregular a fixação de multa milionária — alegada como superior a R\$ 4 milhões —, sustentando que não houve dano financeiro que justificasse a penalidade. Em seguida, apontou o que classificou como vícios estruturais do processo: a inexistência de duplo grau de jurisdição, a negativa de recurso e o fato de o mesmo magistrado ter atuado, simultaneamente, como vítima, acusador e julgador.

Zambelli relatou que, ao expor esses fatos às autoridades italianas responsáveis por seu processo de custódia, a reação foi de espanto, pois, segundo afirmou, os procuradores e juízes italianos consideraram inconcebível que uma parlamentar fosse condenada em instância única, por um único magistrado, sem acesso às provas e sem a possibilidade de revisão da decisão. Concluiu reiterando que, à luz desses elementos, considera o processo que a condenou juridicamente viciado e politicamente direcionado, razão pela qual espera ver reconhecida sua nulidade pela Justiça italiana e pela Câmara dos Deputados.

Em continuidade à oitiva, questionei a Deputada Carla Zambelli sobre o Relatório nº 38 da Polícia Judiciária, mencionado na decisão condenatória do Ministro Alexandre de Moraes como uma das principais provas do processo. Perguntei se ela ou sua defesa haviam tido acesso a esse documento, que conteria, segundo o voto do Ministro, os arquivos periciados com o mesmo *código hash* do suposto mandado de prisão em nome do próprio Alexandre de Moraes, inserido por Walter Delgatti no sistema do CNJ.

A parlamentar respondeu que não poderia afirmar com certeza se teve acesso ao relatório completo, já que se encontra há meses em prisão administrativa no exterior e não dispõe de consulta direta aos autos. Disse acreditar que apenas parte dos arquivos chegou ao seu conhecimento,



notadamente o mandado de prisão citado, mas que não teve acesso aos demais documentos e mandados de soltura que, segundo consta, estariam incluídos no relatório.

Relatou também que o acesso a esses dados se deu apenas depois dos fatos, e não durante a apuração, reforçando que, em sua visão, houve omissão deliberada de provas relevantes à sua defesa. Aproveitou para registrar que seus bens pessoais continuam retidos pela autoridade judicial brasileira, entre eles celulares e um HD contendo fotos pessoais e arquivos antigos, apesar de diversos requerimentos formais de devolução já apresentados.

Após sua resposta, informei aos membros da Comissão que o pedido de acesso ao Relatório nº 38 já foi oficialmente encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, e que o documento ainda não integra o conjunto dos autos disponibilizados à CCJC, razão pela qual a pergunta buscava justamente esclarecer se a própria representada tivera contato com esse material pericial. Zambelli complementou que, salvo engano, nunca teve acesso ao relatório pericial completo referente aos seus dispositivos eletrônicos.

Perguntei à Deputada Carla Zambelli quando e em que circunstâncias ocorreu seu primeiro contato pessoal com Walter Delgatti Neto, e qual teria sido a natureza da relação mantida a partir desse encontro.

A representada relatou que conheceu Delgatti em um evento público em Ribeirão Preto, onde proferia palestra e tirava fotos com o público. Segundo ela, o hacker se aproximou para pedir uma foto e se apresentou, inicialmente, apenas como “Walter”. Somente após a foto, ele teria revelado sua identidade dizendo: “*Sou o Walter que entrou no seu celular*”, referindo-se à época da chamada *Vaza-Jato*.

Zambelli afirmou que reagiu com surpresa e que, de início, associou o nome ao episódio de invasão de mensagens de autoridades, mencionando ter feito uma observação irônica, mas sem hostilidade. Disse que, como Delgatti já havia cumprido pena e estava em liberdade, não viu



impedimento moral em conversar com ele, acreditando que “quem cumpre a pena paga sua dívida com a Justiça”.

Após esse primeiro contato, relatou que perguntou a ele sobre a segurança das urnas eletrônicas, ao que Delgatti teria respondido que “qualquer computador do mundo pode ser hackeado”, explicando brevemente que isso poderia ocorrer antes da conexão à internet ou durante a carga dos programas.

A parlamentar então disse ter anotado o telefone de Delgatti e, dias depois, levado o tema ao Presidente Jair Bolsonaro, com quem discutia a possibilidade de aperfeiçoar o sistema eleitoral. Nesse ponto, o Presidente da Comissão, Deputado Paulo Azi, pediu à representada que resumisse suas respostas, afirmando que havia vinte parlamentares inscritos para fazer questionamentos subsequentes.

Em sequência à oitiva, questionei a Deputada Carla Zambelli sobre as circunstâncias do contrato firmado com Walter Delgatti e os contatos posteriores que manteve com ele. Recordei que, conforme o acórdão da Ação Penal nº 2428, a defesa havia relatado a existência de um contrato de R\$ 10 mil para a integração entre seu site e suas redes sociais, parcialmente pago, mas não executado pelo contratado, o que teria levado a parlamentar a procurá-lo. Perguntei, portanto, por que razão manteve contato com Delgatti mesmo após o descumprimento do acordo e quais eram as finalidades dessas comunicações posteriores.

Zambelli esclareceu que não realizou pagamento direto ao hacker, tendo apenas tomado conhecimento de que ele teria recebido R\$ 3 mil por meio de terceiros vinculados a uma empresa contratada para serviços de divulgação de mandato. Disse que as conversas subsequentes foram raras, estimando duas ou três trocas de mensagens ou encontros após o episódio, e justificou que o fez “por ingenuidade”, afirmando manter diálogo com pessoas mesmo quando estas a enganavam.

Perguntei também se teria havido qualquer promessa ou oferta de contratação para atuação no gabinete parlamentar. A representada negou,



afirmando que apenas explicou os procedimentos de contratação da Câmara dos Deputados, mas que jamais considerou admiti-lo, especialmente diante do fato de ele não ter cumprido o primeiro contrato.

Por fim, questioneei sobre o encontro em posto de combustíveis na Rodovia dos Bandeirantes, mencionado por Delgatti na denúncia da PGR como momento em que teria recebido pedido para invadir urnas eletrônicas ou sistemas da Justiça. A Deputada confirmou que o encontro ocorreu, mas esclareceu que foi a pedido do próprio Delgatti, que soube de sua passagem pela região durante a campanha eleitoral. Relatou que a conversa tratou apenas da possibilidade de realização de um teste público de segurança das urnas, proposta que considerou inviável, pois o período eleitoral já estava em curso e o TSE não permitiria tal iniciativa.

Segundo Zambelli, o hacker alterou sucessivamente sua versão dos fatos — em alguns depoimentos teria dito que ela pediu invasão de urnas; em outros, que ela intermediou contato com o então Presidente Jair Bolsonaro, chegando a afirmar que ela teria destruído o chip do telefone. A parlamentar sustentou que essas mudanças evidenciam falta de credibilidade e contradições do depoente.

Em complementação, confirmei se a Deputada chegou a enviar seu motorista para buscá-lo, e ela respondeu afirmativamente, explicando que isso ocorreu nessa ocasião do posto de gasolina e em outro momento, quando Delgatti alegou problemas de saúde graves. Nessa segunda situação, ela pediu a um conhecido, identificado como Renan, que o levasse à Santa Casa de Guaratinguetá, onde o hacker teria recebido atendimento médico após relatar risco de septicemia.

Na sequência da oitava, perguntei à Deputada Carla Zambelli se, em algum momento das conversas com Walter Delgatti, teria solicitado, sugerido ou insinuado a realização de invasões a sistemas do Conselho Nacional de Justiça ou de outros órgãos do Judiciário, ainda que de modo indireto.



A parlamentar foi categórica ao negar essa possibilidade. Afirmou que o único tema técnico abordado entre ambos foi a proposta de realização de um “teste público de segurança”, evento promovido oficialmente pelo TSE, no qual especialistas e técnicos podem tentar identificar vulnerabilidades nas urnas eletrônicas. Explicou que sua intenção sempre foi institucional e transparente, sem qualquer conotação ilícita, e que o diálogo ocorreu no contexto de uma preocupação legítima com a integridade do sistema eleitoral. Reforçou que jamais pediu ou sugeriu qualquer invasão e que o episódio ocorreu após o prazo regulamentar para a realização de tais testes, tornando a ideia inviável naquele momento.

Em seguida, questionei sobre o trecho da denúncia em que se afirma que arquivos ideologicamente falsos — como o suposto mandado de prisão e a ordem de afastamento de sigilo bancário contra o Ministro Alexandre de Moraes — teriam sido encontrados em seus dispositivos, apresentando o mesmo código hash dos arquivos criados por Delgatti, o que, segundo o Ministério Público, indicaria compartilhamento de conteúdo. Perguntei se ela confirmava o recebimento desses arquivos, em quais dispositivos teriam sido armazenados, e qual seria, a seu ver, a finalidade de o hacker ter enviado tais documentos.

Zambelli respondeu que acredita ter recebido o material apenas posteriormente, no início de 2023, após a invasão já ter ocorrido, e que não houve qualquer participação sua nos atos. Disse que não respondeu à mensagem e que, ao perceber o teor do conteúdo, se afastou de Delgatti por receio de ser envolvida em algo ilícito. Segundo ela, o hacker provavelmente lhe enviou os documentos para demonstrar que havia conseguido acessar o sistema do CNJ, uma vez que sabia de seu interesse técnico em segurança digital.

A deputada destacou ainda que muitas pessoas receberam esses arquivos, não sendo algo restrito a ela, e que *“era um conteúdo que circulava amplamente, como outras mensagens ou cartas falsas que se espalham na internet”*. Por fim, ao ser questionada se teria encaminhado esses



documentos a algum jornalista, afirmou não se recordar, mas acreditar que não o fez.

Perguntei à Deputada Carla Zambelli se havia algum dispositivo, conta de e-mail, site ou rede social de sua titularidade que fosse administrado por Walter Delgatti, ainda que parcialmente. Ela explicou que, à época do contrato firmado por intermédio de seu assessor Jean, o hacker recebeu acesso temporário às senhas de algumas redes sociais para realizar a integração entre o site e as plataformas. Disse, contudo, não se recordar se as senhas foram alteradas posteriormente, admitindo que talvez isso não tenha sido feito — “*pode ter sido culpa minha*”, afirmou.

A parlamentar reconheceu que, por conta desse acesso técnico, Delgatti poderia ter mantido acesso a determinadas contas, mas sustentou que nunca o autorizou a utilizá-las depois do contrato. Afirmou ainda que o hacker invadia sistemas com facilidade e, portanto, poderia ter acessado dados indevidamente. Ao comentar o envio dos documentos falsos, mencionou que foi dito nos autos que os arquivos teriam sido encaminhados por e-mail e marcados como lidos, mas que não se recorda de ter aberto a mensagem. Justificou que vários membros de sua equipe tinham acesso a suas senhas e e-mails, e que, por isso, não pode afirmar se foi ela quem visualizou o conteúdo.

Questionada sobre se teria advertido, repreendido ou incentivado Delgatti diante das ações criminosas atribuídas a ele, Zambelli foi enfática ao afirmar que jamais o estimulou de qualquer forma e que não chegou a responder às mensagens enviadas por e-mail. Esclareceu que não utilizava computador em seu gabinete, trabalhando apenas por meio do celular, e que essa rotina inclusive gerou notícias falsas na imprensa, que chegaram a afirmar que ela teria “limpado o gabinete” antes da busca da Polícia Federal. A deputada disse ter solicitado à área técnica da Câmara um documento confirmando que nunca houve computador registrado em seu gabinete, reafirmando, assim, que não fazia uso de e-mails diretamente, sendo essa função exercida por sua equipe de assessores.



Perguntei à Deputada Carla Zambelli sobre a acusação de que teria fornecido ou elaborado o texto utilizado na confecção do mandado de prisão falso contra o Ministro Alexandre de Moraes, conforme consta da denúncia da Procuradoria-Geral da República. Ela negou de forma categórica, afirmando: “Não, é mentira.”

Na sequência, questionei se teria tido qualquer participação no planejamento técnico das invasões ou se tomou conhecimento dos fatos apenas posteriormente, ao receber os documentos em seu celular. A parlamentar declarou que soube do ocorrido apenas pela imprensa, quando o episódio já havia sido amplamente divulgado e repercutido publicamente. Disse que, após a notícia se espalhar, passou a receber cópias do documento de diversas pessoas, mas não havia tido qualquer contato com Delgatti antes disso.

Zambelli enfatizou que não teria capacidade técnica para contribuir com algo dessa natureza, e que, portanto, não participou, direta ou indiretamente, da elaboração ou execução de invasões. Reiterou que seu primeiro contato com o conteúdo do mandado falso se deu apenas após a divulgação do caso na mídia, sem qualquer envolvimento anterior.

Perguntei à Deputada Carla Zambelli se ela tinha conhecimento prévio da inserção de alvarás de soltura falsos nos sistemas do Conselho Nacional de Justiça, atribuídos a Walter Delgatti, conforme descrito nas investigações.

Ela afirmou que só tomou ciência desse fato durante as apurações, quando o caso já havia se tornado público. Disse que, antes das investigações e das notícias na imprensa, não fazia ideia de que pudesse ter qualquer ligação com o episódio, e que só se deu conta da gravidade da situação quando a Polícia Federal cumpriu mandado em sua residência.

Zambelli acrescentou que, ao longo de sua trajetória política e de ativismo, sempre esperou algum tipo de retaliação por sua atuação firme, e que, por isso, a ofensiva judicial não a surpreendeu. Mencionou também o relato de Eduardo Tagliaferro, segundo o qual ela teria sido tratada como “alvo



prioritário”, observando que já percebia sinais de perseguição, mas não sabia que isso se conectava à invasão do CNJ.

A deputada enfatizou que, se tivesse conhecimento de que Delgatti estava envolvido nesse tipo de conduta, jamais teria auxiliado no seu atendimento médico — referindo-se ao episódio em que o ajudou a ser levado à Santa Casa de Guaratinguetá — e que, naquele momento, o tratava apenas como uma pessoa enferma, sem saber de seus crimes.

Quando questionada se teria recebido de Delgatti, por meio físico ou eletrônico, algum dos alvarás de soltura falsos inseridos no sistema do CNJ, Zambelli declarou não se recordar de ter recebido nem aberto qualquer documento desse tipo. Disse que, mesmo que eventualmente o arquivo tenha sido encaminhado e aberto, não houve leitura consciente ou interesse em seu conteúdo, explicando que recebia muitas mensagens diariamente e que, por vezes, arquivos eram abertos de forma automática ou inadvertida durante o trabalho parlamentar.

Perguntei à Deputada Carla Zambelli por que alegava ter sido vítima de perseguição política no âmbito da Ação Penal nº 2.428.

Ela respondeu que a sensação de perseguição já existia desde 2022, muito antes dos depoimentos recentes de Eduardo Tagliaferro no Senado e na Câmara. Segundo relatou, tudo o que publicava em suas redes sociais era rapidamente removido — em questão de horas —, e seu nome era inserido em processos e inquéritos sem qualquer conexão direta com os fatos investigados, inclusive na CPMI da Covid e nos inquéritos das chamadas “fake news”.

Afirmou que em todas as oportunidades possíveis, o Ministro Alexandre de Moraes a incluía como parte ou investigada, o que reforçou seu sentimento de cerco institucional. Citou ainda um episódio em que, após uma entrevista na Jovem Pan em que se referiu a Moraes de forma crítica, foi abordada por dois homens ao deixar o estúdio, que a instruíram a fazer um pedido público de desculpas em suas redes, inclusive com texto ditado por eles, fato que disse ter a deixado intimidada e com medo.



Zambelli lembrou também que, em 2022, suas redes sociais foram removidas por determinação de Moraes, e que chegou a apresentar uma denúncia contra ele à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, acompanhada do jornalista Paulo Figueiredo. Mencionou ainda que, segundo os Twitter Files, ela e o Deputado Marcel Van Hattem teriam sido os únicos alvos de tentativas de bloqueio de redes sociais sem processo formal, mas, no caso dela, a censura efetivamente ocorreu.

Ao final das minhas perguntas, questionei se havia algo mais que desejasse acrescentar para auxiliar a Comissão na análise da Ação Penal nº 2.428. A deputada respondeu que não teria novos elementos a acrescentar, destacando, contudo, as dificuldades enfrentadas no cárcere e o isolamento linguístico por estar presa na Itália. Disse confiar que o relator e os membros da Comissão saberão agir com senso de justiça, e pediu que seu caso sirva de exemplo para conter o avanço do que chamou de “sanha persecutória” dentro das instituições.

Zambelli encerrou afirmando que sua prisão foi uma repetição do ocorrido com o deputado Daniel Silveira, e que, à época, já havia alertado o Parlamento de que a violação das prerrogativas parlamentares de um deputado abriria caminho para novas arbitrariedades, o que, em suas palavras, “acabou se confirmando”.

O advogado de defesa, Dr. Fábio Pagnozzi, questionou se houve em algum momento conversas entre Zambelli e Walter Delgatti sobre a Operação Lava Jato ou sobre a anulação da condenação do ex-presidente Lula. A deputada respondeu que não se recorda de ter tratado do tema com Delgatti, destacando apenas que na época tinha uma relação próxima com o então juiz Sérgio Moro, que inclusive havia sido seu padrinho de casamento, e que ela chegou a citar o magistrado em um livro de sua autoria, mas sem ligação com o hacker.

O advogado prosseguiu dizendo que, conforme relatos anteriores, Delgatti teria tido vínculos prévios com grupos de esquerda, tendo se aproximado de Zambelli apenas após romper com esses setores e sentir-se



usado e descartado. Perguntou se a deputada tinha conhecimento desse histórico e se acreditava que essa suposta “mudança de lado” poderia explicar as acusações feitas por ele contra ela posteriormente.

Zambelli respondeu que soube da ligação anterior de Delgatti com a esquerda, especialmente após ele próprio afirmar que se sentia traído pelo PT. Segundo ela, Delgatti confidenciou estar arrependido, dizendo que havia sido usado e abandonado, pois lhe prometeram recompensas financeiras e reconhecimento por ajudar a libertar Lula, mas o ex-presidente jamais lhe agradeceu.

A deputada relatou que Delgatti afirmou ter o desejo de “compensar” o fato de ter ajudado a libertar Lula, dizendo que queria, ao menos, contribuir para garantir uma eleição justa, pois, em suas palavras, o ex-presidente “não prestava”.

Zambelli acrescentou que, em suas conversas, Delgatti afirmou não ser realmente de esquerda, mas movido por ressentimento pessoal contra o Ministério Público, especialmente por questões envolvendo o promotor Deltan Dallagnol e um episódio em que, segundo ele, teria sido injustamente acusado de tráfico de drogas por portar remédios de uso controlado.

O advogado questionou a deputada se as medidas judiciais adotadas contra ela e sua família — como o bloqueio de redes sociais, interdição de contas bancárias e, mais recentemente, o bloqueio das contas de seu esposo, o policial Aginaldo Oliveira — seriam, em sua visão, expressão de perseguição política.

Zambelli respondeu de forma enfática que sim, reiterando que a perseguição é evidente “desde sempre”. Afirmou que, após sua condenação, percebeu que o objetivo do ministro Alexandre de Moraes não seria apenas puni-la judicialmente, mas destruí-la pessoalmente, atingindo também seus familiares e seus meios de sustento. Disse ter sido informada por pessoas próximas ao ministro de que ele teria insistido em mantê-la sob condições duras de encarceramento, negando qualquer chance de prisão domiciliar, mesmo em caso de doença, e que desejava transferi-la para a Penitenciária da



Colmeia, em Brasília, ao invés de São Paulo, o que ela classificou como uma tentativa deliberada de humilhação.

A deputada relatou que suas redes sociais e as de seus familiares foram bloqueadas, incluindo as do filho de 17 anos e de sua mãe. Mostrando uma fotografia do filho, afirmou que o bloqueio desses perfis comprovava o caráter pessoal e abusivo das medidas, estendendo a perseguição para além de sua figura política. Sobre o marido, enfatizou tratar-se de um policial de carreira exemplar, com 35 anos de serviço e histórico de bravura, descrevendo-o como um homem “irrepreensível”, alvo de punição apenas por ser seu companheiro.

Em seguida, o advogado retomou o tema das revelações de Eduardo Tagliaferro, recordando que o perito havia afirmado que as decisões judiciais contra Zambelli foram influenciadas por razões políticas e não puramente jurídicas. Perguntou, então, o que poderia ter motivado esse tipo de conduta.

Zambelli respondeu que não há qualquer prova concreta que a incrimine, reforçando que o processo se resume à palavra de Delgatti contra a sua. Disse acreditar que a hostilidade do ministro teria origem em sua postura firme e em seu recorrente enfrentamento público, afirmando que jamais abaixou a cabeça, mesmo diante de recados indiretos enviados por interlocutores próximos a Moraes, pedindo que “falasse menos”.

Relatou ainda que sua mãe chegou a fazer uma publicação crítica ao ministro, a qual — segundo Zambelli — ele teria impresso e guardado em sua sala, o que, para ela, é prova de obsessão pessoal. Finalizou reafirmando sua confiança em que a verdade prevalecerá e manifestou esperança de retornar em breve ao Brasil e reencontrar sua família, convicta de que o país reconhecerá a injustiça de sua situação.

Destaco que a defesa prosseguiu com uma série de questionamentos de caráter pessoal ou político não relacionados aos objetos alvos de apuração da representação e, com o objetivo de tornar o parecer menos prolixo e mais direto, optei por omitir.



Encerradas as perguntas da defesa, o presidente da sessão, Deputado Paulo Azi, anunciou que a palavra passaria aos demais parlamentares presentes para dar continuidade à oitiva.

O Deputado Zucco dirigiu-se à representada e formulou questionamentos objetivos sobre a natureza das medidas judiciais que atingiram Carla Zambelli e seus familiares — como o bloqueio de redes sociais e a interdição de contas bancárias —, indagando se tais atos configurariam perseguição política e censura institucional. Solicitou ainda que a deputada descrevesse os reflexos humanos e familiares decorrentes dessas medidas, especialmente diante do fato de ser a principal responsável pelo sustento de seus filhos.

O Deputado Pompeo de Mattos perguntou por que ela escolheu a Itália como local de abrigo e se acredita estar mais protegida naquele país; indagou se, em caso de confirmação da pena, ela pretende cumpri-la em solo italiano; questionou se tem recebido apoio efetivo do partido e de suas lideranças; e solicitou que esclarecesse se Walter Delgatti teria invadido sistemas do Judiciário a seu pedido ou sob ordens de outra pessoa. Por fim, perguntou se, diante de tudo o que viveu, Zambelli reconsideraria sua postura política e o modo como conduziu sua atuação pública, ou se repetiria as mesmas ações que a trouxeram à situação atual.

O Deputado Coronel Meira formulou perguntas sobre o conteúdo de suas conversas com Walter Delgatti, questionando se em algum momento ele tratou de sua atuação em relação à Operação Lava Jato ou à anulação da condenação do ex-presidente Lula. Em seguida, destacou que o próprio Delgatti afirmou ter permanecido logado nos sistemas do Judiciário por cerca de quatro meses, observando que, se isso é verdadeiro, ele já teria invadido os sistemas antes mesmo de conhecer Carla Zambelli. A partir desse raciocínio, questionou como seria possível atribuir à deputada a ordem para uma invasão que, segundo o próprio hacker, já estava em andamento antes do primeiro contato entre ambos.



A Deputada Bia Kicis dirigiu à representada uma única pergunta objetiva: se existem ou existiram, em qualquer momento, mensagens que a vinculem às invasões praticadas por Walter Delgatti ou que demonstrem comunicação entre ambos no contexto dos crimes apurados na Ação Penal nº 2.428.

O Deputado Delegado Éder Mauro dirigiu duas perguntas objetivas à representada: pediu que relatasse quando e em que circunstâncias se deu o primeiro contato com Walter Delgatti, descrevendo o teor e a natureza dessa relação; e questionou como ela avalia o significado de seu mandato — conquistado com quase um milhão de votos — e de que forma a eventual cassação, fundamentada no depoimento de um réu confesso, afetaria a soberania popular e a representatividade feminina no Parlamento.

O Deputado Capitão Alberto Neto dirigiu-lhe uma pergunta específica, questionando qual teria sido a motivação de sua aproximação com Walter Delgatti e se, à época, ela tinha conhecimento das dificuldades financeiras que ele alegava enfrentar — especialmente considerando que o hacker dizia ser sustentado por contribuições de apoiadores ligados à esquerda.

O Deputado Zé Trovão dirigiu-se à deputada questionando qual seria o desejo de seu coração naquele momento, ressaltando que o dele era “ver a justiça ser feita ao povo brasileiro” e o restabelecimento da liberdade dos injustiçados.

Na sequência das intervenções parlamentares, a Deputada Carla Zambelli iniciou sua fala respondendo aos questionamentos anteriores, especialmente aos apresentados pelas Deputadas Júlia Zanatta e Bia Kicis e pelos Deputados Zé Trovão, Capitão Alberto Neto e Éder Mauro.

A representada reconheceu a pertinência da lembrança feita por Júlia Zanatta acerca da Operação *Spoofing*, destacando a contradição no tratamento judicial dado a casos semelhantes. Recordou que, à época, a ex-deputada Manuela D’Ávila manteve diálogos com Walter Delgatti durante o episódio da invasão de celulares de autoridades da Lava Jato, mas que,



diferentemente do que ocorre agora, não houve responsabilização de mandantes naquele caso. No seu entendimento, sua acusação atual decorre da necessidade de “se criar uma mandante”, mesmo sem provas cabais, o que caracterizaria, segundo ela, um processo político e arbitrário.

Em resposta a Zé Trovão, afirmou que aceita o sofrimento pessoal que enfrenta se este servir para impulsionar mudanças estruturais, como a aprovação da PEC das Prerrogativas e o fim do foro privilegiado. Disse estar disposta a transformar sua experiência em um símbolo de resistência parlamentar e de denúncia contra o abuso de poder.

Por fim, respondeu conjuntamente aos questionamentos de Éder Mauro e Capitão Alberto Neto, reiterando a versão já prestada ao relator: afirmou ter conhecido Walter Delgatti casualmente, na saída de um hotel onde realizava evento público, ocasião em que ele se apresentou como o hacker que havia invadido seu telefone durante a *Vaza Jato*. Segundo a deputada, o diálogo se limitou à curiosidade técnica sobre segurança das urnas eletrônicas — tema que, afirmou, sempre defendeu em favor da transparência eleitoral —, sem que houvesse qualquer relação de natureza ilícita.

A Deputada Chris Tonietto formulou duas perguntas à representada: se sua defesa teve pleno acesso aos autos e provas do inquérito; e de que forma as irregularidades apontadas por Eduardo Tagliaferro poderiam comprometer a validade do processo.

O Deputado José Medeiros iniciou sua fala cumprimentando a Deputada Carla Zambelli e direcionando questionamentos de natureza jurídica ao relator e aos demais membros da Comissão, buscando destacar o duplo padrão de tratamento em casos de delações e condenações no país. Ele questionou por que depoimentos de figuras como Antonio Palocci e Marcos Valério — que implicaram o atual Presidente da República em crimes graves — foram desconsiderados, enquanto as declarações do hacker Walter Delgatti, sem provas materiais consistentes, serviram de base para a condenação de Zambelli.



Antes das considerações finais, registrou-se que ocorreram breves manifestações e discussões paralelas as quais o relator preferiu omitir do relatório por se tratarem de intercorrências de ordem política, sem relevância direta para o mérito do processo.

Encerrando os trabalhos, o Presidente Paulo Azi declarou encerrada a sessão.

c) AUTOS DA AÇÃO PENAL 2428/DF

Passo agora à análise dos autos da Ação Penal nº 2.428/DF, instaurada perante o Supremo Tribunal Federal, a qual resultou na condenação da deputada Carla Zambelli e deu origem à presente representação por perda de mandato parlamentar. Trata-se de processo criminal que tramitou sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, e cujo desfecho, com o trânsito em julgado da sentença condenatória, ensejou a comunicação formal a esta Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, inciso VI e §2º, da Constituição Federal.

Os autos referem-se a fatos supostamente ocorridos entre os meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, quando teriam sido praticadas invasões ao sistema do Conselho Nacional de Justiça, com a inserção indevida de documentos apócrifos, dentre eles um mandado de prisão falsamente subscrito em nome do próprio Ministro Alexandre de Moraes, determinando sua própria detenção. Esse episódio, amplamente repercutido pela imprensa à época, tornou-se o marco público dos fatos objeto da persecução penal, razão pela qual é essencial situá-lo com exatidão no contexto da presente análise.

Os fatos imputados na Ação Penal nº 2.428/DF são, em si mesmos, de extrema gravidade. A invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça — órgão que representa a própria estrutura administrativa do Poder Judiciário brasileiro — constitui ato de profundo desrespeito às instituições da República e atenta contra os princípios mais elementares do Estado Democrático de Direito. Trata-se de conduta que afronta a integridade das informações públicas, vulnera a confiança depositada nas estruturas de



segurança digital do Estado e ameaça a própria credibilidade das decisões judiciais, pilares da ordem constitucional.

Invadir o sistema do CNJ e, dentro dele, inserir documentos falsos — ainda mais um mandado de prisão forjado em nome de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, determinando sua própria prisão — é ato de tamanho absurdo que dispensa adjetivações. Trata-se de uma agressão simbólica e concreta à lógica da institucionalidade e da seriedade nacional. Brincar com a estrutura do Judiciário, manipular seus sistemas, ridicularizar a autoridade judicial e converter o aparato estatal em instrumento de escárnio é transformar a República em objeto de deboche. Um país que se pretende grande, justo e respeitado não pode tolerar que seus sistemas sejam profanados dessa maneira. Tal afronta merece não apenas a devida punição penal, mas também o repúdio moral e social de todos os brasileiros que acreditam em um Brasil sério, responsável e digno de respeito internacional.

O Parlamento brasileiro, por sua vez, jamais poderia se omitir diante de um acontecimento dessa natureza. A Câmara dos Deputados, como Casa representativa do povo, deve ser a primeira a repudiar qualquer atentado à legalidade e à honra das instituições. Se restasse demonstrada, de forma inequívoca, a responsabilidade de qualquer de seus membros por condutas dessa gravidade, não haveria espaço político para cogitar a preservação de seu mandato. Estou certo de que nenhum dos nobres pares hesitaria em votar pela perda do mandato de um parlamentar que, comprovadamente, houvesse participado de atos tão repugnantes à ordem constitucional e à dignidade da função pública. Porque, antes de qualquer divergência política, há o dever de resguardar o que é mais sagrado: a honra da democracia e a seriedade das instituições da República.

Cumprе destacar, para fins de desambiguação, que o processo em questão não versa sobre outros episódios de conhecimento público envolvendo a parlamentar, como aquele relativo ao porte de arma de fogo ocorrido em 2022, que constitui objeto de ação penal diversa. A Ação Penal nº 2.428, portanto, circunscreve-se exclusivamente aos fatos de natureza digital, relacionados à invasão de sistemas informatizados e à inserção de dados



falsos, havendo sido a deputada condenada pelos crimes previstos nos artigos 154-A e 299 do Código Penal, em concurso material e sob a forma de continuidade delitiva, conforme o entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Estabelecido o escopo da presente apreciação, passo à exposição ordenada dos elementos constantes dos autos, de modo a examinar, com a necessária objetividade, o curso da ação penal, as provas nela produzidas e os fundamentos jurídicos que embasaram a condenação, delimitando o que efetivamente se apura e quais as repercussões institucionais decorrentes dessa decisão judicial no âmbito do mandato parlamentar ora em exame.

Na primeira oitiva realizada no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, destinada a ouvir o senhor Walter Delgatti Neto, diversos parlamentares manifestaram a necessidade de que todos os membros da Comissão tivessem acesso integral aos autos da ação penal que fundamentou a presente representação. Com base nessa solicitação coletiva, esta Relatoria requereu, em 10 de setembro de 2025, que fosse encaminhado ofício ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a remessa completa dos autos da Ação Penal nº 2.428/DF, a fim de assegurar que o exame da matéria nesta Casa ocorresse com total transparência, integridade documental e fidelidade às provas constantes do processo judicial.

Em atendimento ao referido requerimento, o Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Ofício Eletrônico nº 18.559/2025, subscrito pelo Ministro Alexandre de Moraes, comunicou a esta Comissão que, nos termos de decisão proferida em 15 de setembro de 2025, encaminhava a cópia integral dos autos da Ação Penal nº 2.428/DF, bem como do Inquérito nº 4.941, este último classificado como sigiloso. O envio representou importante passo para a instrução da presente representação, permitindo que os parlamentares tivessem acesso direto ao conteúdo probatório e às peças processuais que embasaram a condenação da deputada Carla Zambelli.



Ocorre que, ao proceder à análise minuciosa dos autos encaminhados, com o propósito de verificar a autoria atribuída à parlamentar conforme descrita na denúncia, esta Relatoria constatou a ausência do Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 38/2023, documento expressamente mencionado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet Branco, como peça probatória essencial à demonstração do suposto vínculo de Carla Zambelli com as condutas criminosas investigadas. Tal relatório, de natureza técnico-pericial, continha a análise dos materiais apreendidos e examinados pela Polícia Federal e era considerado, pela própria acusação, elemento decisivo na formação da convicção ministerial quanto à participação da parlamentar nos fatos.

Diante dessa omissão relevante, e considerando que a integridade documental constitui requisito indispensável à regular instrução da representação em curso, esta Relatoria diligenciou novamente junto à Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, solicitando o reenvio integral e definitivo dos autos. Em decorrência dessa nova requisição, o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ofício Eletrônico nº 20.356/2025, expedido pelo Ministro Alexandre de Moraes e encaminhado à Câmara dos Deputados via Advocacia da Casa, aditou o ofício anterior (nº 18.559/2025) e enviou a cópia integral dos autos da Ação Penal nº 2.428/DF, agora contendo todas as peças faltantes, inclusive o Relatório de Análise nº 38/2023.

Finalmente, em 3 de outubro de 2025, esta Comissão recebeu formalmente o referido relatório, peça técnica utilizada pela Procuradoria-Geral da República para fundamentar a denúncia oferecida contra a deputada Carla Zambelli. Com isso, restou plenamente suprida a documentação necessária para o exame exaustivo dos autos, garantindo a esta Relatoria e aos demais membros da Comissão o acesso completo ao conjunto probatório que embasou a condenação penal e, conseqüentemente, a presente representação.

Conforme se verifica da documentação juntada, o caso teve início com a instauração do Inquérito Policial nº 2023.0001065, conduzido pela Polícia Federal, destinado a apurar as razões pelas quais os sistemas do



Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) haviam sido indevidamente acessados e manipulados, resultando na inserção de mandados de prisão falsos, inclusive um supostamente emitido em nome do ministro Alexandre de Moraes. Diante da gravidade dos fatos e da conexão com investigações já em curso, as representações policiais originadas desse inquérito foram autuadas sob a Petição nº 11.626, distribuída ao Supremo Tribunal Federal e posteriormente vinculada ao Inquérito nº 4.941, permanecendo sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

No desenvolvimento das apurações, foram deferidas diversas medidas cautelares e protetivas em face dos investigados Carla Zambelli e Walter Delgatti Neto, compreendendo a apreensão de documentos, armas e passaportes, bem como de equipamentos eletrônicos potencialmente relacionados às invasões. Também foi decretada a prisão preventiva de Walter Delgatti Neto, além de autorizada a quebra do sigilo bancário da deputada Carla Zambelli, abrangendo o período de junho de 2022 a julho de 2023, para apuração de eventuais fluxos financeiros correlatos aos fatos investigados.

Durante a fase de instrução processual, foram colhidos os depoimentos das seguintes testemunhas e partes: Rosfran Lins Borges, analista do CNJ; Renan César Goulart, colaborador vinculado à equipe da parlamentar; Cristiane Brum Moreira Nunes, colaboradora vinculada à equipe da parlamentar; Thiago Eliezer Martins, suposto amigo de Walter Delgatti, coautor das invasões na operação *Spoofing* e hacker que Delgatti apontou que teria recebido informações sobre a invasão; Carla Zambelli, parlamentar representada e Walter Delgatti Neto, o hacker. Concluída a instrução e apresentados os laudos e relatórios técnicos pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal, com base no conjunto probatório então coligido, ofereceu denúncia formal em face dos investigados, dando início à ação penal que culminaria, posteriormente, no julgamento ora examinado por esta Comissão.

Conduzirei a análise dos autos não em ordem estritamente cronológica, mas a partir do ângulo da alegada participação da deputada Carla Zambelli, tomando como ponto inaugural a primeira referência direta a seu



suposto envolvimento, tal como emerge quando da prisão de Walter Delgatti e do respectivo Termo de Declarações nº 2.576.318/2023. Segundo se depreende desse termo, Delgatti atribui à parlamentar, em linhas gerais, uma pretensa atuação que, a seu ver, teria relevância para a gênese e o desenvolvimento dos fatos investigados, com menções a contatos, interações e encaminhamentos cuja materialidade e aderência ao acervo técnico-pericial demandam cotejo cauteloso com as demais provas dos autos.

Esta relatoria, portanto, exporá o teor do que foi afirmado por Delgatti — sempre em caráter descritivo, sem qualquer juízo de certeza quanto à ocorrência dos eventos — para, em seguida, confrontá-lo com os laudos, relatórios, registros telemáticos e contraprovas, preservando a imparcialidade do exame e o devido respeito ao contraditório e à ampla defesa. A adoção desse recorte metodológico visa conferir fluidez e objetividade à leitura, permitindo que o leitor acompanhe, desde o primeiro núcleo de imputação pessoal, em que medida as declarações encontram (ou não) respaldo no conjunto probatório constante dos autos à disposição desta Comissão.

Conforme se extrai do Termo de Declarações nº 2.576.318/2023, lavrado pela Polícia Federal por ocasião do cumprimento do mandado de prisão expedido em face de Walter Delgatti Neto, o declarante foi regularmente cientificado de seus direitos constitucionais, inclusive quanto ao de permanecer em silêncio e de não produzir provas contra si mesmo. Não obstante, manifestou espontaneamente o desejo de colaborar com a investigação, afirmando possuir informações relevantes sobre os fatos apurados.

Segundo o relato constante do termo, Delgatti afirmou que, no momento de sua prisão, indagou aos policiais se a diligência teria relação com a investigação das invasões ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Teria, então, indicado de forma voluntária um dispositivo pendrive, que, segundo alegou, continha os códigos-fonte de diversos sistemas institucionais — entre eles, o Sisbajud, o Renajud, o PJe, o sistema corporativo do CNJ e até o sistema eleitoral do TSE. O dispositivo, conforme declarou, encontrava-se oculto atrás de um quadro na parede de sua residência e armazenava, ainda,



um arquivo denominado *dump*, exportado dos bancos de dados do CNJ. O próprio declarante teria afirmado que o referido pendrive continha demonstrações e registros em vídeo e imagem (prints), além de um arquivo em formato *PDF* explicando, passo a passo, o procedimento que utilizara para realizar as invasões.

Afirmou, ademais, que tais materiais encontravam-se também em seu computador pessoal, apreendido na mesma data, e que chegou a exibir, durante o cumprimento da diligência, arquivos que, segundo ele, comprovariam sua atuação direta no acesso indevido aos sistemas do CNJ. Ainda conforme o termo, Delgatti declarou que as invasões teriam se iniciado em setembro de 2022, e que, até o momento de sua prisão, ainda dispunha de credenciais funcionais que lhe permitiriam ingressar nas plataformas invadidas. Explicou que teria identificado, na plataforma *GitHub*, uma vulnerabilidade que lhe permitiu acessar arquivos sigilosos contendo chaves e *tokens* de *API* restritos aos desenvolvedores do CNJ, vulnerabilidade esta que, segundo disse, teria permanecido ativa até cerca de um mês antes de sua prisão.

Narrando a sequência de eventos, o declarante afirmou ter utilizado um *token* de acesso que o levou ao *GitLab* do CNJ, onde localizou arquivos contendo o usuário e a senha de um *robô* interno, empregado para depuração de códigos e que, por não possuir verificação em duas etapas, detinha privilégios administrativos sobre o sistema. Com base nessas credenciais, teria desenvolvido um código em linguagem *Python*, por meio do qual conseguiu realizar o *download* integral dos códigos-fonte — inclusive os de caráter restrito — e acessar uma plataforma auxiliar denominada *GIRA*, utilizada por desenvolvedores para troca de informações técnicas. Disse ter acompanhado por cerca de três meses as interações de aproximadamente 3.500 desenvolvedores na referida plataforma, identificando, nesse processo, um usuário de nome Rosfran Borges, cuja senha de acesso ao sistema *NEXUS* — ainda em versão anterior e sem autenticação dupla — teria lhe permitido ingressar na intranet do CNJ.

Segundo a narrativa constante do termo, a partir desse ponto, Delgatti afirmou ter mantido acesso contínuo ao ambiente interno do CNJ até



janeiro de 2023, ocasião em que elaborou e emitiu documentos falsos, entre eles um mandado de prisão e um pedido de quebra de sigilo supostamente em nome do Ministro Alexandre de Moraes. Disse não se recordar da data exata da emissão e negou ter produzido qualquer *alvará de soltura*, sustentando que apenas os documentos mencionados constariam de seus arquivos — os quais poderiam ser, segundo ele, integralmente verificados no equipamento apreendido.

Ainda conforme o conteúdo do Termo de Declarações nº 2.576.318/2023, Walter Delgatti Neto afirmou que teria compartilhado a senha de acesso ao sistema do Conselho Nacional de Justiça com Thiago Eliezer Martins Santos, o qual também fora investigado e preso na denominada *Operação Spoofing*. Declarou ter feito tal compartilhamento após relatar a Thiago que havia conseguido invadir os sistemas do CNJ, sendo, contudo, desacreditado por ele — razão pela qual, segundo disse, decidiu compartilhar as credenciais para comprovar a veracidade de sua narrativa. Acrescentou que o endereço de protocolo de internet (*IP*) utilizado nas invasões poderia ser confirmado pelas autoridades, e reiterou, de modo enfático, que não emitiu qualquer alvará de soltura, limitando-se aos documentos já mencionados, e que sua intenção seria apenas demonstrar vulnerabilidades de segurança nos sistemas do Judiciário.

Relatou ainda que sua motivação para realizar a invasão teria surgido, “salvo engano”, em setembro de 2022, ocasião em que, segundo declarou, teria se encontrado com a deputada Carla Zambelli em um posto de combustíveis situado na Rodovia dos Bandeirantes, encontro que, segundo o próprio, teria sido posteriormente noticiado pela revista *Veja*. Naquela oportunidade — sempre conforme suas palavras —, a deputada teria solicitado que ele tentasse invadir uma urna eletrônica ou algum sistema da Justiça brasileira, com o propósito de demonstrar supostas fragilidades tecnológicas e vulnerabilidades institucionais. Disse que, embora tenha realizado diversas tentativas, não obteve êxito em acessar o sistema do Tribunal Superior Eleitoral, por se tratar de um código-fonte mantido em ambiente desconectado (*offline*), inacessível por meios remotos.



Afirma, ainda, que, diante da impossibilidade de realizar tal invasão, a deputada teria sugerido que buscasse acessar comunicações privadas do Ministro Alexandre de Moraes, por meio da invasão de seu telefone celular ou de sua conta de correio eletrônico. Relatou, nesse ponto, que teria conseguido acessar o e-mail do Ministro em 2019, fato este que, segundo narrou, já fora objeto da *Operação Spoofing*, sem, contudo, encontrar qualquer conteúdo relevante. Disse que, durante o referido encontro, a deputada lhe teria assegurado que, caso conseguisse demonstrar tais vulnerabilidades, teria emprego garantido, uma vez que estaria, em suas palavras, “salvando a democracia”.

Delgatti alegou ainda que chegou a confidenciar esses acontecimentos ao jornalista Reynaldo Turolo, da revista *Veja*, a quem teria repassado gravações de áudios que, segundo afirmou, lhe foram enviadas pela deputada Carla Zambelli. Disse que o jornalista teria registrado e transcrito o conteúdo, mas que, à época, optou por não publicar a matéria por não acreditar na veracidade dos fatos narrados. Afirmou, entretanto, que, após o senador Marcos do Val declarar publicamente, em entrevista, que teria sido orientado a realizar gravações envolvendo o Ministro Alexandre de Moraes, o jornalista reconheceu coincidências com o que lhe fora anteriormente relatado e, por esse motivo, teria decidido publicar a reportagem meses depois.

Ainda segundo o Termo de Declarações nº 2.576.318/2023, Walter Delgatti Neto afirmou que a deputada Carla Zambelli teria lhe enviado mensagem de texto solicitando que entrasse em contato com urgência, informando que seu motorista poderia buscá-lo, sem, contudo, esclarecer previamente o destino da condução. Disse que, temendo pela própria segurança, teria ligado para o jornalista Reynaldo Turolo, da revista *Veja*, relatando o teor da mensagem e exibindo-lhe a conversa. Segundo o próprio declarante, o motorista o levou até um ponto na Rodovia dos Bandeirantes, onde teria ocorrido, de forma presencial, o encontro no qual a deputada, pessoalmente, teria reiterado o pedido para que ele realizasse a invasão de sistemas da Justiça brasileira, com o propósito de demonstrar suas supostas vulnerabilidades.



Afirmou, ainda, que, ao retornar desse encontro, telefonou novamente ao jornalista Turollo, a quem narrou detalhadamente o ocorrido, sendo que, conforme declarou, a conversa teria sido gravada pelo jornalista sem o seu conhecimento. Disse que, a partir desse momento, iniciou as buscas na plataforma *GitHub* até localizar o código que permitiria o acesso aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça. Segundo seu relato, somente após obter êxito técnico é que comunicou à deputada que seria capaz de emitir mandados de prisão e ordens de bloqueio de valores, circunstância diante da qual, segundo afirmou, a deputada teria se mostrado entusiasmada, redigindo o texto dos documentos e enviando-lhe para publicação.

Delgatti alegou que precisou corrigir erros gramaticais nos textos recebidos antes de inserir os dados nos sistemas, e que a ordem de bloqueio emitida correspondia ao valor exato da multa aplicada ao Partido Liberal (PL). Acrescentou que a ideia de fixar esse valor partira exclusivamente dele, atribuindo tal comportamento ao uso contínuo do medicamento Venvanse, e insistiu que a deputada teria apenas fornecido o texto dos mandados. Disse ter encaminhado à parlamentar a minuta final e o comprovante de emissão dos documentos, relatando que, logo em seguida, a deputada teria informado ao portal Metrôpoles que o sistema do BNMP fora desativado, embora, segundo o declarante, os acessos e a VPN permanecessem sob seu controle, por conta da fragilidade das senhas utilizadas.

No mesmo depoimento, afirmou que a deputada Carla Zambelli teria participado ativamente dos atos, e que, em outra ocasião, encontrou-se com o então presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada, quando este lhe teria perguntado se, de posse do código-fonte, seria possível invadir o sistema da urna eletrônica. Esclareceu, entretanto, que o ex-presidente não teve qualquer envolvimento com a invasão ao CNJ, e que o diálogo não prosseguiu, pois o acesso ao sistema eleitoral só poderia ser realizado fisicamente nas dependências do TSE. Assegurou que não divulgou publicamente as senhas ou os códigos-fonte obtidos, alegando que isso poderia provocar um “colapso”



nos sistemas, razão pela qual teria compartilhado os dados apenas com Thiago Eliezer Martins.

Por fim, afirmou que nenhuma outra pessoa além dele e da deputada Zambelli teria participado das invasões, acrescentando que foi remunerado para manter-se à disposição da parlamentar. Disse ter recebido, em outubro de 2022, a quantia de R\$ 3.000,00, por transferência realizada por um assessor identificado como “Jeans”, além de valores entregues em espécie por Renan, motorista da deputada, e um PIX em janeiro de 2023, o qual, segundo o próprio, teria autorizado a Polícia Federal a rastrear em seus extratos bancários para comprovação.

Esta Relatoria ressalta que tais declarações são aqui reproduzidas de modo estritamente descritivo, em respeito à integridade documental e sem qualquer juízo de certeza quanto à veracidade ou consistência probatória das afirmações. O exame crítico de seu conteúdo será desenvolvido oportunamente, quando da análise dos laudos periciais, dos relatórios da autoridade policial e das peças de acusação, de modo a permitir uma apreciação técnica e imparcial acerca da eventual participação da deputada nos fatos apurados.

Parte das declarações prestadas por Walter Delgatti Neto revela-se, desde a fase pré-processual, incompatível com o conteúdo técnico dos relatórios de análise elaborados pela Polícia Federal, a partir da perícia sobre os materiais apreendidos durante as diligências investigativas. Esses relatórios — produzidos no âmbito dos denominados Relatórios de Análise da Polícia Judiciária (RAPJ) — permitem identificar contradições aparentes entre a narrativa do declarante e os elementos objetivos extraídos dos dispositivos eletrônicos, comunicações e registros digitais examinados.

O RAPJ nº 026/2023 evidencia que o primeiro alvará de soltura apócrifo foi criado em 25 de dezembro de 2022, às 2h39min23s, tendo como beneficiário Tiago da Silva Delgatti, primo de Walter Delgatti. Tal constatação enfraquece a alegação de que o declarante desconhecia a emissão de qualquer documento dessa natureza. O fato de o primeiro alvará falsificado ter



sido produzido em favor de seu próprio parente, durante a madrugada do Natal, confere reduzida credibilidade à versão segundo a qual ele não teria participado da confecção ou inserção desses documentos no sistema do CNJ.

O RAPJ nº 027/2023, por sua vez, demonstra que os valores percebidos por Walter Delgatti não se relacionavam a qualquer pagamento por serviços ilícitos ligados à invasão de sistemas, mas sim a atividades de natureza comercial — especificamente, à venda comissionada de garrafas de whisky, intermediada por Renan, e à prestação de serviços de manutenção de sites vinculados à deputada Carla Zambelli, contratados por intermédio de seu assessor Jean. Nesse relatório, a Polícia Federal declara expressamente que a versão apresentada por Delgatti acerca da origem dos valores era inverídica, evidenciando tentativa de dissimulação do contexto das transferências.

Em complemento, o RAPJ nº 031/2023 confirma a existência de mensagens trocadas entre Jean, assessor da parlamentar, e Walter Delgatti, nas quais se tratava da contratação para serviços de integração e suporte técnico ao site oficial da deputada Carla Zambelli. Essas comunicações, devidamente extraídas dos aparelhos apreendidos, indicam que a relação profissional entre ambos era voltada a atividades digitais lícitas, o que contrasta com a versão de Delgatti sobre supostos pagamentos por invasões.

Por fim, o RAPJ nº 037/2023 comprova que Delgatti manteve acesso efetivo às redes sociais e aos sites administrados pela deputada, o que confere plausibilidade técnica à narrativa de que desempenhava funções de manutenção e apoio digital. Assim, a leitura conjunta desses relatórios demonstra que parte significativa das alegações apresentadas por Walter Delgatti carece de sustentação técnica, sendo, ao contrário, refutada pelos achados periciais e pela documentação produzida pela própria autoridade policial no curso da investigação.

As apreensões e análises periciais dos dispositivos eletrônicos pertencentes à deputada Carla Zambelli merecem atenção específica, porquanto constituem elemento central para a verificação de sua eventual



responsabilidade nos fatos apurados. O conteúdo técnico desses exames está sintetizado, sobretudo, no Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 038/2023, que descreve as interações identificadas entre a parlamentar e Walter Delgatti, bem como a ausência de indícios concretos de sua participação direta nas invasões aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça.

Conforme o RAPJ nº 038/2023, em 12 de fevereiro de 2023, Walter Delgatti manteve contato com a deputada Carla Zambelli, relatando que se encontrava debilitado e solicitando auxílio. Durante a troca de mensagens, teria inclusive encaminhado uma fotografia de um vaso sanitário contendo fezes, a título de comprovação de seu estado de saúde. A deputada, segundo o relatório, respondeu oferecendo ajuda e colocando à disposição o motorista Renan para auxiliá-lo no retorno à cidade de origem. Dias depois, informou que o referido motorista havia sofrido um acidente e, por essa razão, não poderia repetir o deslocamento, sugerindo que Delgatti utilizasse transporte da empresa Buser, cujo pagamento ela se comprometeu a realizar mediante transferência Pix.

Ainda segundo o mesmo relatório, em 21 de fevereiro de 2023, a deputada foi abordada nas redes sociais por um indivíduo que se apresentou como servidor público e afirmou que imagens suas, obtidas em um spa, teriam sido vazadas por um grupo hacker autodenominado EterSec. Diante da alegação, Zambelli teria recorrido a Delgatti, que respondeu conhecer uma integrante do grupo e forneceu o perfil dessa pessoa, identificada como “Sofia”, na plataforma Twitter.

Na sequência, a parlamentar passou a receber mensagens com conteúdo ameaçador, supostamente enviadas por um usuário vinculado ao grupo Anonymous. Em razão disso, questionou Delgatti se ele poderia invadir ou derrubar o perfil responsável pelas ameaças, ao que o declarante teria respondido afirmativamente, comprometendo-se a tentar. O relatório registra que essa foi a única conversa identificada entre ambos com menção expressa a eventual invasão de dispositivos eletrônicos. A Polícia Federal observa, ademais, que o fato de a deputada não ter apagado tais mensagens,



mesmo contendo conteúdo sensível e potencialmente comprometedores, enfraquece a tese de que teria excluído conversas anteriores com o intuito de ocultar provas.

De outro lado, o Inquérito Policial nº 2023.0001065 consigna que não foram localizadas mensagens entre Delgatti, Zambelli ou membros de sua assessoria que permitam inferir qualquer participação da deputada nas invasões ao sistema do CNJ. O mesmo inquérito aponta que os arquivos vinculados a Zambelli foram recebidos por e-mail, cujos remetentes não foram identificados, e que não há evidências de que ela tenha, pessoalmente, acessado, baixado ou manipulado tais arquivos.

Consta, ainda, que apenas um arquivo foi recebido via Telegram, sem, contudo, estabelecer vínculo direto com os fatos investigados. O RAPJ nº 026/2023, ao examinar o aplicativo Telegram presente no aparelho de Walter Delgatti, constatou inexistência de conversas entre ele e a deputada, sendo localizadas apenas comunicações entre o declarante e Thiago Eliezer Martins. De forma convergente, o RAPJ nº 038/2023, que examinou os dispositivos da própria deputada, igualmente não identificou diálogos com Delgatti nessa plataforma.

A situação dos dispositivos eletrônicos apreendidos com Thiago Eliezer Martins Santos, indivíduo que já havia mantido vínculos de cooperação técnica com Walter Delgatti Neto, apresenta relevância probatória singular e demanda exame pormenorizado. O conteúdo periciado foi descrito no Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 034/2023, documento classificado como sigiloso, no qual foram identificadas comunicações e eventos potencialmente elucidativos quanto ao contexto relacional e comportamental dos envolvidos.

Desde já, esclareço que, por zelo técnico e em observância ao caráter reservado do referido relatório, optei por censurar os nomes dos advogados nele mencionados, substituindo-os pelas designações Sujeito A e Sujeito B. Tal medida visa resguardar a intimidade e a integridade profissional das pessoas não diretamente implicadas na investigação penal. Ressalvo,



contudo, que os membros desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que desejarem consultar os nomes originais poderão fazê-lo mediante acesso direto aos autos oficiais, nos termos regimentais.

Consoante se depreende do relatório, verificou-se que o aparelho telefônico de Thiago Eliezer fora integralmente resetado aproximadamente uma semana após a execução da busca e apreensão na residência de Walter Delgatti Neto. Tal fato inviabilizou a recuperação integral dos dados originais e restringiu o alcance das análises periciais subsequentes, suscitando legítimas dúvidas quanto à preservação da cadeia de custódia das provas digitais.

O documento relembra que Thiago Eliezer foi preso juntamente com Delgatti no âmbito da Operação Spoofing, instaurada para apurar invasões a dispositivos eletrônicos de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal. A operação, de ampla notoriedade, ficou conhecida como “Vaza Jato”, em virtude da divulgação de mensagens privadas envolvendo o então juiz Sérgio Moro e integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Embora Walter Delgatti tenha, em várias oportunidades — inclusive em depoimentos formais à Polícia Federal —, descrito Thiago Eliezer como “amigo” e colaborador, o próprio Thiago, segundo o RAPJ nº 034/2023, nega tal proximidade, referindo-se a Delgatti como “maluco” e “doido”. O relatório também registra a existência de conversas entre Thiago e o advogado identificado como Sujeito B, nas quais são repassadas mensagens trocadas com outro profissional, denominado Sujeito A, advogado atuante em inquéritos sob a jurisdição do Supremo Tribunal Federal e que igualmente possuía contato prévio com Delgatti.

Nas comunicações analisadas, Sujeito A e Sujeito B trocam impressões sobre Walter Delgatti, utilizando expressões depreciativas como “maluco” e “doido”, e mencionando que ele “estaria mexendo com Carla Zambelli”. Sujeito A alerta Sujeito B de que uma advogada de sua equipe deveria ignorar eventuais mensagens de Delgatti, advertindo que o hacker



possuía o hábito de verificar com quem mais os profissionais de defesa mantinham contato. Sujeito B, por sua vez, confirma que tomaria as medidas cabíveis para evitar qualquer comunicação direta.

Sujeito A acrescenta que Delgatti seria o tipo de indivíduo que “troca dez anos de prisão por dez minutos de fama”, expressão que, conforme destaca o relatório, reflete a descrença generalizada no meio jurídico próximo a Thiago Eliezer quanto à seriedade e credibilidade das declarações prestadas por Delgatti.

Embora tais diálogos não constituam prova direta de autoria ou materialidade das invasões ao sistema do CNJ, o teor do RAPJ nº 034/2023 delineia um quadro de dissonância entre as narrativas apresentadas pelos investigados e a percepção de seus interlocutores, o que reveste o documento de importância analítica para a aferição da verossimilhança e consistência probatória das declarações, especialmente quando confrontadas com o conjunto de elementos técnicos e periciais constantes da Ação Penal nº 2.428/DF.

Parte das alegações apresentadas por Walter Delgatti Neto encontra algum grau de correspondência nos elementos técnicos constantes do Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 038/2023, elaborado a partir da perícia nos dispositivos eletrônicos pertencentes à deputada Carla Zambelli. O referido relatório registra a presença de sete arquivos nos aparelhos da parlamentar, todos relacionados a documentos falsificados que simulavam ordens judiciais em desfavor do ministro Alexandre de Moraes, conforme a seguir descrito:

1. xandao.pdf – ordem de afastamento de sigilo bancário em desfavor do ministro Alexandre de Moraes, criada pelo usuário “Adolfo Machado Filho” e recebida por e-mail por Carla Zambelli;
2. ac5b9d-adc0-48c7-99ff-217c5a09cebf.pdf – protocolo de bloqueio de valores contra o ministro Alexandre de Moraes, no montante de R\$



22.991.574,60, recebido por e-mail;

3. 44es6sfs-98d5-4bb4-b2be-dicc96dce680.pdf – recibo de protocolo de bloqueio bancário contra o ministro Alexandre de Moraes, criado pelo usuário “Abel Augusto Moreira” e recebido por e-mail;
4. 3.pdf – ordem de afastamento de sigilo bancário em desfavor do ministro Alexandre de Moraes, criada pelo usuário “Armando” e recebida por e-mail;
5. download.pdf – ordem de afastamento de sigilo bancário em desfavor do ministro Alexandre de Moraes, também criada pelo usuário “Armando” e recebida por e-mail;
6. a7b3di03-294b-4510-b470-f2bd30b84bi0.pdf – minuta de mandado de prisão do ministro Alexandre de Moraes, recebida por e-mail;
7. 737d0858-2590-476-8750-2c7de7e655i.pdf – mandado de prisão do ministro Alexandre de Moraes.

O RAPJ nº 038/2023 ressalta, contudo, que não foram localizadas conversas entre Carla Zambelli e o jornalista do portal *Metrópoles* a respeito desses arquivos, tampouco mensagens entre Zambelli e Walter Delgatti que tratassem do envio, recebimento ou encaminhamento desses documentos. A análise pericial não conseguiu identificar o remetente dos e-mails por meio dos quais os arquivos foram recebidos, nem tampouco registros de resposta, encaminhamento ou compartilhamento posterior pela parlamentar.

Ainda assim, o relatório técnico chama atenção para a proximidade temporal entre a criação dos arquivos nos dispositivos de Walter Delgatti e o acesso a esses mesmos documentos em aparelho da deputada Carla Zambelli, identificado como um dispositivo Samsung. Todos os arquivos foram originalmente criados em equipamentos periciados de Walter Delgatti, e



os metadados indicam que a diferença entre o momento da criação e o do recebimento por e-mail é de apenas vinte e dois segundos, com o acesso da deputada registrado às 22h34min28s do dia 25 de novembro de 2022, ou seja, cerca de trinta e um minutos após a protocolização da ordem de bloqueio no sistema.

Esse intervalo reduzido entre a geração e o recebimento dos documentos pode, em tese, corroborar parcialmente a alegação de Delgatti de que a deputada tinha ciência prévia ou contemporânea à emissão dos arquivos, ainda que a perícia não tenha identificado comunicações diretas, instruções ou ordens expressas entre ambos quanto ao conteúdo dos documentos. Trata-se, portanto, de elemento de natureza técnica que, embora não conclusivo quanto à autoria ou à participação da parlamentar nos atos ilícitos, guarda relevância probatória para a análise do conjunto fático, sobretudo pela sincronia temporal e material entre os registros digitais de Delgatti e os arquivos localizados nos dispositivos de Carla Zambelli.

Esses elementos pré-processuais — especialmente os Relatórios de Análise de Polícia Judiciária (RAPJs), os laudos periciais e os depoimentos colhidos na fase investigativa — foram examinados pela Procuradoria-Geral da República, que, após a consolidação das provas constantes do Inquérito nº 4.941 e da Petição nº 11.626/DF, ofereceu denúncia contra Walter Delgatti Neto e Carla Zambelli Salgado de Oliveira, peça formalmente subscrita pelo Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet Branco, em 22 de abril de 2024.

Na peça acusatória, a PGR sustenta que Carla Zambelli teria comandado e determinado as invasões aos sistemas informatizados do Poder Judiciário, mediante o aliciamento de Walter Delgatti, a quem teria prometido vantagens de natureza política e econômica. A denúncia narra que, entre agosto de 2022 e janeiro de 2023, Zambelli teria arregimentado Delgatti, utilizando-se de sua habilidade técnica para violar sistemas sensíveis do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre eles o SCA (Sistema de Controle de Acesso), o BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão), o SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), o SAJ (Sistema de Automação Judiciária),



o Sisbajud, o Renajud e o repositório GitLab, todos utilizados pelo Poder Judiciário e pelo Banco Central.

De acordo com a narrativa do Ministério Público, a iniciativa do contato entre ambos teria partido da própria deputada, que, ciente das aptidões técnicas de Delgatti, o teria abordado com a proposta de realizar invasões a sistemas de interesse público, prometendo-lhe, em contrapartida, a contratação formal para atuar em sua estrutura parlamentar. O objetivo, segundo a PGR, seria desmoralizar o sistema de Justiça e obter proveito político, especialmente no contexto das disputas narrativas em torno da confiabilidade das urnas eletrônicas e da atuação do Poder Judiciário durante as eleições de 2022.

A denúncia prossegue afirmando que, sob o comando de Zambelli, Walter Delgatti teria executado as invasões e inserido documentos ideologicamente falsos nos sistemas do CNJ, incluindo mandados de prisão e ordens de bloqueio de bens em nome do ministro Alexandre de Moraes, simulando a emissão de decisões judiciais contra o próprio magistrado. Tais documentos, segundo a acusação, foram elaborados no computador de Delgatti e acessados quase simultaneamente em dispositivo pertencente à deputada — fato interpretado pelo órgão acusador como indício de coautoria e coordenação entre os denunciados.

A PGR enfatiza, ainda, que Zambelli teria exercido “autoria intelectual” dos delitos, dirigindo e aprovando as ações, e que o plano buscava produzir descrédito nas instituições judiciais, particularmente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no CNJ, com o fim de obter repercussão política e engajamento popular. Em sua conclusão, o Ministério Público enquadra as condutas nos artigos 154-A e 299, c/c art. 29, do Código Penal, imputando-lhes os crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica, em concurso de pessoas e com causa de aumento de pena em razão dos danos causados à segurança e à estrutura do Poder Judiciário.

Em síntese, a denúncia da PGR consolidou a interpretação de que Carla Zambelli teria desempenhado papel de planejamento e direção da empreitada criminosa, enquanto Walter Delgatti teria sido o executor técnico



das invasões e falsificações, estabelecendo, entre ambos, uma relação de coautoria funcional, voltada a atingir o prestígio institucional da Justiça e o regular funcionamento dos seus sistemas.

Ao final da peça acusatória, o Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet Branco, formalizou o pedido de recebimento da denúncia e de instauração da ação penal contra Walter Delgatti Neto e Carla Zambelli Salgado de Oliveira, imputando-lhes a prática, em coautoria, dos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica, tipificados, respectivamente, nos artigos 154-A e 299, combinados com o artigo 29, todos do Código Penal.

No tocante ao delito de invasão de dispositivo informático, o órgão acusador requereu o reconhecimento da causa de aumento de pena prevista no §2º do art. 154-A do Código Penal, sob o argumento de que os sistemas violados pertencem ao Poder Judiciário da União, o que, segundo a PGR, ampliaria a gravidade do dano institucional causado pela conduta.

Ademais, a Procuradoria-Geral da República pleiteou a fixação de valor mínimo para reparação dos danos decorrentes dos crimes, com fundamento no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, destacando a natureza pública das instituições afetadas e o impacto negativo das ações sobre a credibilidade e a segurança cibernética do Estado.

Por fim, a PGR requereu o regular processamento da ação penal perante o Supremo Tribunal Federal, com a observância dos trâmites legais aplicáveis, aguardando que, cumpridos os procedimentos de praxe, fosse recebida a denúncia e determinada a citação dos acusados para apresentação de defesa prévia, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.038/1990 e do art. 396 do Código de Processo Penal.

Assim, concluiu a Procuradoria-Geral da República pela existência de indícios suficientes de autoria e materialidade para o prosseguimento da persecução penal, considerando que os fatos apurados configurariam, em tese, conduta típica, ilícita e punível, praticada em coautoria funcional entre a parlamentar e o referido hacker, nos moldes delineados na



denúncia apresentada nos autos da Petição nº 11.626/DF, que deu origem à Ação Penal nº 2.428/DF ora examinada por esta Comissão.

Após o recebimento da denúncia, a defesa da deputada Carla Zambelli foi regularmente citada para apresentar resposta à acusação. Consta dos autos que, naquele momento inicial, a defesa não obteve acesso integral aos arquivos e laudos periciais produzidos pela Polícia Federal, os quais compuseram a base informativa utilizada pela Procuradoria-Geral da República para o oferecimento da denúncia. Em razão dessa limitação, foi apresentado, nos autos do Inquérito nº 4.941, o requerimento de peça nº 114, por meio do qual a defesa solicitou a disponibilização integral dos dados digitais apreendidos, com o propósito de realizar perícia técnica independente.

O pedido, entretanto, não foi deferido de imediato, ainda que a defesa tenha requerido expressamente que o prazo de defesa fosse contado apenas após o acesso integral ao material. O processo foi, então, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, que pautou o julgamento para 21 de maio de 2023, ocasião em que a denúncia foi recebida, dando origem à Ação Penal nº 2.428/DF.

Com o início da ação penal, a defesa renovou o pedido de acesso aos arquivos digitais que fundamentaram a denúncia, requerendo que os prazos processuais somente fossem abertos após a liberação integral dos dados. Esses requerimentos foram formalizados nas peças nº 135 e nº 148, com pedido adicional de suspensão dos prazos até o fornecimento do material probatório completo. O relator, ministro Alexandre de Moraes, acolheu parcialmente o pedido, determinando a liberação dos arquivos, mas essa disponibilização ocorreu no último dia do prazo para apresentação da defesa escrita, sem prorrogação do prazo, o que, segundo a defesa, teria impedido a realização de perícia independente sobre o material.

A defesa, ainda assim, apresentou resposta à acusação, em que sustentou, em síntese:

a) a existência de cerceamento de defesa, em razão da ausência de tempo hábil e do acesso restrito aos arquivos, estimados em cerca



de 700 gigabytes de dados armazenados na nuvem de Walter Delgatti, que, de acordo com a tese defensiva, poderiam conter elementos favoráveis à parlamentar;

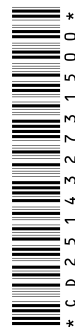
b) a presença de contradições nas declarações de Walter Delgatti, que, ao longo dos depoimentos prestados, teria alterado sucessivamente sua versão sobre a origem e autoria da ideia de emissão dos mandados falsos — ora atribuindo-a a si próprio, ora ao ex-presidente Jair Bolsonaro, ora à deputada Carla Zambelli;

c) a alegada inépcia da denúncia, por, segundo a defesa, não individualizar condutas, não demonstrar vínculo causal entre as ações atribuídas à deputada e as invasões ocorridas, e não apresentar prova direta de que Zambelli tivesse ciência ou participação na criação dos alvarás de soltura falsos.

A defesa também arrolou testemunhas, dentre elas Thiago Eliezer Martins Santos, igualmente arrolado pela acusação, sustentando que o depoimento poderia esclarecer a instabilidade emocional de Delgatti e oferecer contraponto às suas afirmações quanto à participação da parlamentar. Após dificuldades na localização e intimação da testemunha, o relator indeferiu o pedido de oitiva, sob o fundamento de que o testemunho seria dispensável à elucidação dos fatos.

Por fim, a defesa reiterou o pedido de acesso integral aos 700 GB de dados provenientes da nuvem de Delgatti, argumentando que o material seria essencial para aferir a autenticidade das provas eletrônicas e a consistência dos laudos utilizados na denúncia. O pedido foi novamente indeferido, e o conteúdo permaneceu sob sigilo judicial.

Em suas manifestações posteriores, a defesa sustentou a existência de limitações processuais que, a seu ver, restringiram o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, além de apontar inconsistências e contradições nas declarações de Walter Delgatti e a ausência de suporte técnico-pericial independente. Tais alegações, contudo, representam a posição da defesa no exercício de seu direito constitucional à ampla defesa, sem que



este relatório antecipe qualquer juízo quanto à procedência ou improcedência dessas teses, cuja avaliação definitiva cabe ao juízo processante da Ação Penal nº 2.428/DF.

O processo teve regular prosseguimento após o recebimento da denúncia, avançando para a fase de instrução probatória, com a realização das oitivas das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, ressalvada a já mencionada exceção da oitiva de Thiago Eliezer Martins Santos, cujo depoimento foi indeferido pelo relator. As demais testemunhas foram ouvidas em sessões distintas, sob contraditório e acompanhamento das partes, compondo o conjunto de elementos destinados à formação do juízo de mérito na Ação Penal nº 2.428/DF.

Destaca-se, nesse contexto, que os colaboradores diretos da deputada Carla Zambelli — identificados como Jean, Cristiane e Renan —, ouvidos em juízo, negaram ter qualquer conhecimento sobre eventual envolvimento da parlamentar e de Walter Delgatti nas invasões aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça. Em seus depoimentos, afirmaram não possuir ciência de contatos mantidos entre ambos para fins ilícitos, limitando-se a confirmar suas funções administrativas e de apoio no gabinete parlamentar.

Os testemunhos de Jean e Renan também confirmaram as conclusões da Polícia Federal constantes do Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 027/2023, no sentido de que os repasses financeiros realizados por meio de transferências bancárias não guardavam relação com os fatos criminosos investigados, referindo-se, segundo ambos, a pagamentos por serviços técnicos e comerciais legítimos, como a manutenção de sites e a venda de bebidas.

Diante desse conjunto, a instrução processual passou a concentrar-se nos depoimentos de natureza técnica, especialmente os prestados por Rosfran Lins Borges, analista do Conselho Nacional de Justiça, e por Michel Spiero, perito, ambos detentores de conhecimentos específicos sobre o funcionamento dos sistemas invadidos e sobre a dinâmica das invasões, considerados essenciais para a compreensão material dos fatos.



No curso da instrução processual, destaca-se, pela sua relevância técnica, o testemunho de Rosfran Lins Borges, analista do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), prestado nos autos da Ação Penal nº 2.428/DF. Trata-se de depoimento de natureza eminentemente técnica, uma vez que o servidor atua diretamente na área de tecnologia da informação do CNJ e, por isso, detém conhecimento especializado sobre o funcionamento do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), sistema que se encontra no cerne dos fatos investigados.

De acordo com o relato do analista, o BNMP não opera por meio do envio de arquivos, textos ou documentos redigidos externamente, mas sim mediante o preenchimento de formulários eletrônicos padronizados, que contêm campos destinados a dados objetivos — tais como o nome do beneficiário, o número de CPF, o tipo penal e as informações do juízo expedidor. Assim, segundo o depoente, o sistema não exige o upload de arquivos, tampouco permite a inserção direta de textos em formato livre. Essa explicação técnica contrasta, ao menos em parte, com a versão apresentada por Walter Delgatti Neto, segundo a qual teria recebido da deputada Carla Zambelli o texto dos mandados de prisão e de bloqueio de valores para inseri-los no sistema.

O mesmo servidor informou, ainda, que o usuário “Adolfo Machado Filho”, empregado para a inserção dos documentos falsos, foi criado em 2020, ou seja, em momento anterior aos fatos narrados na denúncia. Tal dado, obtido a partir dos registros de auditoria do próprio CNJ, indica que o perfil já existia anteriormente, sem que, a partir dessa informação isolada, seja possível estabelecer relação direta ou indireta com a autoria das inserções fraudulentas.

O depoimento de Rosfran Lins Borges representa, portanto, um ponto de referência técnico no conjunto probatório, servindo para contrapor, em termos objetivos, parte das alegações formuladas por Walter Delgatti, sem, contudo, encerrar a discussão probatória sobre a eventual participação de terceiros. Sua fala contribui para a compreensão do funcionamento do sistema e para a avaliação da compatibilidade — ou não — entre a narrativa do



colaborador e a estrutura operacional do BNMP, devendo ser considerada em conjunto com os demais elementos técnicos e testemunhais constantes dos autos da Ação Penal nº 2.428/DF.

O depoimento de Michel Spiero, perito assistente técnico indicado pela defesa da deputada Carla Zambelli, foi prestado nos autos da Ação Penal nº 2.428/DF e, posteriormente, reproduzido perante esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Sua manifestação baseou-se nas análises técnicas realizadas sobre os materiais digitais apreendidos, contidas no Laudo nº 00304, o qual examinou os dispositivos de armazenamento de dados disponibilizados pela própria defesa, em cotejo com os Relatórios de Análise da Polícia Judiciária (RAPJs), especialmente os de nº 026/2023 e correlatos.

De modo geral, Michel Spiero afirmou que suas conclusões convergiam, em parte, com as conclusões periciais da Polícia Federal, reforçando determinados achados técnicos que, segundo ele, não confirmariam a narrativa apresentada por Walter Delgatti Neto nem, por consequência, a hipótese acusatória formulada pela Procuradoria-Geral da República.

O RAPJ nº 026/2023 registra que o primeiro alvará de soltura falsificado foi criado em 25 de dezembro de 2022, às 2h39min23s, em favor de Tiago da Silva Delgatti, primo de Walter Delgatti — dado que, segundo o perito, reduziria a credibilidade da afirmação de que o próprio Delgatti não teria conhecimento sobre a criação de alvarás de soltura. O relatório também menciona que Delgatti fora anteriormente qualificado como mitômano (pessoa com tendência patológica à fabulação) no IPJ nº 076/2022, circunstância que, para a perícia, fragilizaria a confiabilidade de suas declarações.

Com base no Laudo nº 00304, Michel Spiero declarou que as análises independentes confirmaram as seguintes conclusões técnicas:

– inexistência de prova de autoria intelectual por parte da deputada Carla Zambelli;



- ausência de elementos que demonstrem promessa de incentivo financeiro ou pagamento por parte da parlamentar para fins ilícitos;

- prova documental de que as transferências entre Renan (motorista da deputada) e Walter Delgatti se relacionavam à venda comissionada de garrafas de whisky, posteriormente revendidas a um terceiro identificado como Luan;

- limitação técnica decorrente da ausência de quebra do sigilo dos e-mails de Delgatti, o que inviabilizou a verificação sobre eventuais outros destinatários dos arquivos recebidos pela deputada;

- comprovação de que os arquivos com mesmo código hash (identificadores digitais únicos) encontrados nos dispositivos de Zambelli foram originalmente criados nos equipamentos de Walter Delgatti;

- ausência de indícios de comunicação prévia entre Delgatti e Zambelli;

- ausência de provas de que Zambelli tenha encaminhado os documentos falsos a jornalistas ou a terceiros;

- inexistência de evidências de pagamentos realizados pela parlamentar ou por membros de sua equipe a Delgatti por qualquer tipo de serviço relacionado às invasões.

Spiero também relatou que os registros de transações financeiras identificados entre Delgatti e pessoas ligadas à equipe de Zambelli correspondiam exclusivamente a contratações subsidiárias para serviços de adequação e integração de sites e redes sociais, intermediadas por Jean, assessor parlamentar da deputada. Quanto a Renan, motorista da equipe, os pagamentos localizados referiam-se, conforme comprovantes juntados, ao comissionamento pela venda de bebidas, sem relação com os fatos investigados.

Essas conclusões, de acordo com o perito, estavam em consonância com o que já constava do Inquérito Policial nº 2023.0001065, que



não identificou mensagens entre Delgatti, Zambelli ou membros de sua assessoria capazes de demonstrar participação ou conhecimento direto sobre as invasões ao sistema do CNJ. O laudo também observou que, embora os arquivos falsos tenham sido recebidos por e-mail nos dispositivos de Zambelli, os remetentes não puderam ser identificados, e não há evidências de que a parlamentar tenha acessado ou baixado pessoalmente tais arquivos.

Por fim, o perito reiterou que não foram localizadas comunicações no aplicativo Telegram entre Zambelli e Delgatti, sendo verificadas apenas conversas entre Delgatti e Thiago Eliezer Martins Santos, o que, em seu entendimento técnico, reforçaria a hipótese de que Zambelli não teria participado diretamente das invasões.

A oitiva de Michel Spiero, portanto, inseriu-se na fase instrutória como elemento técnico de natureza defensiva, destinado a contestar a coerência das declarações de Walter Delgatti e a sustentar, sob perspectiva pericial, a ausência de prova direta da autoria intelectual atribuída à parlamentar.

O processo teve prosseguimento regular, avançando à fase de memoriais finais, após o encerramento da instrução probatória. Nesse momento, a defesa da deputada Carla Zambelli formulou requerimento para que a apresentação de suas alegações finais fosse postergada até a entrega dos memoriais por parte de Walter Delgatti Neto, sustentando que as declarações prestadas por ele, em diferentes fases da persecução penal, possuíam caráter acusatório e poderiam influir diretamente na estratégia defensiva. O pedido, contudo, foi indeferido pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, e a defesa apresentou seus memoriais dentro do prazo processual estabelecido, conforme consta das páginas 5.012 da Ação Penal nº 2.428/DF (versão integral disponível na CCJC).

Nos memoriais, a defesa requereu a improcedência da ação penal, reiterando parte das teses já deduzidas nas manifestações anteriores, e acrescentando novas alegações de ordem processual e constitucional. Sustentou, inicialmente, que o Ministro Relator seria suspeito para atuar no caso, sob o



argumento de que os mandados falsificados foram inseridos em nome do próprio magistrado, o que configuraria, segundo a tese defensiva, impedimento ou, ao menos, quebra da imparcialidade objetiva do julgador.

A defesa reiterou, ainda, a ocorrência de cerceamento de defesa, fundamentado em três eixos principais:

a) a impossibilidade de acesso integral aos autos e arquivos digitais utilizados na investigação, especialmente os dados periciais extraídos da nuvem de Walter Delgatti;

b) o indeferimento da oitiva de Thiago Eliezer Martins Santos, testemunha que, segundo a defesa, poderia confirmar a instabilidade psicológica e as contradições de Delgatti, bem como refutar suas declarações quanto à suposta participação da parlamentar; e

c) o indeferimento do pedido de quebra de sigilo telemático formulado pela defesa, o qual visava apurar se os arquivos falsificados haviam sido encaminhados exclusivamente à deputada ou também a outros destinatários, o que, no entendimento da defesa, seria essencial para demonstrar a inexistência de dolo ou de vínculo causal com a invasão.

Nos memoriais, a defesa também impugnou a credibilidade das declarações de Walter Delgatti, arguindo que seu depoimento seria nulo ou destituído de valor probatório, por ter sido prestado por pessoa diagnosticada como mitomaníaca, conforme laudos referidos nos autos. Argumentou, ademais, que não há comprovação da autoria intelectual nem da materialidade dos delitos em relação à deputada, uma vez que nenhum elemento técnico-pericial apontaria que Zambelli tivesse participado da criação, emissão ou difusão dos mandados falsificados.

Ressaltou, ainda, que a única prova objetiva extraída dos relatórios da Polícia Federal — além do depoimento de Delgatti — consistia na



identificação de arquivos com o mesmo código hash encontrados tanto nos dispositivos de Delgatti quanto nos de Zambelli. Segundo a defesa, esse dado, por si só, não permitiria concluir que a parlamentar tivesse lido, compreendido ou reconhecido a veracidade dos documentos recebidos, tampouco que tivesse contribuído, de qualquer forma, para sua elaboração ou inserção nos sistemas do CNJ.

Por fim, a defesa enfatizou a ausência completa de provas quanto ao crime relacionado aos alvarás de soltura atribuídos à parlamentar. Alegou que, mesmo nos depoimentos de Walter Delgatti, não houve imputação direta de autoria à deputada quanto a tais documentos, e que nenhum alvará de soltura falsificado foi localizado nos dispositivos eletrônicos periciados pertencentes a Carla Zambelli.

Os memoriais defensivos buscaram demonstrar que a acusação carecia de suporte probatório idôneo, que a tramitação processual teria ocorrido com limitações ao contraditório e à ampla defesa, e que a prova técnica disponível não estabelecia nexos causais entre a conduta da parlamentar e as invasões cibernéticas apuradas nos autos da Ação Penal nº 2.428/DF.

Na sessão de julgamento, todos os ministros integrantes da Turma acompanharam integralmente o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, entendendo estarem comprovadas a materialidade e a autoria dos delitos, com base no conjunto probatório formado pelos relatórios de perícia digital, laudos da Polícia Federal, arquivos apreendidos e depoimentos colhidos ao longo da instrução processual.

A Primeira Turma considerou que tais elementos permitiam concluir pela prática, em coautoria, dos crimes de invasão de dispositivo informático (art. 154-A do Código Penal) e falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), reconhecendo-se, ainda, a continuidade delitiva, nos termos do art. 71 do Código Penal.

Ao final das manifestações das partes, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal deliberou sobre o mérito da Ação Penal nº 2.428/DF, proferindo decisão unânime pela condenação da deputada Carla Zambelli



Salgado de Oliveira e de Walter Delgatti Neto. Carla Zambelli foi condenada à pena de 10 anos de reclusão e 200 dias-multa, além do pagamento de indenização no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a título de ressarcimento dos danos materiais e danos morais coletivos (art. 387, IV, CPP), com destinação ao fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/1985. Também foi decretada a perda de seu mandato parlamentar, com base no art. 55, IV e VI, c/c o § 3º, da Constituição Federal e art. 92 do Código Penal, que veio a ser comunicada para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados após o trânsito em julgado.

d) OUTROS DOCUMENTOS

Passa-se, neste momento, à análise dos outros documentos recebidos por esta Comissão, além dos depoimentos, da defesa escrita e dos autos da ação penal remetidos pelo Supremo Tribunal Federal.

Esses documentos suplementares foram colocados à disposição dos membros, seja por meio do sítio eletrônico da Comissão, seja na sala de sigilo, quando o conteúdo exigiu tratamento reservado. Sua apreciação é parte essencial do exame global da matéria, uma vez que integram o conjunto probatório que fundamenta a elaboração deste voto.

Foram recebidos dois documentos: o parecer técnico de análise de credibilidade em depoimentos de suspeitos, vítimas e testemunhas, elaborado especificamente sobre o depoimento de Walter Delgatti e as provas documentais apresentadas por Eduardo Tagliaferro. Esses materiais constituem o núcleo documental complementar à instrução do processo, servindo de base para a avaliação da regularidade das provas, da coerência das versões apresentadas e da observância do devido processo legislativo e constitucional.

1. DOCUMENTOS REMETIDOS POR EDUARDO TAGLIAFERRO

O Sr. Eduardo Tagliaferro foi arrolado como testemunha pela defesa da Deputada Carla Zambelli em 10 de setembro de 2025, com a



finalidade de demonstrar a existência de perseguição política supostamente sofrida pela parlamentar. O objetivo central dessa linha de defesa foi sustentar que o processo judicial estaria viciado na origem, em razão da parcialidade do Ministro Relator, que, segundo a defesa, teria interesse pessoal na condenação da deputada.

Durante seu depoimento, Eduardo Tagliaferro afirmou de maneira categórica que havia uma atuação persecutória por parte do Ministro Alexandre de Moraes, descrevendo a existência de relatórios elaborados de forma irregular e o propósito declarado de “ferrar com a deputada”, expressão que, segundo o depoente, teria sido utilizada dentro do próprio gabinete ministerial.

O depoente declarou ainda que essa perseguição política antecederia os fatos relativos à invasão do sistema do CNJ, configurando, portanto, um ambiente de hostilidade prévia à tramitação da ação penal, o que, no entender da defesa, comprometeria a imparcialidade do julgador.

Indagado pela Comissão sobre a possibilidade de comprovar suas alegações, o Sr. Eduardo Tagliaferro informou possuir arquivos e registros documentais capazes de corroborar suas afirmações, os quais foram posteriormente encaminhados a esta Comissão.

Esses documentos foram analisados por este Relator, que, dada a natureza sensível e sigilosa do conteúdo, opta por não detalhar publicamente o teor dos arquivos, ressaltando que todo o material permanece integralmente disponível aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, mediante os procedimentos internos de acesso à documentação restrita.

Da análise realizada, este Relator reconhece a existência de indícios consistentes da estrutura informal mencionada pelo depoente — o chamado Gabinete Especial (AEED) —, bem como de monitoramento direcionado à Deputada Carla Zambelli, realizado de forma contínua e sistemática por integrantes do referido núcleo.



Essas evidências constituem elemento relevante para a compreensão do contexto processual, e, por essa razão, recomenda-se o acesso integral dos membros da CCJC aos arquivos apresentados, a fim de que cada parlamentar possa formar juízo próprio acerca da veracidade e da gravidade das alegações da defesa, notadamente quanto à possível existência de uma perseguição pré-processual e de um ambiente de suspeição em torno da condução da ação penal que resultou na condenação da representada.

Sendo o que cabia consignar quanto ao teor dos documentos encaminhados, este Relator encerra suas considerações sobre esse conjunto probatório.

2. PARECER TÉCNICO SOBRE O DEPOIMENTO DE WALTER DELGATTI

Passo, agora, ao exame do parecer técnico intitulado Perícia e Análise de Credibilidade em depoimentos de suspeitos, vítimas e testemunhas, elaborado por Anderson de Jesus Anchieta Carvalho, perito assistente técnico da defesa, especialista em Análise de Credibilidade e Psicologia do Testemunho, discente de mestrado em Psicologia Forense (Universidade Tuiuti do Paraná), pós-graduado em Ciências Criminais (PUC Minas) e graduado em Perícia Forense e Investigação Criminal, com dupla certificação internacional em FACS (Facial Action Coding System).

O trabalho tem escopo delimitado: aferir a credibilidade específica das narrativas de Walter Delgatti sobre os mesmos fatos, mediante cotejo crítico de cinco manifestações por ele prestadas em momentos distintos, a saber: termo de declaração nº 2576318/2023, de 27.6.2023; notas taquigráficas da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro, de 17.8.2023; termo de reinquirição nº 3364236/2023, de 18.8.2023; audiências judiciais de 26.9.2024 (partes 1 e 2); e o depoimento perante esta CCJC em 10.9.2025.

Segundo descreve o próprio parecer, a metodologia adotada consistiu na organização cronológica e temática dos relatos, na identificação de convergências e divergências internas, no mapeamento de mudanças relevantes de versão ao longo do tempo e na apreciação técnico-psicológica da



plausibilidade das explicações apresentadas para tais variações. A análise concentra-se, portanto, na consistência interna das declarações, no grau de estabilidade dos enunciados repetidos em ocasiões sucessivas e na distinção entre discrepâncias compatíveis com falhas mnemônicas e contradições materialmente significativas.

O documento não se propõe a reconstituir os fatos por outros meios de prova, nem a valorar juridicamente condutas; limita-se a mensurar a confiabilidade do depoente à luz de parâmetros técnico-periciais próprios da psicologia do testemunho. Nessa condição, integra o conjunto de subsídios disponíveis aos membros desta Comissão — juntamente com os depoimentos colhidos, os memoriais e as peças processuais — para a formação racional do convencimento sobre a robustez ou fragilidade das narrativas que imputam à representada participação em ilícitos.

O parecer permanece à disposição dos Srs. Parlamentares, em seus termos integrais, nos repositórios eletrônicos da Comissão, devendo ser lido como elemento informativo de natureza técnico-científica, útil ao exame da coerência das versões apresentadas por Walter Delgatti ao longo do tempo.

A análise pericial aponta baixa consistência e coerência interna nas declarações de Walter Delgatti, marcadas por evolução narrativa ao longo do tempo, contradições entre versões sucessivas e ausência de elementos verificáveis que sustentassem, de forma independente, as alegações apresentadas. O perito destaca que, embora não se possa afirmar de maneira categórica a existência de dolo ou falsidade nas declarações, o padrão discursivo identificado impõe elevado ônus de corroboração externa, sob pena de fragilização da credibilidade geral do depoimento.

Considerando a complexidade da perícia e a extensão dos dados examinados, bem como o fato de que o documento integral permanece à disposição dos membros desta Comissão, este Relator apresenta, a seguir, síntese dos principais achados e aspectos relevantes do laudo técnico, de



modo a contextualizar suas conclusões e subsidiar o exame crítico dos demais elementos constantes dos autos.

A análise pericial identificou um conjunto de contradições de menor gravidade nas declarações de Walter Delgatti, as quais, embora não constituam por si mesmas prova de falsidade integral do depoimento, indicam um padrão de instabilidade narrativa que compromete parcialmente a confiança em seu relato. O próprio perito ressalta que pequenas inconsistências podem ocorrer mesmo em testemunhos verídicos, sobretudo em detalhes periféricos, mas que, quando reiteradas e associadas à evolução de versões sobre fatos centrais, passam a demandar atenção especial quanto à intenção e à confiabilidade global do discurso.

Entre esses exemplos, destacam-se duas situações. A primeira refere-se ao encontro no hotel de Ribeirão Preto, ocasião em que o depoente afirmou ter ido ao local apenas para buscar um amigo vindo de Goiás. Todavia, esse suposto amigo jamais foi identificado ou mencionado em outros contextos, o que cria uma lacuna relevante e lança dúvida sobre a natureza fortuita do encontro com a deputada.

A segunda diz respeito ao encontro em um posto de combustível, cuja localização oscila entre as rodovias dos Bandeirantes e Anhanguera, revelando uma inconsistência geográfica periférica. Embora tal imprecisão não seja, isoladamente, indicativa de falsidade, a divergência ganha relevo quando somada à mudança de versão sobre o conteúdo da conversa — que, em momentos distintos, foi descrita como uma ligação a terceiros, depois como tentativa de “grampo” e, posteriormente, com outro sentido narrativo. O perito observa que, nesse ponto, Delgatti utiliza uma estratégia discursiva de relevância, enfatizando o suposto envio de motorista por Zambelli, possivelmente como forma de ancorar credibilidade em um detalhe secundário, o que reforça a necessidade de cautela na valoração de seu depoimento.

À medida que se avançam nas declarações de Walter Delgatti, observa-se um padrão de narrativa progressivamente mais elaborado e menos crível, marcado por inferências artificiais e elementos que sugerem



premeditação construída ex post facto. Entre os pontos que mais chamam a atenção, destaca-se o episódio do “celular e chip novos”, inserido pelo depoente em sua narrativa sem qualquer fundamento empírico ou comprovação externa. Considerando que se tratava do segundo contato com a deputada, a alegação de que ambos teriam utilizado aparelhos e chips inéditos — e, portanto, presumivelmente clandestinos — parece ter a função de introduzir um componente de ilicitude ou de dissimulação deliberada, servindo mais à dramatização do relato do que à reconstrução objetiva dos fatos. Conforme observa o perito, tal inserção artificial de elementos que denotam “segredo” ou “preparo” prévio é característica comum de narrativas fabricadas ou ajustadas ao longo do tempo.

A mesma tendência se repete no episódio da ligação telefônica supostamente realizada para o então Presidente Jair Bolsonaro. O perito considera altamente improvável, sob qualquer lógica operacional ou de segurança, que uma deputada federal tratasse de um tema de tamanha gravidade — como a interceptação de comunicações de um Ministro do Supremo Tribunal Federal — por meio de contato telefônico informal com um indivíduo de histórico criminal conhecido. Essa inverossimilhança contextual constitui forte indicativo de construção narrativa e não de relato espontâneo. A progressiva modificação do teor das declarações — que inicialmente abordavam um suposto “grampo”, mas depois se deslocaram para temas como vulnerabilidade das urnas, promessas de emprego, perdão, indulto e anistia — reforça o diagnóstico de ajuste narrativo segundo a conveniência do momento político. A ausência de novos elementos verificáveis acompanhando essas mudanças corrobora o entendimento de que o depoente procurou adequar sua história ao ambiente público e midiático, em vez de descrevê-la conforme o curso natural dos fatos.

Outro aspecto relevante identificado pelo perito diz respeito à narrativa das supostas promessas que Walter Delgatti teria recebido. Esse é um dos pontos em que o parecer identifica com maior clareza o padrão de evolução narrativa — ou seja, o modo como novas camadas foram sendo adicionadas ao relato com o passar do tempo. Inicialmente, o depoente afirmou



ter recebido uma promessa de emprego, que depois teria se transformado em oferta de indulto ou anistia, culminando, por fim, em uma proposta para “ficar milionário”. Essa escalada progressiva de benefícios alegados, sem qualquer lastro documental, demonstra a tendência de ampliação retórica do próprio papel do depoente dentro dos acontecimentos, como se buscasse reforçar, a cada nova declaração, sua importância na trama que descreve.

O perito observa ainda que, ao narrar esses episódios, Delgatti adota um discurso de autojustificação moral, apresentando-se como alguém que, embora tenha sido tentado a cometer irregularidades, teria recusado vantagens por “questões éticas” ou “de moral”. O Perito aponta que essa postura é consistente com o fenômeno psicológico conhecido como *account-giving* pelo qual indivíduos tentam proteger sua autoimagem diante de situações incriminadoras, oferecendo explicações que conciliem o erro com um “eu moral” preservado. Na visão técnica do parecer, o mesmo se aplica aos mecanismos de racionalização e desengajamento moral pelos quais o sujeito tenta enquadrar condutas questionáveis dentro de um limite subjetivo de aceitabilidade. Assim, o perito conclui que ao se autodefinir como alguém “com moral” e “ético”, ainda que envolvido em episódios controversos, o depoente reformula sua narrativa para parecer moralmente íntegro, o que contribui para o caráter artificioso e autoprotetor de seu discurso.

No ponto referente à alegada estadia de Walter Delgatti em Brasília, o laudo técnico identificou contradições significativas sobre o tempo, o local e as circunstâncias de hospedagem. O depoente alterna versões incompatíveis entre si — ora afirmando ter permanecido três ou quatro dias em um hotel, ora declarando ter ficado duas semanas ou até vinte dias na residência da deputada. A oscilação entre períodos tão distintos e a indefinição quanto ao local configuram inconsistência em elementos centrais do relato, não meros lapsos de memória periféricos.

Além da divergência temporal, chama atenção a disparidade no nível de detalhe entre as descrições. Delgatti apresenta referências genéricas quando fala do suposto período em que teria ficado na casa da deputada — “parede branca, corredor, banheiro, portas” —, mas oferece descrições mais



precisas do entorno externo do prédio e da entrada da residência, como se tivesse apenas visitado o local, e não ali permanecido por longo tempo. Essa falta de elementos concretos sobre o espaço íntimo — como o quarto em que teria dormido, móveis, rotina doméstica ou presença de outras pessoas — compromete a verossimilhança da narrativa de hospedagem prolongada, reforçando a percepção de instabilidade e imprecisão nos pontos estruturantes de seu testemunho.

As contradições relacionadas às supostas reuniões no diretório do Partido Liberal e à alegada ruptura de Walter Delgatti com seu advogado revelam inconsistências ainda mais graves, pois atingem o núcleo central de sua narrativa e envolvem pessoas e fatos de relevância direta para o processo.

O perito identificou instabilidade e omissão na composição dos participantes das reuniões descritas por Delgatti. Em determinado momento, ele afirma que a primeira reunião teria sido “preliminar”, com a presença de Carla Zambelli, de seu marido, do irmão da deputada e de advogados, reservando a presença de Duda Lima apenas para um segundo encontro, às 15h. Em outra oportunidade, ao ser questionado especificamente sobre a participação de Valdemar Costa Neto, o depoente nega sua presença, dizendo que apenas o irmão de Zambelli, Duda Lima e ele próprio estariam no local. No entanto, em um terceiro relato, altera completamente o quadro, incluindo novos personagens — o próprio Valdemar, o ex-presidente Jair Bolsonaro, uma secretária, o coronel Rinaldo e outros nomes — chegando a afirmar que teria inclusive tirado uma fotografia com o coronel nas dependências do partido.

A sucessão dessas versões mutuamente excludentes, sem qualquer registro que as sustente, enfraquece sensivelmente a credibilidade da narrativa, especialmente porque se refere a eventos supostamente realizados em local público e na presença de diversas figuras conhecidas. As mudanças na lista de participantes e na natureza da reunião — que oscila entre encontros políticos, tratativas técnicas e meras conversas informais — revelam incompatibilidade interna grave, indicando, no mínimo, instabilidade narrativa e ausência de confiabilidade objetiva nas declarações prestadas.



As contradições relativas à suposta ruptura entre Walter Delgatti e seu advogado reforçam o padrão de instabilidade observado em seus depoimentos anteriores, afetando diretamente a credibilidade da narrativa. O perito identificou duas versões mutuamente excludentes sobre o mesmo episódio, ambas sem elementos objetivos de verificação.

Na primeira versão, Delgatti afirma que teria ocorrido um desentendimento entre o advogado e a deputada Carla Zambelli, do qual não participou, pois estaria no banheiro durante o conflito. Sustenta, ainda, que a deputada lhe teria determinado que não mantivesse mais contato com o advogado, como se houvesse uma ordem direta nesse sentido.

Na segunda versão, o depoente altera substancialmente os fatos: afirma que o conflito teria sido entre ele próprio e o advogado, que a discussão culminou em rompimento pessoal e que o profissional teria deixado o local por decisão própria. Ao ser confrontado em audiência, chega a confirmar essa versão, dizendo literalmente: *“foi quando Vossa Excelência decidiu desistir disso e retornar à Araraquara, e nós rompemos”*.

A comparação entre as duas narrativas demonstra divergência profunda quanto ao papel desempenhado por Delgatti — de observador passivo na primeira, torna-se protagonista ativo na segunda. A oscilação entre uma postura de vítima e de agente do conflito, somada à ausência de detalhes verificáveis sobre o episódio, indica adaptação narrativa e tentativa de reconstrução seletiva dos fatos. Diante dessas incongruências, é possível concluir que ao menos uma das versões é construída, e que ambas carecem de consistência mínima para amparar conclusões fáticas seguras.

No ponto relativo aos pagamentos alegadamente recebidos por Walter Delgatti, o parecer técnico identifica um conjunto de contradições de natureza grave, que afetam diretamente a plausibilidade do relato e demonstram clara instabilidade em torno de fatos de natureza objetiva e verificável.

Em primeiro lugar, o depoente apresenta saltos inconsistentes nos valores mencionados, variando de R\$ 3 mil para R\$ 35 a R\$ 40 mil, sem



explicação coerente sobre a origem ou a evolução dessas quantias. Ocorre o mesmo quanto ao número de parcelas, que oscila entre “cinco mil e alguma coisa, quatro mil e alguma coisa, sete mil e alguma coisa”, resultando em montante total muito inferior ao que ele próprio afirma ter recebido. Soma-se a isso uma incongruência de ordem lógica: Delgatti declara que havia um “protocolo pessoal” para conferência imediata de cada pagamento, mas simultaneamente afirma não recordar dos valores exatos, o que fragiliza a verossimilhança de sua narrativa.

A falta de precisão também se repete ao tratar das chamadas “vaquinhas”, em que diz ter CPF e nomes dos doadores, mas omite qualquer valor recebido — embora alegue que as quantias seriam elevadas e bloqueadas por suspeita de fraude. A insistência em usar intervalos vagos (“mil e alguma coisa”) em vez de números concretos, especialmente em um contexto em que o próprio afirma ter conferido os pagamentos, configura um padrão de evasão deliberada de informação, incompatível com a postura de quem busca esclarecer os fatos.

As contradições se agravam quando confrontadas com declarações sobre a comercialização de uísques. Em um primeiro momento, Delgatti nega qualquer transação desse tipo com o assessor Renan; contudo, em audiência posterior, admite ter “revendido bebidas de baixo valor”, obtendo “cerca de R\$ 60,00 por garrafa”. Essa mudança de versão é incompatível com seu relato anterior e sugere tentativa de atribuir os valores recebidos a uma origem alternativa, desvinculando-os das transações que o ligariam a terceiros.

Por fim, também há inconsistências relevantes nos supostos encontros para recebimento de dinheiro. O depoente afirma ter recebido pagamentos em três ocasiões distintas — duas na residência de Renan, em Guarulhos, e uma nas proximidades da Praça da Sé —, mas os detalhes são imprecisos e incoerentes. Não há identificação do bairro, tampouco elementos que sustentem a versão apresentada. Embora reconheça ter feito depósitos bancários, a frequência e o contexto dessas operações não se alinham ao número de encontros relatados.



Diante dessas inconsistências reiteradas, o conjunto das declarações de Walter Delgatti sobre pagamentos, recebimentos e origem de recursos carece de coerência interna e de lastro fático mínimo, configurando o que o perito classificou como um padrão de manipulação seletiva de informações e ajustes narrativos conforme o contexto das acusações.

As contradições atingem também a esfera material das evidências supostamente produzidas e mantidas por Walter Delgatti, o que compromete a consistência do acervo probatório originado de suas declarações.

No tocante à preservação e ao registro das provas, há incongruência evidente entre o comportamento alegado e as ações efetivamente praticadas. O depoente afirmou reiteradas vezes que apagava sistematicamente todas as conversas com a deputada Carla Zambelli, chegando a declarar que “resetava o aparelho” para eliminar qualquer vestígio das comunicações. Contudo, essa narrativa não se sustenta diante da própria admissão de que produziu e armazenou vídeos, capturas de tela e documentos em PDF detalhando o passo a passo da invasão ao sistema do CNJ — materiais encontrados posteriormente em seu computador pela Polícia Federal.

A seletividade sobre o que foi apagado e o que foi preservado sugere manipulação consciente da própria memória digital, com a eliminação de elementos que poderiam contradizer sua versão e a retenção de outros capazes de reforçá-la. Tal comportamento indica gestão estratégica da informação, o que enfraquece a confiabilidade do conjunto probatório originado do próprio depoente, sobretudo porque as evidências remanescentes não formam uma cadeia lógica e contínua dos fatos.

O mesmo padrão se repete na análise do áudio enviado por uma interlocutora identificada como Chris Marin, mencionado no termo de reinquirição de 18/03/2023. A gravação, apresentada como indício de um suposto diálogo sobre pagamentos, revela na verdade uma mensagem de caráter genérico, na qual a interlocutora se limita a afirmar que “retornaria o contato para falar sobre o pagamento e sobre a proposta”. O problema reside



no contexto: Delgatti afirmou ter apagado todas as conversas e resetado o aparelho, mas o áudio isolado foi preservado sem que houvesse mensagens anteriores ou posteriores que o situassem dentro de uma sequência comunicacional verificável.

Essa ausência de cadeia de custódia e de contexto conversacional impede que se compreenda a origem, o sentido e a finalidade real da mensagem, abrindo margem para distorções interpretativas. O perito assinala que a suposta “prova” foi utilizada fora de contexto, como tentativa de ancorar uma narrativa já construída, servindo mais à legitimação de um discurso do que à demonstração de fatos objetivos.

Em síntese, a forma como Delgatti geriu os próprios registros digitais — ora eliminando seletivamente, ora produzindo novos materiais — reforça o quadro de inconsistência e inconfiabilidade de suas declarações, ao demonstrar que as evidências apresentadas não guardam coerência interna nem linearidade cronológica com o relato que pretende sustentar.

O perito, após examinar comparativamente as diversas versões apresentadas por Walter Delgatti — tanto em seus depoimentos à Polícia Federal, quanto nas oitivas perante a CPMI dos Atos de 8 de Janeiro e na própria Comissão de Constituição e Justiça —, concluiu que o perfil discursivo do depoente apresenta elevado risco quanto à credibilidade.

De acordo com o parecer, as declarações de Delgatti revelam manipulação de informações, evolução narrativa ao longo do tempo, contradições factuais em pontos centrais, assimetria na qualidade dos detalhes e uso recorrente de lacunas e “âncoras narrativas” que dificultam a verificação independente dos fatos relatados. Essas características indicam um padrão de relato adaptativo, moldado conforme o contexto das inquirições, e não uma linha de coerência temporal e lógica entre os diversos depoimentos prestados.

Embora o perito ressalte que não é possível afirmar categoricamente a ocorrência de falsidade deliberada, a literatura técnica utilizada como referência recomenda extrema prudência na aceitação da veracidade de declarações que exibem esse nível de inconsistência. Nessas



condições, torna-se imprescindível a existência de corroboração externa robusta, ou seja, provas independentes que confirmem os relatos — o que não se verifica no caso em análise.

Em conclusão, o estudo aponta que os depoimentos de Walter Delgatti não atingem o “salto de verificabilidade” necessário para que um enredo plausível se converta em narrativa confiável. Diante das contradições e oscilações reiteradas, a credibilidade global de suas declarações permanece seriamente comprometida, exigindo cautela redobrada de qualquer órgão ou autoridade que pretenda utilizá-las como base de convicção.

Este relator, acompanhando a posição do perito, também enxerga graves inconsistências nos depoimentos de Walter Delgatti, entendendo que não podem ser considerados como verídicos sem que haja outras evidências capazes de sustentar de forma inequívoca o teor de suas declarações.

III. CONCLUSÕES DO RELATOR

1. SOBRE O VOTO EM SEPARADO E OS ABUSOS CONTRA AS PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Após a apresentação do meu parecer, e diante dos acontecimentos subsequentes e anteriores, em especial a apresentação de voto em separado e o Mandado de Segurança impetrado contra esta Comissão, entendi necessário lavrar a presente ratificação e incluí-la neste segundo parecer. Faço isso com o objetivo de registrar, com a devida serenidade técnica, que tais episódios evidenciam um processo mais amplo e preocupante de erosão das prerrogativas parlamentares, muitas vezes impulsionado por interpretações externas e, lamentavelmente, também por iniciativas de membros desta própria Casa, contra o próprio Parlamento.

Embora o voto em separado do Deputado Rubens Pereira Jr. sustente a tese de perda automática do mandato parlamentar, por mera declaração administrativa da Mesa, nas hipóteses dos incisos III a V do art. 55 da Constituição, tal construção não se sustenta. Mesmo nesses casos em que



a perda “será declarada pela Mesa”, o §3º do art. 55 é taxativo ao assegurar a ampla defesa. E não há ampla defesa verdadeira sem oportunidade concreta de manifestação da defesa técnica, análise de argumentos e formação de convencimento. Em outras palavras: ainda nas hipóteses declaratórias, há procedimento, há juízo, há ato da Casa. Não existe perda instantânea, automática, por gravidade do fato ou por simples transposição mecânica de uma decisão externa. A tese que deve ser firmada é clara: **não há perda automática de mandato parlamentar em nenhuma das hipóteses taxativas do art. 55 da Constituição Federal.**

Esse quadro ganha contornos ainda mais graves quando se observa o movimento hermenêutico que, ao longo dos últimos anos, tem comprimido, de forma paulatina, prerrogativas parlamentares clássicas. Cito, a título ilustrativo, a erosão do princípio conhecido como *freedom from arrest*, consagrado no §2º do art. 53 da Constituição, segundo o qual membros do Congresso Nacional não podem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, cabendo à Casa, em vinte e quatro horas, resolver sobre a prisão. Apesar disso, a jurisprudência consolidou-se no sentido de considerar “inafiançável” qualquer crime para o qual se decreta prisão preventiva, deslocando o parâmetro da Constituição para a legislação ordinária (Código de Processo Penal) e convertendo, na prática, qualquer infração penal em potencial fundamento de prisão de parlamentar.

Trata-se de construção hermenêutica que esvazia por completo a prerrogativa constitucional, transformando uma exceção qualificada (crime inafiançável, em sentido estrito) em regra geral. É difícil crer que esse fosse o desenho pretendido pelo constituinte originário.

Faço esse paralelo para alertar que a erosão das prerrogativas não se dá de forma abrupta, mas silenciosa, por meio de leituras “criativas” que vão, pouco a pouco, deslocando o centro de gravidade da Constituição. E não raramente esse processo é defendido, promovido ou legitimado por parlamentares que, em nome de circunstâncias políticas imediatas, acabam por enfraquecer instrumentos que amanhã poderiam protegê-los e, mais importante, proteger os seus eleitores. É exatamente isso que ocorre quando se advoga, como no voto em separado, a perda de mandato de forma



automática por declaração da Mesa Diretora, ou quando se pretende reduzir a competência desta Casa a um ato meramente homologatório de decisões de outro Poder.

Nesse contexto, assume relevo especial o Mandado de Segurança impetrado pelo líder da bancada do Partido dos Trabalhadores no Supremo Tribunal Federal, visando à suspensão imediata da Representação em curso nesta Comissão e, mais do que isso, pretendendo que, em vez de o Plenário decidir sobre a perda ou manutenção do mandato, tal ato seja “declarado” pela Mesa Diretora. **Em suma, pede-se a outro Poder que abole, na prática, uma competência expressamente escrita na Constituição em favor desta Casa. O MS chega a insurgir-se contra a oitiva da Parlamentar representada e o exame de suas manifestações defensivas, como se ouvir a defesa, que é requisito elementar da ampla defesa prevista no art. 55, constituísse “usurpação de competência do Poder Judiciário”.**

Diante disso, algumas perguntas se impõem, ainda que retóricas: como dar concretude ao exercício da ampla defesa, constitucionalmente assegurada, sem ouvir a representada e sua defesa técnica? Como qualificar o exercício de uma competência textual, clara, atribuída ao Plenário desta Casa, como “usurpação” de competência do Judiciário? E, sobretudo, quem está, de fato, invadindo a esfera de quem, quando se pretende subtrair do Parlamento o poder de decidir sobre um mandato parlamentar?

A controvérsia é, em verdade, anterior e conhecida: discute-se se, nos casos de condenação criminal transitada em julgado, deve prevalecer a regra geral da suspensão de direitos políticos (art. 15, III c/c art. 55, IV) ou a regra especial do art. 55, VI c/c §2º, que trata precisamente da condenação criminal de parlamentar e atribui ao Plenário, por maioria absoluta, a decisão sobre a perda do mandato. À luz dos critérios clássicos de hermenêutica constitucional – em particular, o da especialidade – a resposta é inequívoca: a norma especial (inciso VI) prevalece sobre a norma geral (inciso IV) quando ambas incidem sobre a mesma situação. A suspensão de direitos políticos é efeito reflexo, secundário, da condenação; já a condenação criminal de parlamentar é disciplinada de modo específico pelo constituinte, justamente



para impedir que uma mera declaração da Mesa implique a cassação de mandato.

Não se trata de revogar o inciso IV, mas de delimitar corretamente o seu campo de incidência. Essa é também a posição de respeitada doutrina constitucional, a exemplo do Professor Virgílio Afonso da Silva, para quem o art. 55 deve ser interpretado como exceção à regra geral do art. 15, III, afastando a ideia de perda automática de mandato. A tese a ser reafirmada, portanto, é a seguinte: no caso de condenação criminal transitada em julgado, a perda do mandato parlamentar não é automática; é ato constitutivo, discricionário, submetido ao juízo político do Plenário da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 55, VI e §2º.

A prática desta Casa vai na mesma direção. A Mesa da Câmara jamais admitiu, em sua história recente, perda automática de mandato em face de condenação criminal. Ao contrário: diante de entendimentos divergentes de Turmas do Supremo Tribunal Federal, a Mesa ajuizou a ADPF 511, justamente para afirmar que a imposição de pena privativa de liberdade pode impedir o exercício do mandato, mas não transfere a outro Poder a decisão sobre a sua titularidade, que permanece, por desenho constitucional, nas mãos da Casa a que pertence o parlamentar. Ademais, mesmo decisões condenatórias definitivas podem ser mitigadas por indulto, graça, anistia, legislação superveniente mais benéfica, abolitio criminis etc., o que evidencia o absurdo de se tratar a perda de mandato como consequência automática e irreversível de uma fotografia processual.

Especificamente quanto ao voto em separado, que pretende somar suspensão de direitos políticos (inciso IV), faltas a sessões (inciso III) e condenação criminal (inciso VI) para concluir por uma espécie de “automatismo ampliado”, há nítida confusão de regimes. São hipóteses distintas, com ritos distintos e pressupostos distintos. A perda de mandato é sanção político-constitucional de máxima gravidade e não admite analogia, ampliação por interpretação extensiva ou combinação de hipóteses para alcançar resultado previamente desejado. Em matéria de cassação, vale o princípio da estrita conformidade ao texto constitucional.



Tudo isso nos reconduz ao ponto central desta complementação: prerrogativas parlamentares não pertencem à pessoa do parlamentar, mas à soberania popular que o elegeu. Reduzi-las, relativizá-las ou transferi-las a outro Poder significa vulnerabilizar o voto e fragilizar o próprio regime representativo. Ao decidirmos sobre esta Representação, não estamos apenas debatendo o futuro do mandato de uma deputada; estamos decidindo que modelo de Parlamento queremos legar ao país.

Por fim, assentada a competência desta Casa para decidir, impõe-se retomar brevemente o aspecto subjetivo: o exame do caso concreto. Com base na análise detalhada dos autos, esta Relatoria identificou dúvidas relevantes acerca da própria autoria das condutas imputadas, contradições entre a narrativa acusatória e os laudos técnicos, lacunas evidentes na instrução e forte dependência de depoimento prestado por pessoa formalmente qualificada como mitômana pela Polícia Federal. A isso se somam restrições ao pleno exercício da defesa e sinais de contaminação política do julgamento.

Diante de tal quadro, não há lastro probatório robusto que legitime a aplicação da sanção política máxima, qual seja: A cassação do mandato parlamentar. E, em um sistema que preserva a soberania popular como valor central, a dúvida séria quanto à autoria e à regularidade do processo penal deve ser resolvida em favor da preservação do mandato: in dubio pro mandato. Não se trata de revisar decisão penal; trata-se de cumprir o desenho constitucional que distingue, com precisão, o papel do Poder Judiciário (julgar e condenar) e o papel desta Casa (decidir politicamente sobre a manutenção ou perda do mandato outorgado pelo povo).

2. DECLARAÇÕES FINAIS

Antes de adentrar nas conclusões deste voto, é preciso recordar aos nobres pares que estamos diante de um momento singular na história da Câmara dos Deputados — e, em especial, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Jamais esta Casa experimentou procedimento análogo, de tamanha envergadura e amplitude instrutória, voltado à formação autônoma e legítima de juízo acerca da perda ou



manutenção do mandato de um parlamentar. Trata-se, pois, de um marco institucional, que reafirma a maturidade desta Comissão e o seu compromisso com a Constituição da República.

A separação dos Poderes, antes mesmo de consagrada por Montesquieu, já encontrava raízes na filosofia política da *polis* grega e na reflexão aristotélica acerca das funções da cidade. Em John Locke, converteu-se em antídoto contra o absolutismo e instrumento de limitação do poder real. E foi em Montesquieu que alcançou sua forma mais lapidada, tornando-se um princípio estruturante do Estado de Direito moderno — verdadeira garantia das liberdades públicas, da soberania popular e da própria dignidade humana.

Na Constituição de 1988, esse princípio assume dimensão prática e viva. O constituinte originário, herdeiro da experiência autoritária recente, não se contentou em proclamar direitos: buscou erigir uma arquitetura de freios e contrapesos apta a preservá-los.

É à luz desse legado histórico e constitucional que este Relator conduz seu voto, consciente de que cada decisão desta Comissão repercute não apenas sobre a sorte de um mandato, mas sobre o próprio prestígio do Parlamento e sobre a confiança do povo nas instituições republicanas.

E aqui é preciso esclarecer, com toda a serenidade e convicção: o povo brasileiro confia neste Parlamento porque vê nele a esperança de um trabalho voltado à ordem e ao progresso. É nesse ideal que o eleitor deposita sua confiança, sua expectativa de futuro — e, constituído desses valores, o seu voto.

O voto é mais que um instrumento político; é uma vitória sobre a tirania. A República é uma vitória sobre o autoritarismo. E a democracia, por mais imperfeita que seja, continua sendo o espaço possível onde o eleitor pode depositar a esperança de um futuro mais digno para seus filhos.

Um parlamentar o é porque foi eleito — e, por isso mesmo, é antes de tudo um servo do voto. Somos servidores da esperança de quem nos confiou o mandato, não para nos servirmos do poder, mas para servir ao país.



Não somos celebridades, não somos nobres, tampouco grandes juristas acima do povo. Somos, em última análise, herdeiros da esperança nacional — representantes daqueles que, pela via democrática, nos conduzem ao mandato para que sejamos guardiões de seus direitos, intérpretes de suas angústias e defensores de seus legítimos anseios no debate público e democrático.

As prerrogativas parlamentares — inclusive a de ter a perda do mandato decidida pela respectiva Casa Legislativa e a inviolabilidade por opiniões, palavras e votos — não constituem privilégios pessoais. São, antes, instrumentos constitucionais de representação. São ferramentas que dizem ao eleitor: ***“você pode não ser ouvido diretamente, mas sua voz ecoará nesta Casa pela força do voto”***.

Quando um parlamentar se ergue nesta tribuna e dá voz às angústias, aos anseios e às esperanças de seu povo, não fala em nome próprio. Fala por aqueles que o conduziram ao Parlamento — trinta mil, cinquenta mil, ou, como no caso da Deputada Carla Zambelli, novecentos e quarenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro brasileiros — todos amparados pela mesma legitimidade democrática.

É nesse contexto que as prerrogativas surgem, e é para esses eleitores que elas existem. Algumas foram criadas para proteger a liberdade da palavra parlamentar — que é, em última instância, a liberdade do próprio povo de ser ouvido. Outras nasceram para resguardar a própria democracia contra eventuais arroubos de poder ou excessos institucionais.

Quando o constituinte originário conferiu a este Parlamento a competência para deliberar sobre a perda ou manutenção do mandato de um de seus membros — mesmo diante de decisão emanada de outro Poder, por mais nobre que seja — ele outorgou uma salvaguarda republicana. Disse, com isso, que a separação dos Poderes será preservada, e que o sufrágio popular — expressão mais pura da soberania — receberá proteção especial da Constituição.

Porque o voto é a alma da democracia, e a preservação de sua força é o primeiro dever de todo regime verdadeiramente livre.



Quando transponho essa reflexão para o caso concreto da presente representação, é imprescindível resgatar o espírito do constituinte originário ao conferir a este Parlamento o poder de decidir sobre a perda ou manutenção do mandato de seus membros. A Deputada Carla Zambelli, aqui representada, não é julgada como ré comum, mas como parlamentar — e, portanto, como legítima depositária do voto popular, com direito à ampla defesa perante esta Casa.

E por que razão, indago, o constituinte conferiu a um parlamentar já condenado judicialmente o direito de apresentar sua defesa perante o Parlamento, se esta Câmara não se propõe a revisar decisões do Poder Judiciário?

A resposta é simples e profunda: porque a Constituição de 1988 quis preservar a separação dos Poderes como cláusula essencial da República. Quis assegurar que nenhum deputado ou deputada fosse perseguido ou silenciado pelo exercício legítimo de suas funções representativas.

Ao estabelecer essa prerrogativa, o constituinte falou à própria essência do regime democrático: disse à Câmara dos Deputados e à Comissão de Constituição e Justiça que, se os direitos de um parlamentar forem violados; se houver predisposição persecutória contra ele em razão de suas convicções políticas; se, porventura, o exercício da palavra e do mandato tiver sido indevidamente criminalizado, então que esta Casa o ouça.

E que o ouça não por ele, não por Carla Zambelli, mas pelos cidadãos que nela votaram — pelos que viram em sua voz uma extensão de suas próprias angústias e esperanças. Que o faça, pois, em nome do voto popular e da democracia que o sustenta.

E ao final, esta Casa decidirá não apenas se a Deputada Carla Zambelli conservará ou perderá o mandato que lhe foi conferido pelo voto popular. Decidirá, em última análise, o que é necessário, à luz da Constituição, para que um parlamentar perca o direito de representar o povo que o elegeu.



E quando confrontamos o conjunto das diligências realizadas por esta Comissão, os depoimentos colhidos e os autos da ação penal, impõe-se a pergunta: o que efetivamente se provou?

O mandato da Deputada Zambelli é objeto desta representação porque foi condenada, na Ação Penal nº 2.428, pela suposta prática de treze invasões de dispositivo informático e dezesseis falsidades ideológicas, resultando em pena de dez anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Examinando os autos, constata-se que o fundamento central da condenação repousa na existência de arquivos eletrônicos comprovadamente criados por Walter Delgatti e encaminhados a Carla Zambelli por e-mail. Entre eles, constam documentos falsificados atribuídos ao sistema do Conselho Nacional de Justiça, como ordens de afastamento de sigilo bancário e mandados de prisão em nome do Ministro Alexandre de Moraes

Tais arquivos foram apenas recebidos, sem que houvesse resposta, encaminhamento ou qualquer ato que demonstrasse instigação, anuência ou conhecimento prévio da origem ilícita.

Não há, nas milhares de páginas do processo, mensagem de instigação, prova de ciência da invasão ao sistema do CNJ ou elemento que indique participação dolosa da parlamentar.

Não há como saber se Zambelli foi a única deputada a receber esses arquivos. Não há como saber se Delgatti não os enviou para outros parlamentares, para jornalistas ou outras atividades. Só seria possível se o Ministro relator, que antes mesmo da ação penal, decretou a quebra do sigilo bancário da Deputada, determinasse também a quebra do sigilo telemático, de email, do Hacker e invasor confesso do CNJ, Walter Delgatti.

No entanto, o Ministro Alexandre de Moraes negou a quebra desse sigilo, mesmo com a solicitação exaustiva da defesa ao longo do processo. Também negou, à defesa, o acesso aos mais de 700 gigabytes de



arquivos na nuvem do hacker, mesmo esse material tendo sido utilizado no relatório da perícia usado para condená-la (RAPJ 26/2023).

Não é possível saber, sequer, que Zambelli efetivamente leu o email em que recebeu os arquivos. O email em si não foi encontrado. Encontraram arquivos baixados a partir de um email, em um dos dispositivos Samsung da Deputada.

Ocorre que isso não pode e nem deveria ser considerado uma prova, já que nos parece possível que o hacker que invadiu o CNJ, bem como diversos dispositivos de autoridade, empresas como Ifood e outras, pudesse também acessar o email de Zambelli.

E por que, então, foi condenada?

Porque o senhor Walter Delgatti — cuja credibilidade foi questionada pela própria Polícia Federal, que o classificou como portador de traços mitomaníacos e dependente de medicação controlada — Hacker reincidente, já conhecido por outros crimes de invasão, encontrado com pornografia infantil em seus dispositivos, afirmou, em um de seus depoimentos, que teria agido sob ordem de Carla Zambelli.

Mas é preciso registrar: trata-se de um testemunho flagrantemente inconsistente, modificado em pelo menos seis ocasiões, com contradições materiais, omissões e lacunas graves. E mesmo assim, foi tomado como base de condenação.

O que mais causa perplexidade a este relator é que nem mesmo Delgatti acusa Zambelli de ter produzido ou tomado conhecimento dos chamados “alvarás de soltura”, entre eles um referente ao próprio primo do invasor. E, embora nenhum desses documentos tenha sido encontrado nos dispositivos eletrônicos da parlamentar, ela foi condenada por todos eles — circunstância que elevou significativamente sua pena.

Mesmo assim, o Procurador-Geral da República, o Senhor Paulo Gonet, descreve na página 14 de sua denúncia, que Carla Zambelli comandou a inserção de alvarás falsos nos sistemas da Justiça.



Entretanto, a Polícia Judiciária concluiu pela ausência de qualquer alvará, mensagem ou email nos dispositivos de Zambelli relacionados a essas inserções, conforme consta do Relatório de Análise da Polícia Judiciária N° 38, e que nem mesmo Delgatti tenha aderido a essa narrativa.

Significa dizer que para as condenações relacionadas aos alvarás de soltura, que elevaram sua pena para que o regime inicial fosse fechado, de forma que a perda do mandato seria determinada, sobre essas condenações, além de não existirem provas algumas nos dispositivos de Carla Zambelli, nem mesmo Delgatti atribui à ela responsabilidade sobre eles.

Diante desse cenário, é legítimo questionar se o processo observou, de fato, os critérios de proporcionalidade, coerência e imparcialidade que devem reger a aplicação do Direito Penal, sobretudo quando seus efeitos alcançam o mandato conferido pelo voto popular.

A defesa da Deputada Carla Zambelli sustenta, com fundamento plausível, que o seu direito à ampla defesa e ao contraditório foi violado. Alega que o Ministro Relator da ação penal, além de ter figurado como um dos alvos diretos dos falsos mandados criados na invasão, mantinha histórico de notório desafeto pessoal com a parlamentar — circunstância que, por si só, deveria suscitar dúvidas quanto à sua imparcialidade no julgamento.

E quanto a isso, não se trata de mera conjectura. O testemunho do senhor Eduardo Tagliaferro, ex-assessor do Ministro Alexandre de Moraes, confirmou que a Deputada Zambelli figurava entre os principais alvos de monitoramento da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, estrutura subordinada diretamente ao gabinete do ministro. Esse dado, confirmado sob compromisso legal, evidencia o potencial conflito de interesse que permeou o processo condenatório.

A defesa escrita alegou perseguição política. Mereceu atenção o fato de que a ré da ação penal é a mesma que o “gabinete paralelo” do ministro relator monitorava e o fato de que o ministro relator notadamente valora sobremaneira um depoimento considerado indigno de credibilidade.



Tagliaferro, chefe da Assessoria do referido gabinete, declarou inclusive que a ideia era “ferrar com essa mulher”, nas palavras de um dos juízes auxiliares.

Diante desse quadro, cabe-nos, nobres parlamentares, uma reflexão que transcende o caso individual. Perguntemo-nos: o que é necessário para que um de nós, representantes do povo, perca o mandato que o voto popular nos confiou?

Bastará, acaso, o desafeto de um membro de outro Poder? Bastará a palavra isolada de um réu confesso, de um mitômano declarado, de alguém com histórico de crimes e contradições, que muda suas versões ao sabor das conveniências e das pressões do momento? Bastará isso, mesmo quando os próprios relatórios da Polícia Federal não encontram prova material de instigação, participação ou autoria?

Mesmo diante da dúvida — e, sobretudo, quando a dúvida subsiste —, é dever desta Casa recordar o princípio elementar da Justiça: o **in dubio pro reo**, que em sede parlamentar se traduz no **in dubio pro mandato**.

Convido, pois, os nobres colegas a refletirem: alguém aqui pode certificar, com absoluta certeza, que a Deputada Carla Zambelli cometeu cada uma das treze invasões e cada uma das dezesseis falsificações pelas quais foi condenada?

Se houver sombra de incerteza, se houver lacuna de prova, que prevaleça então o respeito ao voto de quase um milhão de brasileiros que a elegeram.

E se a vontade do constituinte foi garantir o presente procedimento para evitar a interferência entre os poderes, evitar que os mandatos fossem ameaçados por perseguições políticas, então é justamente essa a nossa função. Não em defesa de Zambelli, mas sim em defesa da Democracia e da legitimidade dos mandatos parlamentares.

Se o Supremo Tribunal Federal entendeu que um testemunho dúbio e alguns arquivos recebidos por e-mail bastam para fundamentar uma



condenação criminal, esta Casa não pode, nem deve, reproduzir tal lógica para cassar um mandato parlamentar.

Porque, ao fazê-lo, não condenaríamos apenas uma deputada. Condenaríamos os seus eleitores. Silenciariamos quase um milhão de vozes que depositaram, nas urnas, a esperança de serem representadas neste Parlamento.

E reproduzir os frutos de uma perseguição política que maculou o poder Judiciário, servirá somente para macular também o poder Legislativo.

E, por isso, senhoras e senhores parlamentares, por haver dúvida profunda, grave e legítima, este relator vota pela **improcedência da representação 02, de 2025**, pela **preservação do mandato da Deputada Carla Zambelli** e, acima de tudo, pela **defesa da soberania do voto popular** e da **primazia do Poder Legislativo da República Federativa do Brasil**.

Diante do previsto pelo Constituinte, de que não há perda automática de mandato após decisão judicial transitada em julgado, submeto, nos termos do art. 55, VI, §2º da Constituição Federal, meu relatório a este Colegiado, para que decida previamente, e ao Plenário, soberano para decidir pela perda ou manutenção dos mandatos parlamentares de deputados federais.

É como voto.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator



FIM DO DOCUMENTO